



Universidade Estadual de Feira de Santana
Departamento de Letras e Artes
Programa de Pós-Graduação em Desenho, Cultura e
Interatividade



FEIRA DE SANTANA: ENTRE CULTURAS, PAISAGENS, IMAGENS E MEMÓRIAS
VISUAIS URBANAS - UM ESTUDO QUE DIALOGA COM AS DÉCADAS DE 1950 A
2009

LIVIA DIAS DE AZEVEDO

Feira de Santana
2009

LIVIA DIAS DE AZEVEDO

FEIRA DE SANTANA: ENTRE CULTURAS, PAISAGENS, IMAGENS E MEMÓRIAS
VISUAIS URBANAS - UM ESTUDO QUE DIALOGA COM AS DÉCADAS DE 1950 A
2009

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenho, Cultura e Interatividade da Universidade Estadual de Feira de Santana, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Desenho, Cultura e Interatividade sob a orientação da Prof.(a) Doutora Lysie dos Reis Oliveira e co-orientação da Prof. (a) Doutora Nadia Virginia Barbosa Carneiro.

UEFS

Feira de Santana/2009

LIVIA DIAS DE AZEVEDO

FEIRA DE SANTANA: ENTRE CULTURAS, PAISAGENS, IMAGENS E MEMÓRIAS
VISUAIS URBANAS - UM ESTUDO QUE DIALOGA COM AS DÉCADAS DE 1960 A
2009

Dissertação submetida à Coordenação
do Curso de Pós-Graduação em
Desenho, Cultura e Interatividade, da
Universidade Estadual de Feira de
Santana, como requisito parcial para a
obtenção do grau de Mestre em
Desenho, Cultura e Interatividade.

Aprovada em ___/___/_____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Lysie dos Reis Oliveira (Orientadora)
Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS

Profa. Dra. Nadia Virginia Barbosa Carneiro (Co-Orientadora)
Universidade Estadual de Feira de Santana-UEFS

Profa. Dra. Rosali Braga Fernandes
Universidade do Estado da Bahia-UNEB

À minha mãe, Valdelice e a minha avó, Ilza.

AGRADECIMENTOS

Tudo que dizem a respeito da experiência do mestrado é verdade. É uma experiência que dá muito prazer, alegria, entusiasmo, vontade, mas, na mesma medida nos traz dor, angustias, medos. O processo no desenvolvimento da pesquisa não exige apenas tempo, disciplina, mas, sobretudo, exige equilíbrio psicológico, emocional e físico. O corpo reclama muito. Para mim preocupações e crises foram constantes como foram também o sabor doce das descobertas e a beleza do trabalho “finalizado”. Várias foram as tentativas de desistência, felizmente nenhuma delas bem sucedida. Pensei inúmeras vezes em desistir, noites e noites planejando o que faria no dia seguinte para avisar a minha orientadora e ao programa que eu iria me desligar, mas aí a perspectiva do novo dia renovava as minhas energias e a persistência/resistência.

Contudo, prosseguir nesta caminhada só foi possível graças ao apoio, ao incentivo e, principalmente, a generosidade de algumas pessoas e é com elas que compartilho a alegria da pesquisa. Agradeço profundamente a minha família, minha mãe, Valdelice, minha companheira, meu pai Sinésio, minha irmã Ivana, meus sobrinhos Camila, Perola e Ângelo meu outro companheiro, por terem viabilizado a minha vida nas atividades operacionais e, assim, possibilitar estudar e trabalhar desde o tempo da graduação. Quero deixar registrado o meu especial agradecimento a Valdelice e a Ângelo por terem dividido tudo comigo, as saídas de campo, as crises, os choros, as risadas, as alegrias... Ao meu namorado Modesto pela atenção e apoio e pela calorosa e cansativa aventura de em apenas um dia percorrer duas cidades: Salvador e Lauro de Freitas.

Quero agradecer ao meu professor de história Augusto Spínola Júnior, pelas provocações sertanejas que me incentivaram a escrever sobre a cultura de Feira de Santana, e depois pelas discussões, debates e embates. Agradeço também ao meu amigo Elicarlos pelo apoio, pela amizade, por aceitar a aventura de ir para Salvador me acompanhar no trabalho de campo e pelas conversas sobre Feira.

Neste mestrado, multidisciplinar, é bom dizer, passei por um processo de alfabetização para ler a cidade nas suas miudezas e isto agradeço a minha orientadora Lysie dos Reis, mas tive que vencer barreiras cognitivas (como exige qualquer processo de alfabetização), resistências e formatação de formação acadêmica. Quero agradecer a professora Lysie por ter, primeiro, confiado e investido em mim e, segundo, por não ter me abandonado neste percurso, após tantas crises e idas e vindas, talvez se o processo não tivesse sido conduzido com tanta seriedade, respeito, firmeza e tranquilidade eu não teria chegado até ao “fim”. A minha co-

orientadora Nádia Virginia Carneiro pela leveza e pelas discussões sobre cidade e semiótica. A professora Rosali Fernandes pela leitura cuidadosa do meu texto e pelos caminhos apontados.

Agradeço também a minha prima Luciene pelo apoio e amizade, a Kelman Conceição pelo material bibliográfico e pelas conversas sobre Feira. A Zenaide pelas ajudas. A Seu Manoel meu entrevistado. A professora Lélia Fernandes pelos livros e pela entrevista. A todos os meus entrevistados. A Marcelo Alves pela generosa e imprescindível ajuda, pelos livros, fotos e demais materiais fonte de pesquisa. A Jorge meu ex-colega e, agora, amigo e a Esequias que compartilham o mestrado comigo. A professora Rosangela Leal pelos mapas digitais. A Luiz Santana presidente da associação dos mototaxistas, pela atenção, pela vontade em ajudar, pela agradável conversa, pela aula de política e informações valiosíssimas. Aos organizadores do site muvucafest pelas fotografias da parada Gay de 2009. A professora Sandra Medeiros pelo mapa das Bacias hidrográficas de Feira de Santana. A Dayana Ramalho Mascarenhas pelas fotografias, a Sidney Oliveira pelo material bibliográfico. A Laerte Dias pelos mapas e a todos os meus alunos que me ouviram falar muito sobre Feira.

Agradeço aos meus colegas da subárea de geografia, Francisco de Assis, Maria Cleonice Braga, Cléa Cardoso e Solange Lucas por compreenderem as minhas ausências nas reuniões e a professora Célia Regina Santos pelo material e pelas conversas sobre Feira. Aos professores do mestrado Edson Ferreira, Marise Santana e Francisco Zorzo. E a Carla pela correção ortográfica da dissertação.

Meus caros e caras, tem um pouco de cada um de vocês neste trabalho. Muito Obrigada.

Deleitar-te-ás, pois, no Todo-poderoso, e levantarás o teu rosto para Deus.

Orarás a ele, e ele te ouvirá; e pagarás os teus votos.

Se projetas alguma coisa, ela te sairá bem, e a luz brilhará em teus caminhos (Jô: 24-28).

RESUMO

Feira de Santana se estabelece como importante cidade de médio porte baiana e brasileira. Segundo um pretenso ideal de cidade moderna, modifica-se de forma rápida e intensa, utilizando modelos e padrões urbanísticos que desconsideram as suas especificidades locais. Dessa forma, a paisagem urbana e suas imagens e memórias urbanas decorrentes modificam-se rapidamente. A pesquisa se desenvolve considerando a paisagem urbana enquanto signo passível de leituras e interpretações diversas. Dentro desse cenário, o presente texto objetiva fazer uma leitura visual, sob a perspectiva cultural, da paisagem urbana da cidade de Feira de Santana-Bahia, bem como mostrar, por meio de fotografias, as semelhanças existentes entre as paisagens urbanas das cidades de Feira de Santana e Salvador. Considera-se, contudo, a complexidade que envolve a estruturação da cultura local, visto que a cidade foi influenciada por importantes espaços culturais: o litoral e o sertão baianos. O recorte temporal será abordado de forma dialógica e não linear, e concentrar-se-á entre os anos de 1950 a 2009.

Utilizaram-se como métodos de procedimentos: pesquisa bibliográfica; trabalho de campo para aproximação, observação e registros da paisagem urbana feirense e soteropolitana; produção de diário de campo; entrevistas; e produção de mapas diversos, desenhos e registros fotográficos. Constatou-se que a imagem da cidade é construída não apenas pela materialidade das formas, mas, sobretudo, pelas relações sociais apreendidas destas formas e dos seus contextos espaço-culturais-políticos-temporais que lhes dão significados.

Palavras-chave: Cidades médias. Desenho urbano. Paisagem urbana. Feira de Santana.

ABSTRACT

Feira de Santana is established as an important medium-sized city of Bahia and Brazil. According to an alleged ideal of the modern city, changes are quick and intense, using models and urban patterns that ignore their specific locations. Thus, the urban landscape and their images and memories arising from urban change rapidly. The research is developed considering the urban landscape as a sign subject to different interpretations and readings. Within this scenario, this text aims to make a visual reading, in the cultural perspective of the urban landscape of the city of Feira de Santana, Bahia, and show, through photographs, the similarities between urban landscapes of the cities of Feira de Santana and Salvador. It is understood, however, the complexity involved in the structuring of local culture, since the city was influenced by major cultural venues: the coast and the hinterland of Bahia. The time frame will be addressed in a dialogic and nonlinear, and focus will be between the years 1950 to 2009. Were used as methods of the following: literature search; approach to fieldwork, observation and records of the urban landscape and Salvadoran feirense production; field diary, interviews, and production of various maps, drawings and photographic records. It was found that the city's image is built not only by the materiality of ways, but mainly by social relationships inferred these forms and their contexts-cultural-political space-time that give them meaning.

Key words: Middle cities. Urban design. Urban landscape. Feira de Santana.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Crescimento da população do município de Feira de Santana – 1940/2000.....	33
Tabela 02: Taxas médias anuais de crescimento do município de Feira de Santana.....	34
Tabela 03: Taxa de crescimento da população do município de Feira de Santana – 1940/2000.....	34
Tabela 04: Taxas de urbanização em Feira de Santana em (%).....	35
Tabela 05: Taxas de urbanização no estado da Bahia em (%) – 1940/1980.....	170
Tabela 06: Grau de urbanização no estado da Bahia – 1980 a 2000.....	171
Tabela 07: Número de cidades em relação a sua população.....	172

LISTA DE MAPAS

Mapa 01: Localização do município de Feira de Santana em relação a Salvador e ao contexto baiano	18
Mapa 02: Principais ruas e avenidas cidade de Feira de Santana-Ba seus acessos, vias, rodovias federais e a distribuição dos viadutos na malha urbana.....	20
Mapa 03. Bacias hidrográficas que abrangem o espaço do município de Feira de Santana....	25
Mapa 04: Divisão do espaço ligada a produção de cana-de-açúcar e interiorização da produção pecuária.....	28
Mapa 05: Estado da Bahia formação do território.....	29
Mapa 06: Área urbana de Feira de Santana, localização do Centro Industrial do Subaé.....	31
Mapa 07: Lugares de Memória.....	62
Mapa 08: Localização da Rua Marechal Deodoro da Fonseca. Todas as ruas destacadas compreendem o atual centro comercial, financeiro e educacional de Feira de Santana.....	72
Mapa 09: Pulverização da feira-livre no espaço urbano da cidade de Feira de Santana.....	74
Mapa 10: Rua Marechal Deodoro da Fonseca.....	89
Mapa 11: Pontos Nodais da Avenida Getúlio Vargas.....	104
Mapa 12: Limites da Avenida Getúlio Vargas.....	106
Mapa 13: Distribuição espacial dos bairros por nível sócio-econômico.....	108
Mapa 14: Locação dos pontos de táxis, mototáxis e ônibus.....	109
Mapa 15: Os sertões e os litorais na paisagem urbana da Avenida Getúlio Vargas.....	119
Mapa 16: A hibridez e a pluralidade na paisagem urbana da Avenida Getúlio Vargas.....	148

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 01: Antiga feira livre Praça João Pedreira, década de 1970, antiga feira livre.....	40
Fotografia 02: Antiga feira livre Praça João Pedreira, década de 1970, antiga feira livre.....	41
Fotografia 02a: Antigo campo do gado, também parte da feira livre. Atual Fórum Desembargador Filinto Bastos.....	41
Fotografia 03: Rua Marechal Deodoro da Fonseca, na década de 1920.....	75
Fotografia 04: Rua Marechal Deodoro da Fonseca em 2008.	76
Fotografia 05: Rua Marechal Deodoro da Fonseca.....	77
Fotografia 06: Rua Marechal Deodoro da Fonseca. Vendedora de frutas.....	78
Fotografia 07: Rua Marechal Deodoro da Fonseca. Vendedora de frutas, feijão de corda e castanhas.....	79
Fotografia 08: Rua Marechal Deodoro da Fonseca. Vendedores fixos de frutas, verduras e hortaliças.....	80
Fotografia 09: Vendedores fixos de frutas e verduras em um movimentado cruzamento entre a Rua Marechal Deodoro e a Rua Comandante Targino.....	81
Fotografia 10: Rua Marechal Deodoro da Fonseca. Conjunto de vendedores fixos.....	81
Fotografia 11: Rua Marechal Deodoro da Fonseca. Barracas e vendedores ambulantes.....	82
Fotografia 12: Rua Marechal Deodoro da Fonseca. Vendedora fixa.....	83
Fotografia 13: Vista parcial da Rua Marechal Deodoro da Fonseca.....	83
Fotografia 14: Vendedor e vendedoras de frutas e feijão de corda na Rua Marechal Deodoro da Fonseca.....	85
Fotografia 15: Rua Marechal Deodoro da Fonseca.Vendedoras de Castanha e feijão de corda.....	85
Fotografia 16: Rua Marechal Deodoro da Fonseca. Vendedora de frutas, no interior da bomboniere.....	86
Fotografia 17: Rua Marechal Deodoro da Fonseca. Vendedora de frutas e beijos diversos.....	87
Fotografia 18: Antiga feira livre Praça João Pedreira, 1971, antiga feira livre.....	87
Fotografia 19: Cruzamento da Avenida Getúlio Vargas com a Avenida Senhor dos Passos. Ao fundo a Praça da Bandeira, local da antiga feira livre.....	102
Fotografia 20: Cruzamento da Avenida Getúlio Vargas com a Avenida Senhor dos Passos, de outro ângulo.....	103
Fotografia 20a: Sinalização no Cruzamento da Avenida Getúlio Vargas com a Avenida Senhor dos Passos.....	103
Fotografia 21: Ponto de ônibus. Avenida Getúlio Vargas.....	110
Fotografia 22: Avenida Getúlio Vargas. Placa 01 de orientação no ponto de ônibus.....	111
Fotografia 23: Avenida Getúlio Vargas. Presença de motos e bicicletas no sentido mais próximo ao centro da cidade.....	112
Fotografia 24: Avenida Getúlio Vargas.....	113
Fotografia 25: Avenida Getúlio Vargas. Placa 02 com a descrição das linhas de ônibus passantes neste ponto.....	114
Fotografia 26: A casa do Acarajé. Ao norte da Avenida Getúlio Vargas.....	115
Fotografia 27: Restaurante Ki- Mukeka. Ao norte da Avenida Getúlio Vargas.....	116
Fotografia 28: Detalhe da fachada do Restaurante Ki- Mukeka.....	116
Fotografia 29: Restaurante A Mukeka. Ao norte da Avenida Getúlio Vargas.....	117
Fotografia 30: Restaurante O lagostão Ao norte da Avenida Getúlio Vargas.....	117
Fotografia 31: Restaurante Chalé Catarinense. Ao norte da Avenida Getúlio Vargas.....	118
Fotografia 32: Telefones públicos. Praça da Bandeira. Recorte do canteiro central.....	120

Fotografia 32a: Praça da Bandeira. Avenida Getúlio Vargas.....	121
Fotografia 33: Avenida Getúlio Vargas. Fachada e Interior do Mercado Municipal.....	122
Fotografia 34: Lembrançinhas vendidas no interior do Mercado de Artes.....	123
Fotografia 35: Lembrançinhas vendidas no interior do Mercado de Artes.....	123
Fotografia 36: Interior do Mercado de Artes. Produtos de couro.....	124
Fotografia 37: Lembrançinhas vendidas no interior do Mercado de Artes.....	124
Fotografia 38: Mercado Modelo, Salvador, Bahia.....	125
Fotografia 39: Mercado Modelo, Salvador, Bahia.....	125
Fotografia 40: Mercado Modelo, Salvador, Bahia.....	126
Fotografia 41: Mercado Modelo, Salvador, Bahia.....	126
Fotografia 42: Mercado Modelo, Salvador, Bahia.....	127
Fotografia 43: Mercado Modelo, Salvador, Bahia.....	127
Fotografia 44: Início da Caminhada, início da Avenida.....	129
Fotografia 45: Grupo de baianas.....	129
Fotografia 46: Passagem da Caminhada. Teatro na avenida.....	130
Fotografia 47: Vista de cima do viaduto, a caminhada ocupando o espaço da avenida.....	130
Fotografia 48: Destaque para o grande número de grupos de capoeira que desfilaram.....	131
Fotografia 49: Boi Bandido.....	131
Fotografia 50: Burrica	131
Fotografia 51: Público eminentemente popular ocupando as calçadas dos dois lados (direita/esquerda) da Avenida.....	132
Fotografia 52: Concentração política partidária durante a Caminhada, distribuição de “santinhos”, panfletos divulgando candidatos.....	132
Fotografia 53a: Avenida Getúlio Vargas. Grupo de sapateiros, 2008.....	136
Fotografia 53: Avenida Getúlio Vargas. Parada Gay, 2009.....	137
Fotografia 54: Avenida Getúlio Vargas. Parada Gay, 2009.....	137
Fotografia 55: Avenida Getúlio Vargas. Parada Gay, 2009.....	138
Fotografia 56: Abrigo na Praça da Bandeira, Avenida Getúlio Vargas.....	138
Fotografia 57: Avenida Getúlio Vargas. Monumento em homenagem ao Vaqueiro.....	139
Fotografia 58: Avenida Getúlio Vargas. Monumento em homenagem ao Vaqueiro.....	140
Fotografia 59: Praça em homenagem ao tropeiro.....	141
Fotografia 60: Imediações da Praça do Tropeiro.....	141
Fotografia 61: Interior do Centro de Abastecimento.....	142
Fotografia 62: Interior do Centro de Abastecimento.....	143
Fotografia 63: Centro de Abastecimento, setor de artesanato.....	144
Fotografia 64: Centro de Abastecimento, setor de artesanato.....	144
Fotografia 65: Centro de Abastecimento.....	145
Fotografia 66: Centro de Abastecimento. Fabricação de sandálias de couro.....	145
Fotografia 67: Centro de Abastecimento. Fabricação de sandálias de couro.....	146
Fotografia 68: Centro de Abastecimento. Fabricação de sandálias de couro.....	146
Fotografia 69: Praça João Pedreira, 1971. O abrigo Santana integrado a cidade.....	154
Fotografia 70: Praça João Pedreira, década de 1980. O espelho d’água substitui o abrigo Santana.....	154
Fotografia 71: Central de vendas de imóveis da Quero Brasil na Avenida Getúlio Vargas...157	157
Fotografia 72: Central de vendas de imóveis da imobiliária Antonio Alencar na Avenida Getúlio Vargas.....	157
Fotografia 73: Central de vendas de imóveis da imobiliária PremierFeira medical e business na Avenida Getúlio Vargas.....	158
Fotografia 74: Central de vendas de imóveis da imobiliária Cosmo e Figueiredo na Avenida Getúlio Vargas.....	158

Fotografia 75: Central de vendas de imóveis da construtora e imobiliária R Carvalho na Avenida Getúlio Vargas.....	159
Fotografia 76: Avenida Getúlio Vargas. Stand e Central de Vendas da construtora L Marquezzo.....	159
Fotografia 77: Avenida Getúlio Vargas. Stand e Central de Vendas da construtora L Marquezzo.....	160
Fotografia 78: Apart Hotel Amayo na Avenida Getúlio Vargas.....	160
Fotografia 79: Avenida Getúlio Vargas Edifício residencial.....	161
Fotografia 80: Primeiro viaduto da Avenida Getúlio Vargas, liga esta a Avenida João Durval Carneiro.....	161
Fotografia 81: Segundo viaduto da Getúlio Vargas, liga esta a Avenida Noide Ferreira de Cerqueira.....	162
Fotografia 82: Cruzamento da Avenida Senhor dos Passos com a Rua Marechal Deodoro, Feira de Santana.....	177
Fotografia 83: Avenida Sete de Setembro, Salvador.....	177
Fotografia 84: Avenida Getúlio Vargas, Feira de Santana.....	178
Fotografia 85: Avenida Joana Angélica, Salvador	178
Fotografia 86: Avenida Getúlio Vargas, Feira de Santana.....	179
Fotografia 87: Rua Manoel Dias, Salvador.....	179
Fotografia 88: Avenida Getúlio Vargas, Feira de Santana.....	180
Fotografia 89: Avenida Joana Angélica, Salvador.....	180
Fotografia 90: Avenida Getúlio Vargas, Feira de Santana.....	181
Fotografia 91: Rua Marq Monte Santo, Rio Vermelho, Salvador.....	181
Fotografia 92: Avenida Getúlio Vargas, Feira de Santana.....	182
Fotografia 93: Avenida Manoel Dias, Salvador.....	182
Fotografia 94: Avenida Getúlio Vargas, Feira de Santana.....	183
Fotografia 95: Avenida Sete de Setembro, Salvador.....	183
Fotografia 96: Avenida Getúlio Vargas, Feira de Santana.....	184
Fotografia 97: Avenida Sete de Setembro, Salvador.....	184
Fotografia 98: Avenida Getúlio Vargas, Feira de Santana.....	185
Fotografia 99: Manoel Dias, Salvador.....	185
Fotografia 100: Avenida Getúlio Vargas, Feira de Santana.....	186
Fotografia 101: Rua Manoel Dias, Salvador, Bahia.....	186
Fotografia 102: Avenida Getúlio Vargas, Feira de Santana.....	187
Fotografia 103: Avenida Manoel Dias, Salvador.....	187
Fotografia 104: Avenida Getúlio Vargas, Feira de Santana.....	188
Fotografia 105: Avenida Manoel Dias, Salvador.....	188
Fotografia 106: Avenida Getúlio Vargas, Feira de Santana.....	189
Fotografia 107: Rua Osvaldo Cruz, Rio Vermelho, Salvador.....	189
Fotografia 108: Detalhe da fachada da loja.....	190

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
1. IMAGENS DE UMA FEIRA DE SANTANA.....	25
1.1 Em busca da modernidade.....	37
1.2 Imagens urbanas.....	50
1.3 Paisagem, espaço e cultura.....	52
1.4 Memória, percepção e espaço.....	56
1.5 Outras memórias.....	65
2. A (IN)VISIBILIDADE.....	68
2.1 A feira, as feiras, a cultura e o ritual do cotidiano.....	71
2.2 Da dualidade ao hibridismo.....	90
2.3 As Imagens e a visibilidade da Avenida Getúlio Vargas.....	100
2.4 As modernidades da cidade de Feira de Santana.....	147
3. FEIRA DE SANTANA: UMA CIDADE MÉDIA EM PROCESSO DE HOMOGENEIZAÇÃO?.....	164
3.1 Parâmetros para a definição das cidades médias.....	164
3.2 As cidades de médio porte do estado da Bahia: processos e emergências.....	169
3.3 Paisagens homogêneas, relações espaciais únicas.....	176
CONCLUSÃO.....	193
BIBLIOGRAFIA.....	197
APÊNDICE.....	205

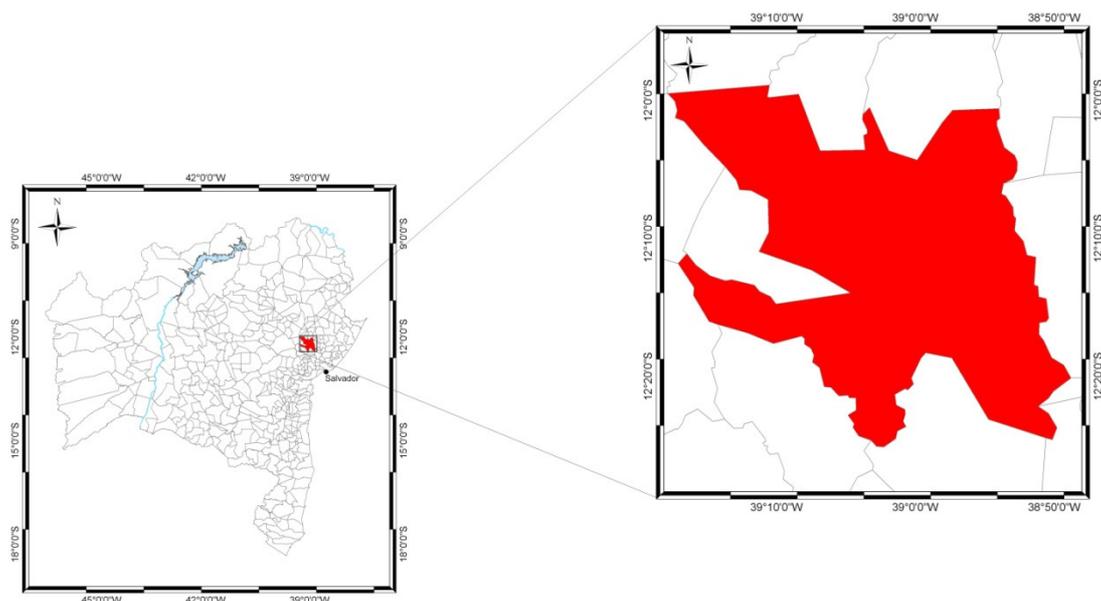
INTRODUÇÃO

Diante de todas as transformações técnicas, científicas e informacionais verificadas nos últimos anos, não causa surpresa que todas as esferas da vida coletiva tenham sido modificadas. Nesse sentido, estabeleceram-se novas ou renovaram-se as organizações sócio-espaciais de tradição. Parece ponto comum entre os estudiosos das mais diversas áreas do conhecimento que o mundo não é mais o mesmo: as mudanças envolvem os campos cultural, educacional, científico, ético, filosófico e artístico e, assim, as relações tempo-espço, sociedade-espço e espço físico/material-virtual ganham novos olhares, contornos e dinamismos.

É neste complexo e dinâmico contexto que o presente estudo se insere. Feira de Santana é atualmente a maior cidade do interior da Bahia. E, por conta do número de sua população, cerca de 571.997¹ habitantes e pela variedade de bens e serviços oferecidos a sua micro e mesorregião, estabelece-se como importante cidade de médio porte baiana. Está localizada entre dois importantes domínios morfoclimáticos: a caatinga, que envolve parte do sertão, e os mares de morros que abrangem o litoral baiano.

Essa localização geográfica de transição ou intermediária parece se refletir na cultura dessa cidade, bem como nos seus hábitos e práticas sócio-espaciais. Os embates em torno do que é ou do que representa a cultura genuinamente feirense nos motiva a levantar questões, propostas e hipóteses; mas estamos longe de colocar um ponto definitivo nesta discussão. O que há é um aparente consenso, pelo menos no discurso acadêmico, no que se refere à sertanidade feirense. Abaixo, o mapa de localização do município de Feira de Santana em relação ao território baiano e à capital, Salvador.

¹ Segundo dados de 2007 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esta mesma instituição estima para 2009, 591.707 habitantes.



Mapa 01: Localização do município de Feira de Santana em relação a Salvador e ao contexto baiano
Fonte: Laerte Dias, 2009

Esta cidade, como muitas outras de médio porte do Brasil, experimentou um processo rápido e intenso de urbanização, influenciado pelo comércio e/ou indústria, em menor ou maior proporção. Dessa forma, tanto o município quanto a sua cidade sede (Feira de Santana) vêm conhecendo um expressivo crescimento populacional nas últimas décadas. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o município em 1970 contava com 187.290 habitantes; já em 1996, com 450.487 habitantes. Neste mesmo período, a população urbana contava com um índice de 87,45 %, portanto, só neste intervalo de duas décadas, houve um incremento populacional de mais de 100%. Já em 2000, a população urbana contava com 89,76% da população total do município, o que provocou uma intensa transformação, pois novas e diferentes necessidades surgiram a partir dessa demanda. Hoje, o município ultrapassa, e muito, a marca dos 500.000 habitantes e grande parte deste contingente está concentrada na cidade, implicando necessidades de intervenções no desenho do espaço urbano e de aumento nas complexidades dos bens e serviços oferecidos.

Isto induz a pensar que esta população possui origens diversas, possibilitando uma mistura cultural, sendo difícil, hoje, identificar a cultura local. Vários foram os elementos culturais e símbolos agregados e/ou modificados dentro do cenário cultural feirense. Esse fenômeno, dentre outros, está sendo registrado com a expansão, a profunda modificação e o redesenho de seu espaço urbano. Conseqüentemente, novas formas estão fazendo parte da paisagem ou velhas formas estão abrigando novas ou modificando suas funções, acarretando uma mudança dos fluxos, da organização da cidade, bem como do modo de vida da população

feirense, ou seja, das suas práticas e hábitos culturais que, sobretudo, tornam-se visíveis na paisagem urbana.

A paisagem muda de feição em decorrência de uma série de combinações, como: frequência e circulação de veículos diversos: (carros, motocicletas, bicicletas, carroças, carros-de-mão); comportamento e vestuário das pessoas; fluidez do trânsito; disposição dos objetos no espaço e suas funções; aglomeração e densidade desses elementos, dentre inúmeras outras.

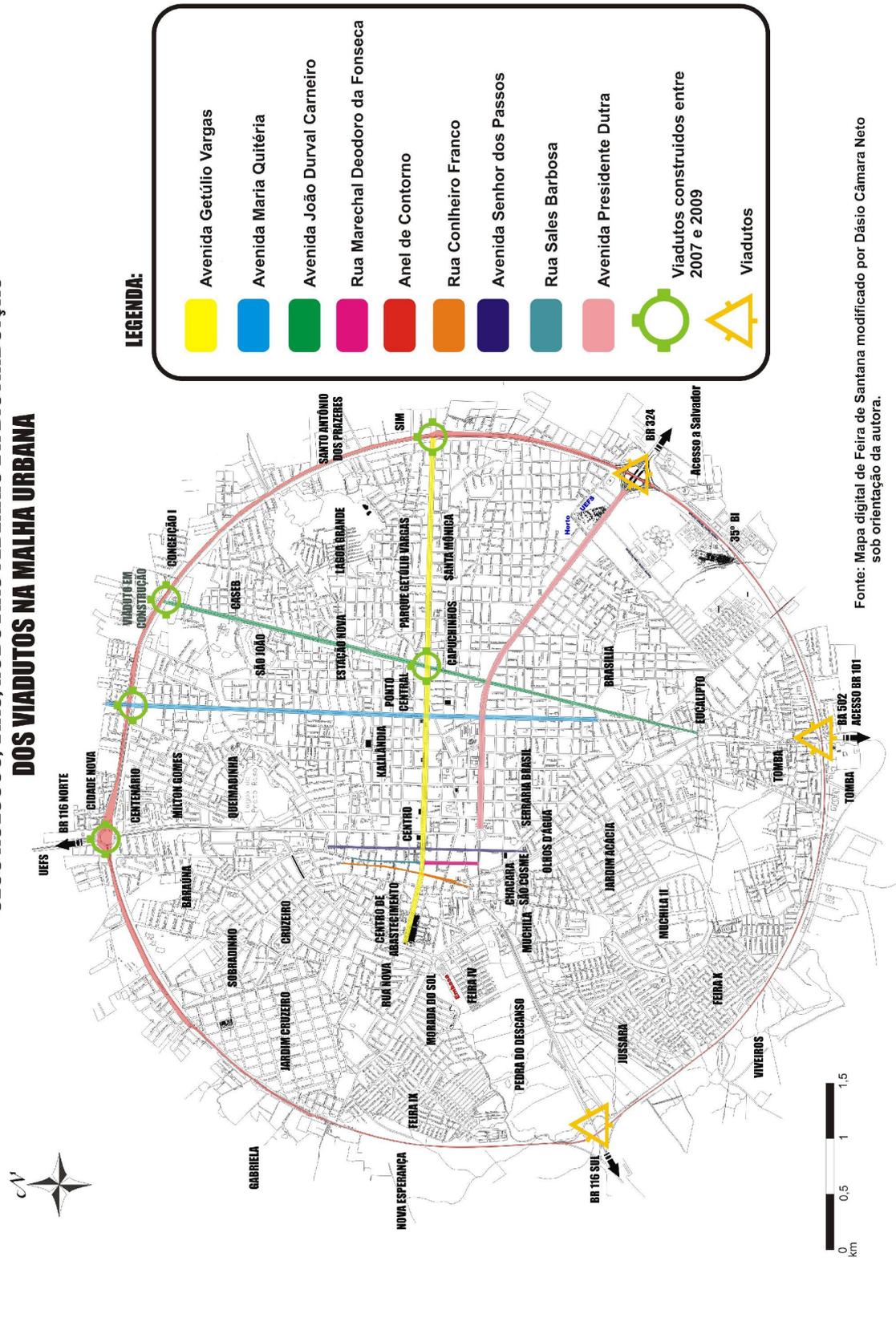
Neste sentido, o objeto deste estudo é a paisagem urbana do centro da cidade de Feira de Santana, aqui recortada e representada pela Rua Marechal Deodoro da Fonseca e Avenida Getúlio Vargas (ver mapa 02), nos seus processos de (re)desenhos influenciados pelo incremento populacional, pelo crescimento econômico e pelas mudanças culturais das últimas décadas. Vale sublinhar que esses dois recortes espaciais não foram selecionados *à priori*, foi o processo de investigação que se incumbiu de apontar estes caminhos.

As vias citadas são representativas não só por hoje serem concentradoras de fluxo populacional, comercial e de automóveis, mas, principalmente, por serem duas das vias mais antigas da cidade, e se apresentarem como grandes marcos urbanos. Além de importantes pontos nodais, são referências da antiga cidade e da antiga feira-livre, da qual a cidade legou o nome.

Buscando ratificar ou refutar a hipótese central de que as cidades médias têm modificado e homogeneizado as suas paisagens em função da idéia de progresso, a fim de alcançarem semelhanças com as grandes cidades, provocando a memória coletiva por meio do esvaziamento do espaço de símbolos culturais locais, a pesquisa tem como objetivo principal fazer uma leitura visual da paisagem urbana da cidade de Feira de Santana-Bahia, bem como, demonstrar, através de desenhos e mapas, a distribuição espacial das matrizes culturais que se misturam à cultura local desta cidade, além de identificar e mostrar, por meio de fotografias, as semelhanças existentes entre as paisagens urbanas da Avenida Getúlio Vargas na cidade de Feira de Santana e algumas ruas de Salvador, cidade que dista cerca de 108 quilômetros de Feira de Santana e pode ser considerada o seu parâmetro de cidade ideal.

É importante sublinhar que o termo matrizes culturais é empregado no sentido de referência a culturas mais amplas e complexas, como as culturas sertanejas e litorâneas, e não tem um sentido de genuíno, puro. Ou seja, entende-se e reconhece-se que as culturas sertanejas e litorâneas também passaram e passam por processos de mudanças, agregando ou descartando práticas e símbolos ao longo do tempo; portanto, são diversas internamente.

PRINCIPAIS RUAS E AVENIDAS DA CIDADE DE FEIRA DE SANTANA SEUS ACESSOS, VIAS, RODOVIAS FEDERAIS E A DISTRIBUIÇÃO DOS VIADUTOS NA MALHA URBANA



Fonte: Mapa digital de Feira de Santana modificado por Dásio Câmara Neto sob orientação da autora.

Mapa 02: Principais ruas e avenidas da cidade de Feira de Santana seus acessos, vias, rodovias federais e a distribuição dos viadutos na malha urbana.

Fonte: Mapa digital de Feira de Santana Modificado por Dásio Câmara Neto sob a orientação da autora.

Entende-se também que tanto a culturas sertanejas quanto as litorâneas têm e/ou podem ter origens, hábitos e símbolos originários de outros países e regiões do mundo.

É preciso deixar claro também que essa leitura só é possível quando se entende a paisagem urbana como um signo ou um conjunto deles. Dessa forma, constitui-se como linguagem, um meio de comunicação, um texto não verbal passível de leitura e interpretação diversas, conflituosas, cambiantes e mutáveis. É basicamente por este viés que o texto se desenvolve.

O recorte temporal será abordado de forma dialógica e não linear, e concentrar-se-á entre os anos de 1950 a 2009. Uma das prerrogativas desta escolha se alicerça em que, segundo Milton Santos (2005), foi a partir da década de 60 do século passado que se iniciou o incremento substancial no contingente populacional nas cidades brasileiras, sobretudo as de pequeno e médio porte, acarretando um processo rápido e intenso de urbanização. Este autor assinala que em 1970 todas as áreas do país experimentaram um revigoração no processo de urbanização, em níveis e formas diferentes, graças às diversas modalidades do impacto da modernização sobre o território.

No caso específico de Feira de Santana, naquele período, tem-se a instalação do Centro Industrial do Subaé (CIS), o qual se constitui em fator influenciador do incremento e expansão da urbanização da referida cidade, atraindo um grande número de pessoas não só da área rural do município, mas, possivelmente, oriundas de outras cidades e regiões do Brasil. Este fenômeno foi decisivo, segundo Vicente Deocleciano Moreira (1984, 1986, 1988, 1992, 1994, 1996, 1997, 1998), para a retirada da antiga feira-livre do centro da cidade que, acredita-se, (re)construa identidades, hábitos, práticas e manifestações culturais do lugar.

Dessa forma, a pesquisa justifica-se no momento em que contribui para a formação do conhecimento mais sistematizado, inovador e interdisciplinar sobre a paisagem urbana feirense, bem como serve de introdução a discussões sobre planejamento urbano, desenho urbano, memória e imagem urbana, cultura local e múltiplos territórios, sob a perspectiva cultural.

Este trabalho contribui para os estudos em desenho na medida em que articula de forma interdisciplinar desenho e geografia, buscando ler, refletir e analisar o espaço geográfico, ou seja, o espaço (re)construído, (re)organizado, (re)desenhado socialmente no devir da vida cotidiana, em uma leitura na qual o desenho é entendido por meio da definição proposta por Lysie dos Reis Oliveira e Gláucia Maria Costa Trinchão (1998), como não apenas grafia, expressão humana; mas, sobretudo, como registro, como um instrumento de leitura que

carrega consigo uma lógica e, por isso mesmo, é elemento transmissor de informação, conhecimento, espaço, tempo, sentimento, dentre outros.

Neste sentido, o desenho atua não apenas como representação do espaço, mas, principalmente, como fonte de informação e conhecimento, como indicativo de um tempo e de um espaço específicos e, dessa forma, atua como importante registro histórico. Mas o desenho também expressa as expectativas, desejos e finalidades humanas, sendo portanto um desenho intento. Esta leitura da dinâmica espacial das relações dialéticas entre sociedade e espaço se insere em uma perspectiva que coaduna com a contemporaneidade e as atuais e complexas relações interesaciais. Nesta direção, possibilita outras leituras acerca do espaço e seu desenho, denotando, assim, uma perspectiva de leitura do ambiente urbano ainda pouco explorada.

É importante informar ao leitor que para o desenvolvimento dessa pesquisa empregou-se o método desenvolvido por Kevin Lynch (1997), que nos oferece instrumentos, categorias de análise para qualificar a leitura do ambiente urbano. Esse autor foi fundamental para compreendermos como as pessoas criam imagens mentais através da observação, percepção, deslocamento e uso do espaço urbano. O autor explica que as formas físicas da cidade agem sobre os seus transeuntes provocando percepções, gerando informações e imagens de cidade. Assim, na mesma medida em que as pessoas desenharam e redesenharam a cidade, o desenho da cidade também age sobre as pessoas nos seus afazeres cotidianos. Pode-se dizer ainda que se (re)organiza a cidade a partir das próprias imagens mentais, ou seja, o desenho urbano produz e o desenho gráfico expressa uma imagem mental da cidade.

É indispensável também explicar que as categorias de análise do espaço geográfico - estrutura, processo, função e forma propostas por Milton Santos (1997) alinhavam todo o texto, na medida em que se considera a mutabilidade e a complexidade na apreensão, leitura e interpretação do contexto espacial. Tanto a Rua Marechal Deodoro da Fonseca quanto a Avenida Getúlio Vargas sofreram profundas modificações ao longo do tempo: as suas formas e funções mudaram, assim como a estrutura social, política e econômica que as organizavam. Mas, estas categorias de análise se insere nesta pesquisa com outro significado, agora, refere-se a hibridez da paisagem.

Esta pesquisa é de cunho qualitativo e se aproxima do método de abordagem fenomenológico; portanto, da geografia humanista/cultural. Contudo, em absoluto desprivilegia a análise pelo viés marxista. Dessa forma, para a efetivação desse trabalho, utilizaram-se como procedimentos metodológicos a revisão bibliográfica acerca do tema em questão, assim como trabalho de campo para aproximação, observação, descrição e

interpretação da paisagem. Esta etapa ocorreu através de trajetos feitos caminhando pela Rua Marechal Deodoro da Fonseca e Avenida Getúlio Vargas em diversos dias da semana e em diferentes horários, nos quais registrou-se fotograficamente a paisagem urbana e os elementos que denotam hibridez, pluralidade, homogeneidade e as matrizes culturais ligadas ao sertão e ao litoral baianos. Anotaram-se, em um diário de campo, as impressões e sensações dos arredores que envolvem os elementos destacados. Posteriormente, fez-se uma reflexão da localização desses elementos culturais no contexto do centro da cidade, a fim de compreender a sua espacialidade. Utilizou-se também entrevistas com moradores antigos da cidade de Feira de Santana, com faixa etária variando entre 60 e 70 anos, no intuito de buscar outras imagens e memórias da cidade.

Exceto o mapeamento dos pontos de táxis, todos os mapas constantes deste trabalho produzidos por Dásio Câmara Neto, sob orientação da autora, tiveram como método o trabalho de campo, que ocorreu na cidade de Feira de Santana na Rua Marechal Deodoro da Fonseca e Avenida Getúlio Vargas, bem como na Avenida Sete de Setembro, Joana Angélica, Manoel Dias, Osvaldo Cruz e Rua Marq Monte Santo em Salvador e em algumas ruas e avenidas de Lauro de Freitas. É imprescindível dizer que foram feitas também visitas ao Centro de Abastecimento de Feira de Santana, às Secretarias de Transporte e Trânsito e de Planejamento Urbano de Feira de Santana, ao Sindicato dos mototaxistas de Feira de Santana, ao Museu Casa do Sertão e ao Observatório Antares, ambos também localizados neste município.

O uso das fontes e recursos imagéticos, como as fotografias e desenhos, foi essencial para o desenvolvimento do trabalho, na medida em que possibilitou uma leitura com maior acuidade do desenho urbano, o que, sobremaneira, tornou possível a elaboração de mapas de localização através dos quais pudemos experimentar métodos gráficos de registro visual, que evidenciaram os atributos da paisagem da Avenida Getúlio Vargas e da Rua Marechal Deodoro da Fonseca, na cidade de Feira de Santana. Contudo, uma nota se faz necessária, para a elaboração dos mapas não se utilizou equipamentos técnicos de precisão como o Sistema Global de Posicionamento (GPS), por isso a localização mencionada será aproximada.

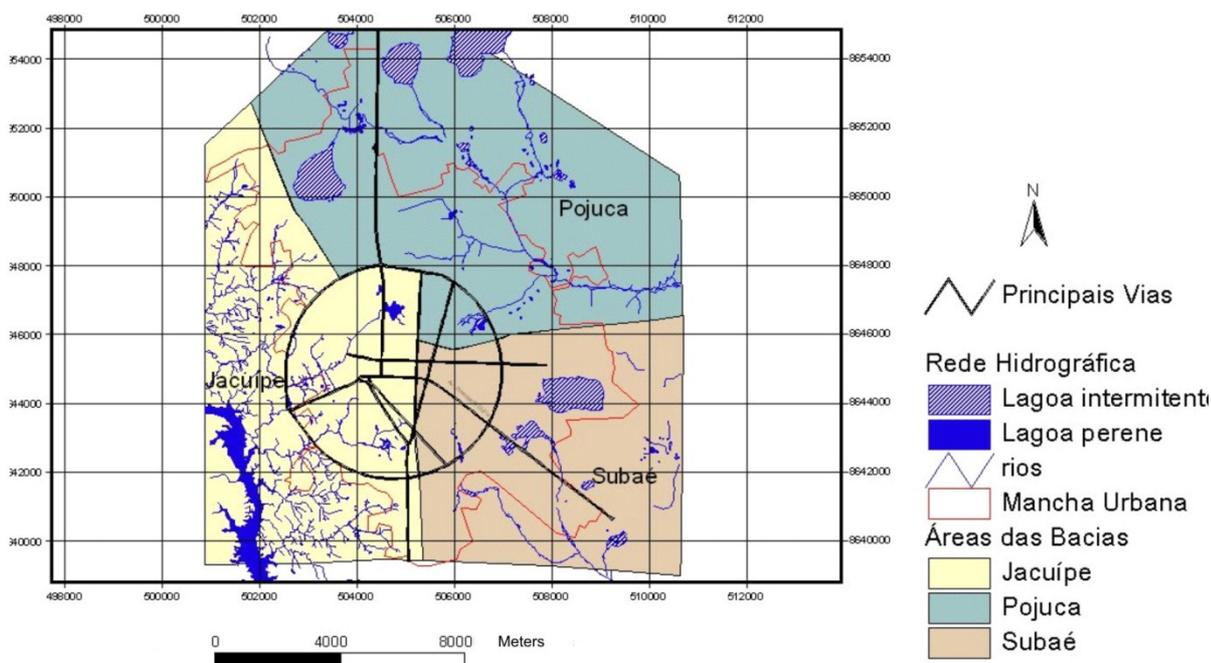
Excetuando-se esta introdução, o texto segue estruturado da seguinte forma: o primeiro capítulo versa sobre imagens e memórias urbanas; o segundo focaliza a visibilidade e a invisibilidade dos símbolos culturais e de seus espaços, assim como discute sobre as modernidades almejadas por Feira de Santana; o terceiro concentra-se na reflexão acerca do conceito e da emergência das cidades de médio porte na Bahia, da consolidação de Feira

como importante cidade média, e da homogeneidade da sua paisagem urbana. Já a conclusão apresenta e articula as discussões centrais aos resultados gerais obtidos durante o percorrer da pesquisa, e apresenta também considerações, questões e propostas. Por fim, encontra-se a bibliografia consultada e referendada efetivamente no texto.

1. IMAGENS DE UMA FEIRA DE SANTANA

A cidade de Feira de Santana tem a sua história ligada ao transporte e abastecimento de mercadorias agrícolas e animais do sertão em direção ao Recôncavo Baiano. Transformou-se em ponto de referência para tropeiros e vaqueiros que paravam para descansar a si e aos animais, bem como para, já ali, aproveitando a aglomeração de pessoas, comercializarem alguns produtos básicos de subsistência.

Telma Maria Sousa dos Santos (1999), explicando o povoamento do interior do Nordeste, indica importantes caminhos: o primeiro é que o povoamento se processou de forma irregular e em poucos núcleos, concentrando-se, principalmente, nas margens dos rios, dentre eles o Rio Jacuípe, o qual “corta” a cidade de Feira de Santana. Ressalta também a importância das condições naturais e a dificuldade na obtenção de água para a formação desses núcleos. Logo, fica evidente a condição natural de Feira de Santana para o seu povoamento, não apenas pela presença do Rio Jacuípe, mas também do Rio Subaé, assim como de várias lagoas e nascentes distribuídas pelo espaço da cidade, de acordo com o mapa 03.



Mapa 03. Bacias hidrográficas que abrangem o espaço do município de Feira de Santana.

Fonte: Fernandes, Santo e Santos (2008). Notar a mancha urbana delimitada pela linha vermelha.

Marialvo Barreto (2002) discute os condicionantes da excentricidade da expansão do sítio urbano de Feira de Santana e destaca as condições geomorfológicas como fundamentais

na ocupação e expansão da área urbana. De acordo com o autor, dentre outros fatores, as nascentes e lagoas existentes no espaço da cidade e da circunvizinhança foram importantes condicionantes tanto para o povoamento do núcleo inicial quando da expansão deste. Barreto (2002, p. 07) assinala que

a história de Feira de Santana tem uma relação direta com o meio ambiente, onde as nascentes formadas na base do tabuleiro, na zona de contato com o cristalino, permitiram a ocupação humana com mais facilidade, se comparado com o interior próximo com escassez de água. O lençol freático está diretamente vinculado à origem do povoamento. (...) a cidade cresceu e se expandiu preferencialmente sobre o tabuleiro.

Segundo Barreto (2002), a expansão da área urbana ocorreu sobre a formação geológica do tabuleiro sedimentar do grupo Barreiras², a qual “abriga” parte da Bacia dos rios Subaé e Pojuca. Em contrapartida, houve um vazio no sentido do rio Jacuípe, mais especificamente a oeste e sudoeste do núcleo inicial. Em resumo: a cidade cresce mais em direção aos rios Subaé e Pojuca em função da estrutura geológica que favorece a formação de lagoas e nascentes. A esse respeito, o autor reflete: “Tomamos como excentricidade a expansão geográfica do sítio urbano, a partir do centro antigo, com grande expansão sobre o tabuleiro e pouca expansão sobre o cristalino próximo deste centro” (BARRETO, 2002, p. 07). A partir da observação do mapa 03, fica compreensível o sentido da expansão de que trata Barreto (2002). O mapa 02 também confirma a tese: se observada a distribuição espacial dos viadutos construídos durante os anos de 2007 e 2009, identifica-se que todos estão na direção dos Rios Subaé e Pojuca, provavelmente em função do maior fluxo de pessoas e automóveis nesta área.

Assim, o crescimento da cidade esteve alinhado e acompanhou a presença e disposição de lagoas e nascentes, possivelmente em função da necessidade de água para a realização de atividades essenciais à sobrevivência, principalmente em uma época em que o sistema de transporte e abastecimento ainda eram precários.

Mas Santos (1999) chama a atenção para outro elemento importante, que é a necessidade de interiorização territorial empreendida pela pecuária durante o século XIX. A lógica de então era regida pela “necessidade de abastecer os pontos de agricultura e mineração com animais de carga e de carne para a alimentação, o que promoveu a abertura de novos caminhos entre o litoral e o interior (...) formaram-se, então, importantes zonas de criação que se ligavam às áreas produtoras” (1999, p. 29). Aliado a isto, havia a proibição pela coroa portuguesa, ainda no século XIX, da criação de gado no litoral e recôncavo baianos, porque a

² Grupo Barreiras: formação geológica recente.

criação bovina crescia a ponto de ocupar áreas consideráveis e o gado também se alimentava da plantação de cana-de-açúcar, prioridade na época.

Sylvio Bandeira de Melo e Silva, Sonia de Oliveira Leão e Bárbara Christine Nentwig Silva (1989) destacam que as atividades econômicas foram responsáveis pelo povoamento e multiplicação dos núcleos urbanos na Bahia, enquanto as áreas de produção definiram a localização e o desenho desses núcleos. Dentre estas atividades estão: controle político administrativo assegurado, sobretudo, por Salvador, as *plantations* de cana-de-açúcar, a exploração mineral e as sedes das fazendas de pecuária bovina.

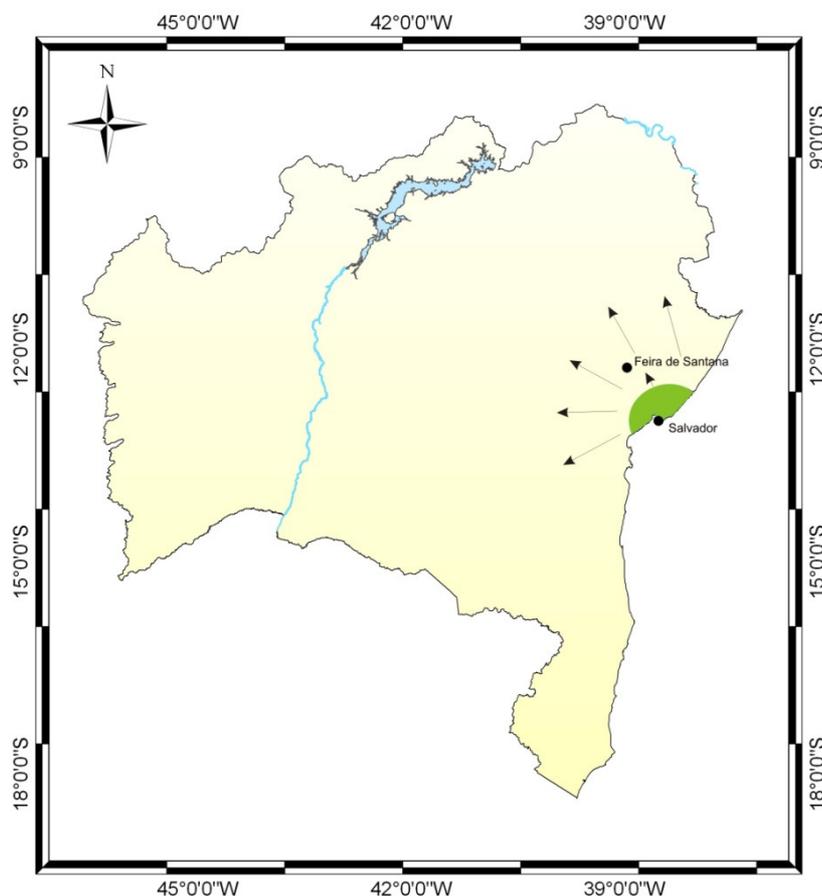
Os autores explicam ainda que essas fazendas, em sua maioria, ficavam localizadas ao longo das rotas de boiadas e das tropas, em entroncamentos de estradas e rios e possuíam uma capela construída pelos respectivos proprietários. Por conta destes atrativos locais, as fazendas costumavam atrair pessoas para a troca de produtos. É nesse contexto que surgem as feiras-livres, espaços de trocas de mercadorias básicas à manutenção da vida e que não atendiam apenas ao sertão, posto que o recôncavo também era beneficiado por este mercado. Silva, Leão e Silva (1989, p. 84) aludem que “ao longo do tempo, entretanto, as populações começam a se assentar pela força da oferta de certos bens e serviços, culminando com a formação de núcleos com tendências a evoluir para vilas e cidades.”

Dentro deste contexto, Feira de Santana, assim como outras cidades do Estado, teve seu crescimento ligado a uma lógica de espacialização da produção econômica. Isto permite questionar a idéia já consolidada de cidade que surgiu e cresceu em função, principalmente, de sua localização privilegiada, porque várias outras cidades evoluíram de sedes de fazendas às feiras-livres e, posteriormente, cidades, tais como Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe e Jequié, por exemplo, que tiveram formações históricas bastante semelhantes à de Feira, mas não conseguiram acompanhar o seu crescimento econômico e populacional. Pode-se inferir, então, que Feira de Santana teve o seu crescimento baseado em um projeto de desenvolvimento local, empreendido por sua elite social, política e econômica da época.

O historiador Clóvis Frederico Ramaiana Moraes Oliveira (2000) traz importantes reflexões sobre esta temática. Inclusive, também questiona a idéia consolidada de que Feira surge em função da sua localização privilegiada, e faz uma provocação ao sugerir que forças políticas construíram esta idéia.

Nesse intervalo de tempo, observa-se, conforme mapa 04, uma divisão espacial ligada à produção pecuária direcionada ao sertão baiano e à monocultura de cana-de-açúcar destinada ao litoral e recôncavo baianos. Logo, cria-se um novo desenho para o Estado da Bahia, definindo modos de viver de acordo com a necessidade de movimentação pelo espaço, a qual

é imposta pela sobrevivência e condições físico-climáticas, principalmente no sertão baiano, lugar ainda desconhecido pelos colonizadores. Assim, instalam-se dois recortes culturais e espaciais: sertão e litoral baianos.

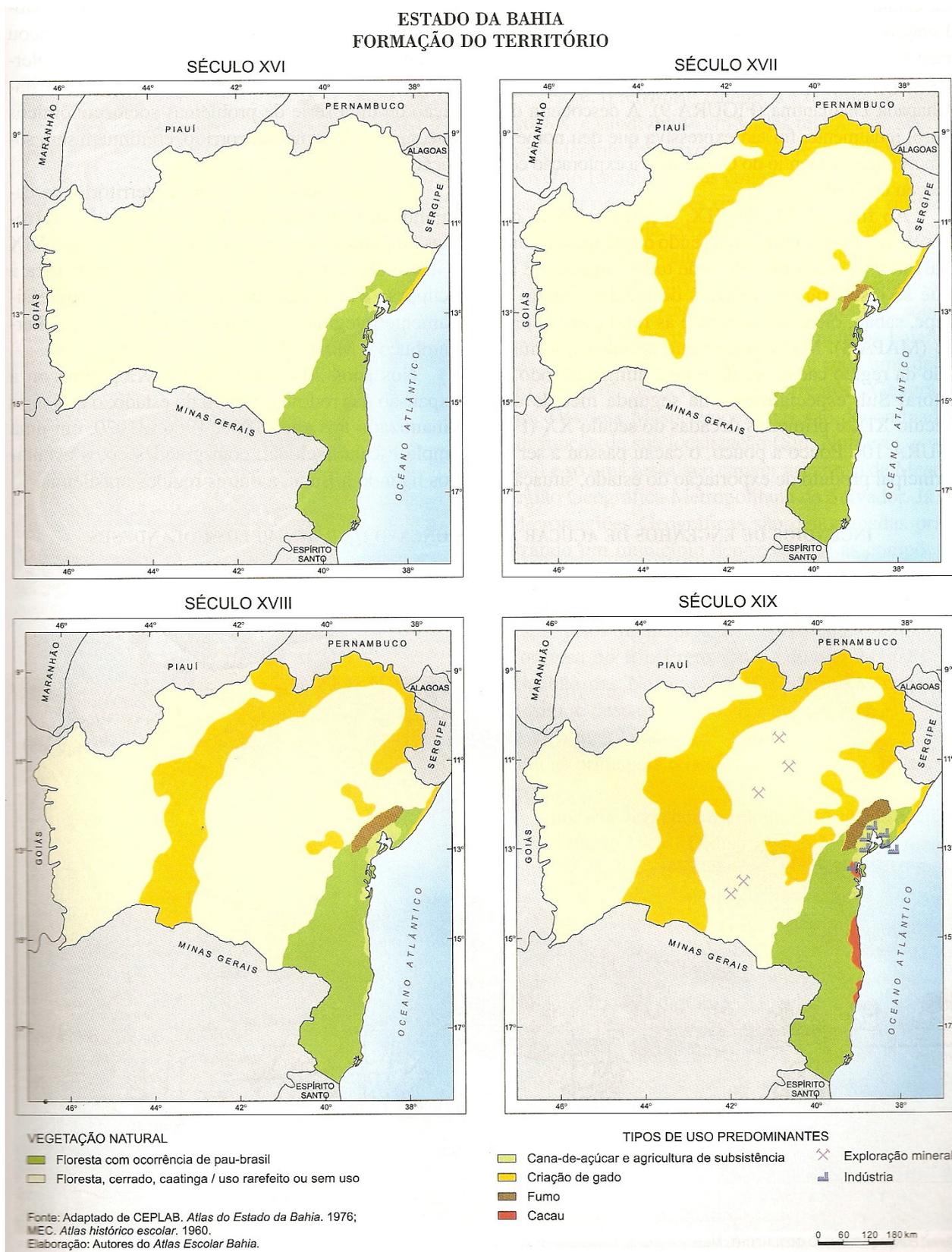


Mapa 04: Divisão do espaço ligada à produção de cana-de-açúcar e interiorização da produção pecuária. A localização não é precisa, o mapa foi construído a partir de referenciais bibliográficos.

Fonte: Laerte Dias, 2009, sob orientação da autora.

O mapa 05 mostra a ocupação territorial da produção agropastoril ao longo do tempo. No século XVI, há uma incipiente criação de gado, muito próxima às áreas de plantação de cana-de-açúcar e de subsistência, decerto para abastecer à demanda local. Já no século seguinte, XVII, houve uma expansão considerável da criação de gado e, como observado no mapa, em direção ao sertão baiano. Percebe-se a presença da plantação do fumo ligeiramente próxima à plantação de cana-de-açúcar. No século XVIII, há expansão da criação de gado e da plantação de cana-de-açúcar, esta última em direção ao sul do estado. E, por fim, no século XIX, tem-se a expansão e o incremento de todas as produções agropecuárias supracitadas, e mais, a plantação de cacau no sul do estado, a exploração mineral nas imediações da Chapada Diamantina e a indústria concentrada na região do município de Salvador. É importante

observar que toda extensão da criação de gado segue o curso das Bacias Hidrográficas dos rios São Francisco e Paraguaçu.



Mapa 05. Estado da Bahia formação do território
Fonte: Atlas Escolar Bahia, 2004.

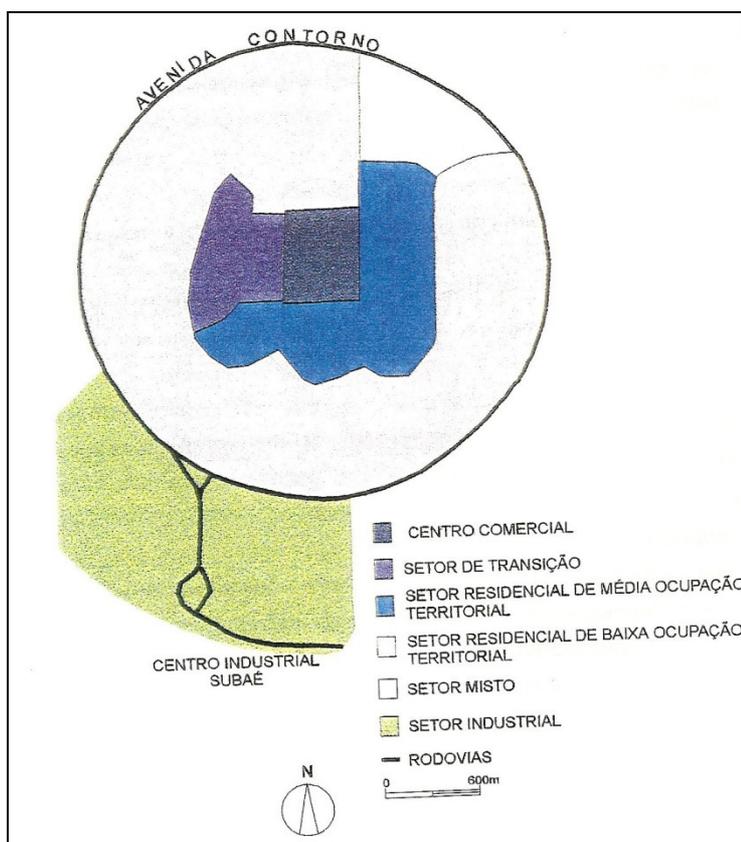
Desde 1950, a cidade de Feira de Santana vem passando por modificações profundas em sua paisagem. Esta década é especialmente importante, pois integra Feira a uma rede urbana de maior alcance. As já intensas vias de comunicação, as ferrovias e estradas entre Feira e o recôncavo e entre Feira e o sertão da Bahia, foram incrementadas com a abertura das rodovias que instituíram a cidade de Feira de Santana como um importante ponto nodal, ou seja, com a construção das atuais BR-116 e BR-324, Feira tornou-se rota de passagem obrigatória, interligando não apenas cidades baianas, mas regiões brasileiras, como as regiões sudeste, nordeste e norte. Como dito anteriormente, este não é um fenômeno novo em Feira de Santana, visto que esta cidade desde o século XIX já estava inserida no contexto das redes viárias, as quais tinham grande importância na comunicação e abastecimento das cidades baianas e brasileiras.

Alane Carvalho Santos (2002), em estudo sobre a industrialização de Feira de Santana, aponta a importância dos transportes na estruturação e consolidação das relações interregionais da cidade, principalmente na segunda metade do século XX. Nesse sentido, esclarece: “as razões de todo esse destaque estão diretamente ligadas à evolução dos transportes iniciada com a introdução da ferrovia, sendo posteriormente complementada com a construção das estradas de rodagem e com a chegada do automóvel” (SANTOS, 2002, p. 59). Logo, a malha viária foi imprescindível para a emergência da cidade como importante ponto nodal porque possibilitava fácil acesso à cidade, assim como permitia a redistribuição de bens/mercadorias para as áreas próximas. Assim, Feira se estabelece tanto como ponto de passagem, quanto como pólo concentrador e distribuidor de produtos para sua região de influência: parte do sertão, o recôncavo e Salvador.

Sugere-se também que a escolha de Feira de Santana para investimento na locação e construção de sistemas viários, como as ferrovias e as rodovias, ocorreu pela força econômica e política exercida pelo município através dos fazendeiros e comerciantes locais.

Dessa forma, sua vocação inicial para o comércio, em parte intencionalmente criada, marca a imagem da cidade até hoje, sendo impossível, tanto internamente quanto externamente, dissociar Feira de Santana da idéia de uma cidade essencialmente comercial. Imagem que, para além desta tendência intensificada pela sua localização geográfica – entroncamento rodoviário –, foi apropriada pelo poder público municipal, justificando toda e qualquer intervenção urbana como meio necessário para potencializar as relações comerciais da cidade, garantindo assim o seu crescimento econômico por meio da expansão e fortalecimento do comércio local, gerando a perspectiva de um progresso a curto prazo.

Dentre os grandes marcos de modificação urbana, destaca-se também a implantação do Centro Industrial do Subaé (CIS) em dezembro de 1970 (ver mapa 06), que fazia parte de uma política nacional de fortalecimento das relações entre as grandes regiões brasileiras, o então projeto de integração nacional³. Paralelamente a este projeto havia um outro, o da desconcentração industrial, reclamação antiga das elites econômica e política baianas. Assim, pode-se inferir que o CIS esteve ligado a planos nacional e estadual de crescimento econômico.



Mapa 06. Área urbana de Feira de Santana, localização do Centro Industrial do Subaé.

Fonte: Freitas, 1998, p.122

Nesse sentido, Freitas (1998, p. 88-89) explica que “o Governo do Estado, diante da recessão econômica da década de 60, pretendia inserir a Bahia na relação dos Estados industrializados do país orientando-se na política de desconcentração industrial adotada pelo

³ O plano de integração nacional foi empreendido na década de 1970 pelo governo militar brasileiro e, dentre outros, objetivava interligar, integrar política e economicamente, bem como desenvolver os vários territórios brasileiros, principalmente estados do norte e nordeste. O plano tinha como slogan “integrar para não entregar”, uma alusão à necessidade de monitoramento das regiões mais distantes do centro administrativo federal, na época, Brasília. Abertura de rodovias, sobretudo a transamazônica, investimento e desconcentração industrial, entre outros, faziam parte das estratégias desse plano. Todo esse crescimento foi garantido por meio de empréstimos a bancos estrangeiros. Este período também é conhecido como “o milagre econômico” brasileiro.

governo federal.” A escolha por Feira de Santana para a implantação do CIS não ocorreu de forma aleatória, visto que a cidade reunia um conjunto de vantagens locais⁴, tais como: entroncamento rodoviário, a preexistência de pequenos estabelecimentos industriais, isenção de impostos de renda, excedente de mão-de-obra, apoio da Superintendência de Desenvolvimento para o Nordeste (SUDENE) e dos governos estadual e municipal, dentre outros (FREITAS, 1998).

O CIS se configurou como um dos mais importantes atrativos de Feira. Muitas pessoas - não só de áreas rurais circunvizinhas, mas também de cidades da Bahia e do Brasil - se deslocaram-se nesta direção para tentar uma nova possibilidade de vida, através da disponibilidade de serviços, empregos, habitação, etc.

Isso induz a pensar que este intenso movimento de passagem de pessoas que migram para diversos lugares do norte-nordeste do país, e que passam por Feira, nem sempre seguem viagem. Quem se lança ao mundo em busca de melhores condições de trabalho e de vida pode ter em Feira uma possibilidade de pouso. Pode-se inferir, através das tabelas abaixo e das pesquisas de Ivana Muricy (2003), que grande parte da população residente em Feira, hoje, é oriunda de outras cidades da Bahia e do Brasil. Os dados apresentados por esta pesquisadora, acrescidos pelos do IBGE com tabelas-síntese da evolução da população e a taxa de crescimento do município de Feira de Santana entre os anos 1940 a 2000. Serão apresentados a seguir a tabela 01 e o gráfico 01 de crescimento da população do município de Feira de Santana, a tabela 02 das taxas médias anuais de crescimento do município de Feira de Santana, a tabela 03 e o gráfico 02 da taxa de crescimento da população do município de Feira de Santana e a tabela 04 das taxas de crescimento da população do município de Feira de Santana. São fontes que compatibilizam-se com os registros de Eurico Alves Boaventura (2006) que salienta as profundas mudanças nos comportamentos, hábitos, práticas e na paisagem da cidade de Feira de Santana, o que reforça nossa hipótese.

Observa-se, principalmente na tabelas 02, 03 e 04 e nos gráficos 01 e 02, que o crescimento demográfico de Feira de Santana reflete o crescimento urbano do seu município. Por exemplo, em 1970, houve um crescimento populacional total de 4,52%, enquanto que a população urbana, no mesmo período, contava com 131.720 habitantes. Em 1980, passa para

⁴ As vantagens locais são benefícios oferecidos pelos espaços, pelas cidades. Esses benefícios podem viabilizar ou não a instalação industrial, ou algum plano de crescimento econômico. A esse respeito consultar a obra “O espaço urbano”, de Roberto Lobato Corrêa. São exemplos de vantagens locais: disponibilidade de matéria-prima e insumos, água e energia, sistema de transportes, incentivos fiscais, disponibilidade de mão-de-obra barata, infra-estrutura, instituição de ensino superior ou técnico, localização geográfica, imagem mercadológica regional, dentre outros.

233.631. Complementar a esta reflexão, estão as informações disponibilizadas por Muricy (2003, p. 38), que constata: “os movimentos de imigração, embora fossem bem menos expressivos que os de emigração, contribuíram para o processo de urbanização do Estado da Bahia e para transformações sociodemográficas em determinados subespaços regionais”. Diz ainda que foram expressivos os contingentes de imigrantes residindo nas microrregiões interioranas do Extremo Sul, Chapada Diamantina e Feira de Santana. Veja-se a seguir:

Tabela 01 – Crescimento da população do município de Feira de Santana – 1940/2000

População	1940	1950	1960	1970	1980	1991	1996	2000
Urbana	19.600	34.277	69.884	131.720	233.631	349.557	393.943	431.730
Rural	63.608	72.928	71.873	55.570	57.875	56.890	56.544	49.219
Total	83.268	107.205	141.757	187.290	291.506	406.447	450.487	480.949

Fonte: IBGE. Censos Demográficos, 1940/2000. Adaptado pela autora.

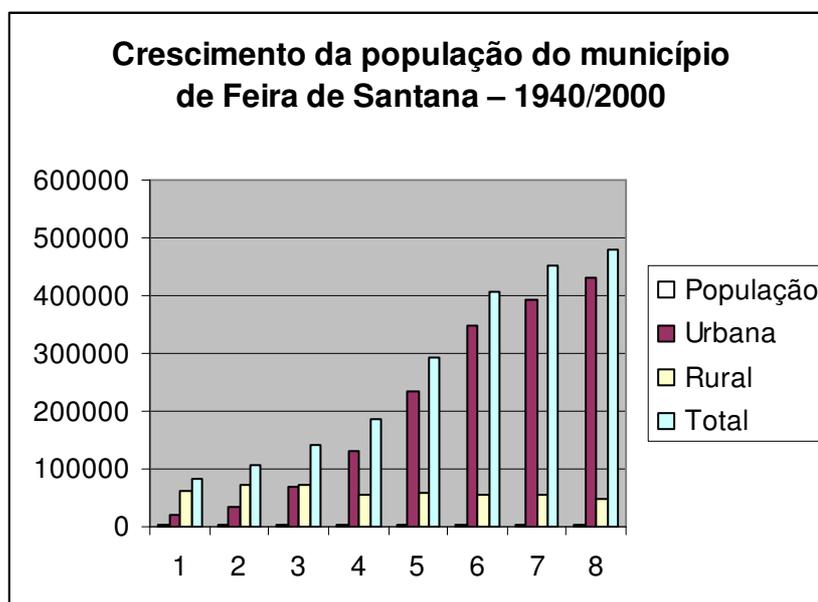


Gráfico 01. Crescimento da população do município de Feira de Santana – 1940/2000

Tabela 02 – Taxas médias anuais de crescimento do município de Feira de Santana, em porcentagem – 1970/2000

Anos	População	Taxas (%)
1970	187290	4,52
1980	291506	3,07
1991	406447	1,91
2000	480949	2,63

Fonte: IBGE. Adaptado pela autora.

Tabela 03 – Taxa de crescimento da população do município de Feira de Santana – 1940/2000

Taxa de crescimento (em %)							
População	1940- 50	1950 -60	1960-70	1970 -80	1980- 91	1991- 96	1996-00
Urbana	74,9	103,9	88,5	77,4	49,6	12,7	9,6
Rural	14,6	- 1,4	- 22,7	4,1	- 1,7	- 0,6	- 13,6
Total	28,7	32,2	32,1	55,6	39,4	10,8	6,8

Fonte: IBGE. Censos Demográficos, 1940/2000. Adaptado pela autora.

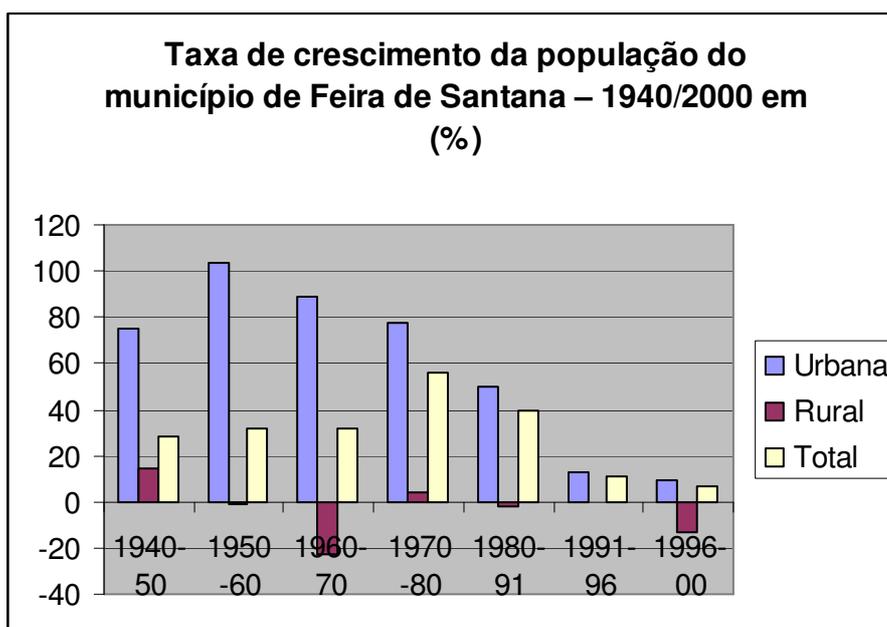


Gráfico 02. Taxa de crescimento da população do município de Feira de Santana – 1940/2000 em (%)

Tabela 04 - Taxas de urbanização em Feira de Santana (em %)

Ano	População urbana
1940	23,54
1950	31,97
1960	49,30
1970	70,33
1980	80,14
1991	86,00
1996	87,45
2000	89,77

Fonte: IBGE. Censos Demográficos, 1940/2000. Adaptado pela autora.

Observando as tabelas e os gráficos, percebe-se que a população urbana de Feira de Santana cresceu substancialmente. Este crescimento, contudo, não acompanha o decréscimo da população rural do município. Na década de 1940-50 a zona rural perdeu 14%, e a zona urbana cresceu 74,9%. Já em 1950-60, a zona rural decresceu - 1,4% contra um crescimento urbano de 103,9%, ou seja, o incremento da população urbana feirense pôde até contar com migrantes da zona rural do município, mas o excedente são migrantes oriundos de outros municípios da Bahia e do Brasil.

Vale registrar também que, segundo Santos (2002), entre 1940 e 1950⁵ houve uma expansão no setor industrial feirense, inclusive com repercussão em nível estadual.

Apesar das limitações, Feira de Santana tornou-se o centro industrial líder do interior da Bahia. O número de estabelecimentos⁶ industriais subiu, no município, entre 1940-1950, de 35 para 183, um aumento de mais de 500 por cento. O valor da produção industrial não fora considerado, mas em 1950 calculava-se em mais de 60 milhões de cruzeiros, abaixo apenas do valor do comércio de gado e quase o dobro do que representava a colheita agrícola desse ano (POPPINO, 1968, p. 235 apud SANTOS, 2002, p. 58).

Essa proposição pode ainda ser confirmada ao se considerar a instalação do CIS em 1970, visto que a necessidade de mão-de-obra especializada, não encontrada na região trouxe para Feira trabalhadores de diversos lugares do Brasil.

A esse respeito, Milton Santos (1997) explica que o impacto do capital técnico-científico repercute no espaço e, conseqüentemente, na movimentação das pessoas entre cidades, regiões e países. Para o autor,

a expansão do (...) capital técnico-científico leva à expulsão de um grande número de residentes tradicionais e à chegada de mão-de-obra de outras áreas. Na medida em que as exigências da produção são outras, diferentes da

⁵ Nesta época, a indústria feirense contava com pequenas fábricas de beneficiamento de produtos agrícolas da região, como o fumo. Mas, com exceção desse sopro, a indústria local era incipiente e precária de equipamentos tecnológicos.

⁶ Segundo Santos (2002), dentre os estabelecimentos industriais estavam, por exemplo, as padarias.

produção tradicional, visto, também, que o investidor distante necessita de um controle político mais estreito dessa mão-de-obra, ele é obrigado ou prefere transplantar mão-de-obra de fora. Seja qual for o caso, há um deslocamento (SANTOS, 1997, p. 45).

Em resumo: o investimento em tecnologia nas atividades econômicas, como a agricultura, o comércio e a indústria, também se constitui em um elemento de atração populacional, seja por conta da necessidade de qualificação profissional, seja para o controle dessa mão-de-obra.

Já as reduções nas taxas de crescimento da população rural pós 1960 podem ser explicadas por diversos motivos, como secas ou o processo de modernização da produção rural, que criaram excedentes de mão-de-obra no campo, favorecendo ao surgimento e/ou intensificação do migrante nordestino para o Sudeste do país. Exemplo: de 1996 a 2000, a taxa de crescimento urbano foi de 9,6% contra - 13,6% da zona rural. Essa situação indica que as pessoas que saíram da zona rural do município migraram para outras cidades, mas não Feira, porque a perda da zona rural não foi totalmente absorvida pela urbana. Isso nos induz a pensar que, provavelmente, houve uma imigração para a cidade de Feira de Santana, assim como houve uma emigração de sua população para outros municípios baianos e/ou regiões brasileiras. Já em 2000, segundo dados do IBGE, a proporção de população não natural do município alcançou índices de 34,2 %.

Boaventura (2006) descreve a Feira de Santana da década de 1940 e se mostra observador atento da paisagem, cultura, costumes e história da cidade, trazendo, dessa forma, importantes contribuições que ajudam a montar e analisar o panorama descrito acima.

Em 1940, daí para frente, todavia, operou-se repentina transformação aqui na vida urbana. Como seguro petargo de progresso da noite para o dia, o comércio sacudiu a cidade. Ondas e mais ondas e mais ondas de nortistas, de nordestinos, sobretudo, de nordestinos bem intencionados, por aqui batiam. Outra já era a linguagem ouvida pelos cantos da rua, no meio das praças, no campo-do-gado, até mesmo na então heráldica e orgulhosa Avenida Senhor dos Passos. Elogiavam-se ou saudavam-se os arrivistas com expressões envoltas de poeira quente: Cabra da peste! Cabra da bicha! Filho da gota serena! E aqui e ali burburinho de sombras saltando de paus-de-arara de auto-ônibus de longe, de muito longe. A maioria dos que pulavam dos carros se enquista na cidade, se ajeita no comércio. Acomoda-se depois, na sociedade, em tudo. Vira até doutor. (...) E aquela gente, até então desconhecida feirenseizou-se. Viraram muitos dos chegantes bons comerciantes de vulto. (...) Agitou-se a cidade (BOAVENTURA, 2006, p. 84).

Depreende-se, a partir deste fragmento de texto, que a mudança na paisagem e seus movimentos, os sotaques e as expressões linguísticas foram percebidos e incorporados pelas

peças que compartilhavam a vida urbana da época. Houve, aparentemente, uma aceitação mútua entre aqueles que chegavam e os feirenses residentes.

Em outro trecho, o mesmo autor enfatiza a diversidade de origem das pessoas que migravam para a cidade: “de onde em onde a interjeição de desconhecido nome: quem é? É um pernambucano. Belo palacete! É de um paraibano. Boa loja! É de um cearense. Bem sortido armazém! É de um alagoano.” (BOAVENTURA, 2006, p. 85).

Esta é uma variável fundamental ao estudo da cultura de Feira de Santana, cidade que, indiscutivelmente, se consolida como de médio porte e avança com a perspectiva de se tornar uma grande metrópole. Essa mistura de pessoas de todas as partes, com seus hábitos e modos de viver, invariavelmente promoveu e promove modificações na cultura desta cidade. Por outro lado, e não menos importante, os meios de comunicação vêm provocando um contato multicultural mais constante, e essa troca, agenciada pelas mídias, também atua como veículo definidor de comportamentos diversos. Ou seja, os meios de comunicação também são capazes de produzir mudanças culturais locais, na medida em que veiculam produtos, comportamentos e modos de viver na cidade. A cidade média, via de regra, proporciona, resguardando-se as devidas proporções, um viver na cidade semelhante ao de uma metrópole ou cidade grande, seja através do uso do shopping center, dos hiper-supermercados, dos sistemas públicos de saúde, transporte e segurança. O lazer e o entretenimento também pode ser verificado, com a presença de boates, casas de shows, parque de exposições e outros.

1.1 Em busca da modernidade

A respeito da celebrada modernidade trazida pelo CIS, Muniz Sodré faz um panorama ficcional da Feira de Santana em 1964, tratando de seu espaço e dos hábitos socioculturais de então. Em uma irreverente e inteligente relação, compara o emergir da modernidade feirense à chegada de um bicho temido e ao mesmo tempo desejado, esperado: “Desde menino, Antão acostumou-se a temer a chegada do bicho. Súbito, sussurrada, vinha a notícia: o bicho vai chegar a Feira” (SODRÉ, 1991, p.12). Para desenvolver o seu cenário, cria essa personagem de alcunha Antão Pereira Neves, homem de sessenta anos de idade, mulato, filho de negra liberta, alto e forte, vindo de um vilarejo do recôncavo baiano. Aprendeu a ler e a escrever sozinho, e tornou-se dentista. Mesmo sob o pretexto de um texto ficcional, Sodré (1991), para escrever sobre a cidade e o sertão da Bahia, utiliza dados e informações que parecem ter relação direta com o cotidiano de Feira de Santana em 1964, como menção a jornais, a nomes de ruas, aos hábitos de vida e a pessoas que fizeram parte da história oficial da cidade.

Vale pontuar que a década de 1960, conforme as tabelas 01 e 02 e os gráficos 01 e 02, é extremamente importante para a mudança no crescimento urbano de Feira de Santana, porque é a partir deste período que há um incremento substancial da população urbana da cidade, bem como um decréscimo da população rural do município, com taxas de até - 22,7 %, conforme as tabelas apresentadas.

Essa oscilação também foi percebida por Santos (2005). Ao analisar a urbanização das cidades brasileiras, assinala que nos anos 1960, e principalmente em 1970, todas as áreas do país experimentaram um revigoramento no processo de urbanização, em níveis e formas diferentes, graças às diversas modalidades do impacto da modernização sobre o território. E, ainda, ressalta que quanto maior a divisão territorial do trabalho⁷, maior também será o número de cidades. Então, a cada momento histórico, a divisão interregional do trabalho afeta a urbanização das regiões brasileiras. As décadas destacadas pelo autor casam perfeitamente com as tabelas e os gráficos anteriormente citados e, assim, com o momento de transformação espacial, social, cultural e expectativa de modernidade através da instalação do CIS em Feira de Santana.

Nesse sentido, Sodré conta das mudanças ocorridas no modo de organização sócio-espacial da cidade. A propósito: “Feira! Mudou bastante desde que Antão chegara ali [...]. A cidade cresceu, sim, mas perdendo um bocado na razão do nome, da exuberância da feira de gado e produtos da roça. De cada cidade do sertão partia uma especiaria para achar lugar certo no imenso mercado em que se transformavam, toda segunda-feira, as ruas de Feira” (idem, 1991, p.13).

Em 1977, o último grande marco: a realocação da antiga feira-livre localizada no centro da cidade, que não legou apenas nome à cidade, mas, sobretudo, tornou-a conhecida como importante centro comercial e cultural do nordeste brasileiro. No espaço onde a feira-livre acontecia, as trocas comerciais talvez fossem coadjuvantes se comparadas à atmosfera sócio-cultural que envolvia a todos, porque a feira se constituía como o lugar do encontro de pessoas, de artistas, de cordelistas, de comerciantes, entre outros.

O historiador Jacques Le Goff (1998, p. 26) diz que as “atividades econômicas que se instalam no próprio coração da cidade são essencialmente os locais de abastecimento”. Em

⁷ De acordo com Santos (2004), a divisão do trabalho é movida pela produção e atribui a cada movimento um novo conteúdo e uma nova função aos lugares. Pode ser vista como um processo pelo qual os recursos disponíveis se distribuem social e geograficamente. Dessa forma, “a divisão social do trabalho é frequentemente considerada como a repartição (ou no Mundo, ou no Lugar) do trabalho (...). Essa distribuição, vista através da localização dos seus diversos elementos, é chamada de divisão territorial do trabalho” (SANTOS, 2004, p.139). Logo, a divisão interregional do trabalho se referirá à repartição, à divisão das funções e tarefas entre as regiões em um dado contexto social, político, econômico, tecnológico e etc.

Feira de Santana, a feira-livre se localizava exatamente no coração da cidade. De fato, aquele não era tão somente um local central de abastecimento, mas, principalmente, a feira se afirmava como o lugar da afetividade, da ligação entre pessoas e espaços, da vitalidade da cidade em questão. Talvez, exatamente por ser coração, a feira-livre, mesmo pulverizada como se demonstrá adiante, ainda está tão presente nos espaços da cidade.

A esse respeito, Sodré (1991) diz que

a sorte fizera dela [Feira de Santana] ponto de encontro baiano entre o sertão e o litoral. Para ali acorriam fazendeiros de outros Estados, roceiros, comerciantes de todos os gêneros e comidas que sustentavam o povo do interior. De cada cidade do sertão partia uma especiaria para achar lugar certo no imenso mercado em que se transformavam, toda segunda-feira, as ruas de Feira. Antão guardava na cabeça o mapa da saciedade. Podia desfiar na hora o rosário dos produtos e suas origens. Requeijão, melado, rapadura, feijão, farinha, marmelada, bode, boi? Anguera, Tanquinho, Santo Amaro, Irecê, Nazaré, Jacobina, Ipirá, Mundo Novo! Mais? Orobó! Xique-Xique! Itiruçu! (SODRÉ, 1991, p.13)

Esse fragmento de texto é especialmente rico, pois pontua elementos importantes para o entendimento da diversidade de influências de cidades do(s) sertão(ões) na estruturação da cultura feirense, o raio de ação e o poder de atração e abastecimento que Feira exercia sobre o comércio baiano. O autor cita uma diversidade de produtos vindos de cidades que ficam distribuídas por quase toda a Bahia, e aponta para a organização espacial interna da cidade nos dias de feira-livre, já que “Antão tinha na cabeça o mapa da saciedade”. Isso indica que a feira era distribuída por setores de produtos, ver fotos 01 e 02. O autor também desloca o sertão, na medida em que insere duas cidades do recôncavo baiano, Santo Amaro e Nazaré, ao sertão de 1964 - isto pode definir indicações de que o litoral se resumiria estritamente à capital, Salvador, enquanto o sertão envolvia todos os outros espaços do território baiano.



Foto 01. Antiga feira-livre, Praça João Pedreira, década de 1970.

Fonte: Gama, 2000, por Silva, 2008.

A feira tinha seus encantos e magias, como o encontro das pessoas, dos amigos, a parada para ver e escutar o artista que se apresentava, a busca pelos livretos de cordel que contavam a saga dos homens nordestinos, como o famigerado Lampião, por exemplo. A expectativa das novas aventuras do Lucas da Feira, as negociações dos comerciantes de gado. e de toda espécie de animais, ver foto 02a. Estabelecia-se um cotidiano sob a forma de cultura sertaneja, ver fotos 01 e 02. Toda essa vida cultural foi praticamente esquecida com a retirada da feira para o centro de abastecimento, desconcentrando, fragmentando e distribuindo a cultura sertaneja pela cidade, mesmo que esta possa, no primeiro momento, parecer inexistente ou invisível no espaço urbano.

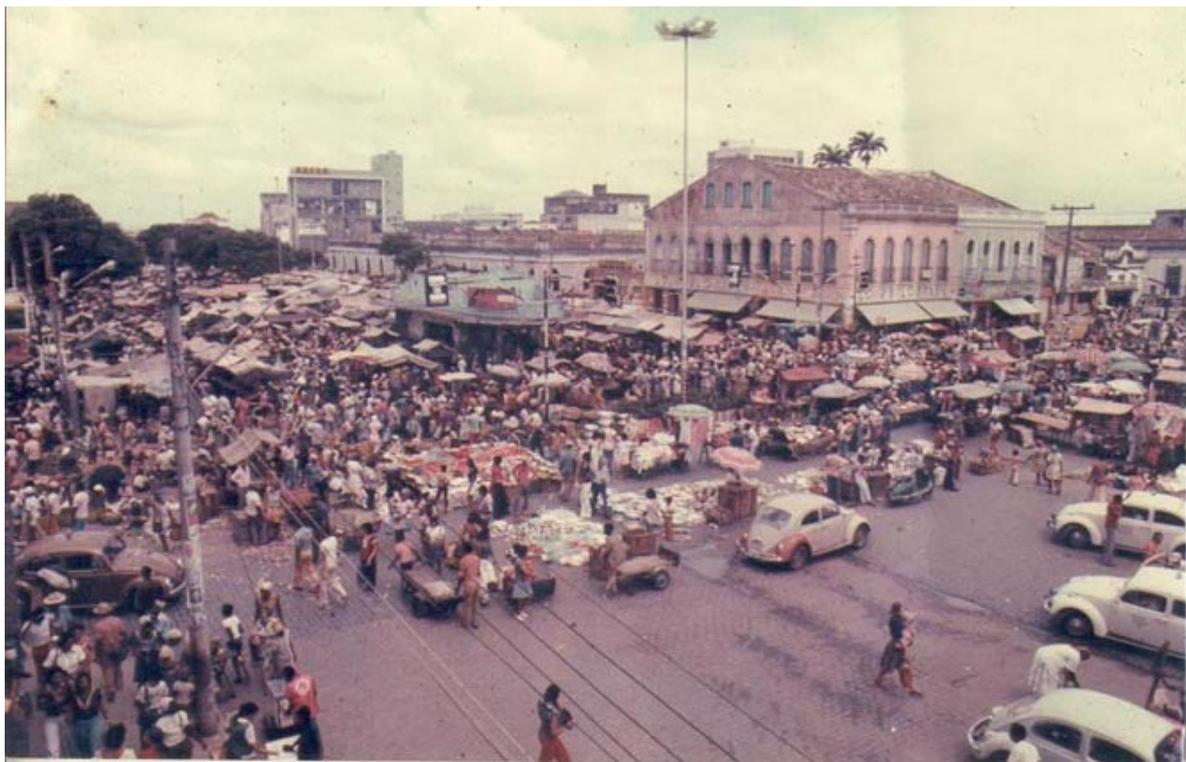


Foto 02. Antiga feira-livre, Praça João Pedreira, década de 1970.
Fonte: Gama.

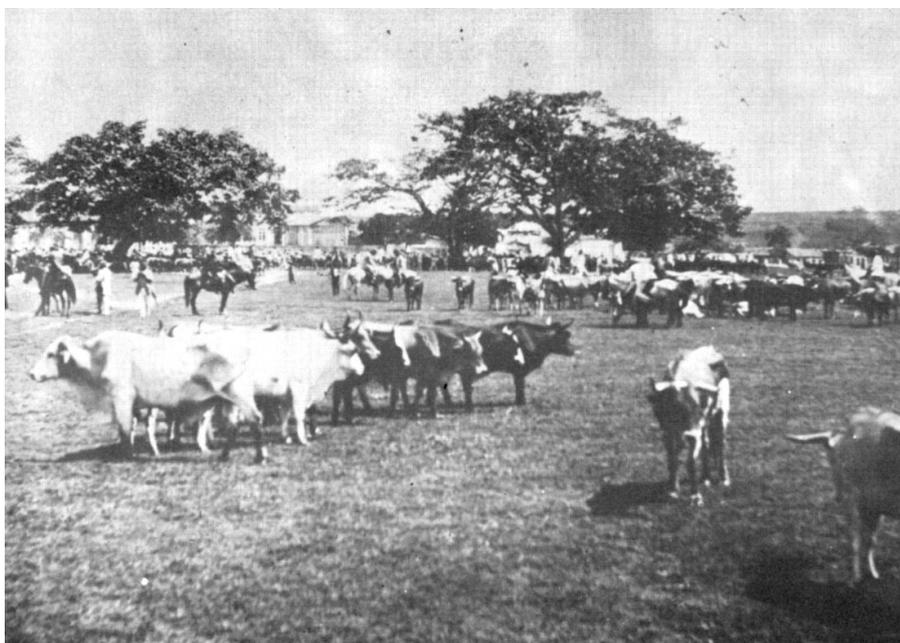


Foto 02a. Antigo campo do gado, também parte da feira-livre. Atual Fórum Desembargador Filinto Bastos.

Fonte: Arquivo Fundação Cultural de Feira de Santana, edição 430.

É possível perceber, a partir das fotografias 01 e 02, a movimentação de pessoas e carros na Praça João Pedreira nos dias de feira-livre. Observa-se também que a feira se estende em direção à Avenida Senhor dos Passos, impossibilitando o fluxo de veículos nessa área. Ou seja, o trânsito era interrompido para que a feira se realizasse em uma cidade com

quase 200.000 habitantes, e isto pode ser verificado não apenas pela distribuição da feira nas ruas, mas pela presença dos semáforos, indicando que nos espaços destinados à passagem dos carros, agora estabeleciam-se pessoas, barracas e mercadorias diversas.

Juarez Bahia narra a intensa movimentação que ocorria em Feira de Santana durante a feira-livre:

todo mundo se encontra e se reencontra na feira, para comprar ou para assuntar, para falar ou para ouvir, para aprender ou para ensinar. Venha, venha à Feira de Santana numa segunda-feira, com seus tabaréus, seus sertanejos, seus matutos, seus forasteiros, seus comerciantes, seus pensadores, seus poetas, seus sábios, seus macumbeiros, seus oradores, suas mulheres, seus artífices, seus mestres, seus negociantes, seus coronéis (BAHIA, 1986, p. 157).

A partir deste texto e das fotos 01 e 02, compreende-se a diversidade social, econômica e cultural dos fazedores da feira. É instigante observar nas fotografias 01 e 02, sobretudo na foto 02, a idéia de densidade, movimento, aglomeração de pessoas, carros e barracas expressa pela imagem. Em consonância com o colorido da arquitetura está também o colorido procedente das pessoas, dos produtos, enfim da feira-livre. O colorido da fotografia e da própria feira inebria o lixo, a sujeira, as contradições sociais e as condições insalubres de trabalho.

Nesse sentido, Susana Gastal (2006), ao discutir as alegorias urbanas sob a perspectiva da semiótica, faz uma leitura da praça, do monumento e do palco na pós-modernidade e considera que a praça-mercado no período medieval era o espaço da troca simbólica, da convergência e da visibilidade da multiplicidade da cultura popular. De acordo com a autora,

Le Goff (1992) coloca essa praça-mercado medieval, ainda mais, como o espaço de visibilidade da cultura popular, na figura da cultura do camponês que trazia, junto com sua produção, os hábitos nela subentendidos, para serem expostos e comercializados dentro dos muros (...). Acompanhando todas essas funções, a praça é o lugar do diálogo, do prazer, da festa, quer religiosa, quer de caridades, como eram denominadas as festividades destinadas a distribuir comida aos pobres (GASTAL, 2006, p. 65).

Um importante elemento a ser destacado neste trecho é a idéia de que os hábitos estão agregados aos produtos e, portanto, também serem comercializados no mercado. Logo, através dos produtos, os hábitos são figurados e construídos; os produtos instauram hábitos, costumes, práticas, e são vendidos, negociados na praça-mercado, que se constitui espaço de consumo e de realização do hábito de comprar na rua.

Franklin Maxado, feirense de nascimento, cordelista, poeta, escritor, jornalista e advogado, em entrevista ao jornal Correio da Bahia (2004, p. 57), relembra que o sexo também era comercializado na feira, “escancaradamente comercializado no bairro Minadouro

(assim chamado porque, além do sêmen nos dias dos pobres amores, minava muita água naquele solo de carências humanas)”. Ainda no mesmo jornal, Hugo Navarro⁸ conta da proeza de Ferreirinha, um alagoano de família de exímios mecânicos, que confeccionava revólveres e os revendia em uma das ramificações da feira-livre, o Beco do Mocó: “Ferreirinha fazia revólveres raiados e de mola de caminhão, respeitados pela qualidade do produto, por “artistas” e “bandidos” do banguê-banguê real da cidade. As armas eram vendidas abertamente” (JORNAL CORREIO DA BAHIA, 2004, p. 54).

Ainda segundo Bahia (1986, p. 156) “a feira ferve na segunda-feira, a feira urbana, do comércio doméstico. Entre essa feira, que antes já foi na terça e que agora começa verdadeiramente na sexta à noite, atravessa o sábado e o domingo, para esgotar-se na segunda – entre essa feira e a feira do gado, na Queimadinha⁹, Florêncio¹⁰ se movimenta, se agita e se realiza.” A feira-livre urbana se constituía como importante foco convergente cultural e identitário, afirmando-se como âncora da memória coletiva da cidade em função da sua forma espacial que concentrava e juntava mercadorias e pessoas que vivenciavam diversificadas experiências espaciais. Em resumo, era o lugar da multiplicidade cultural e, de igual forma, lócus da identidade.

O texto de Bahia (1986), contudo, foge da narrativa hegemônica e descreve a face não romântica e pitoresca da feira. Destaca, dessa forma, seus preconceitos, tensões e conflitos econômicos e étnicos:

esses homens, mulheres e crianças que movimentam suas ilusões construídas em suores de três dias em cada semana, para estar na Feira de Santana sexta-feira e dormir no relento, na frieza, a esperar o comprador, habitam choupanas com uma ou duas aberturas que servem de porta e janela, são casas de taipa, com paredes de barro (...) são pobres como os pretos (...) embora brancos às vezes de olhos verdes, azuis, os que assim são também como pretos são tratados porque são pobres, chegam e saem, entram e saem da feira como anônimos, entram na cidade silenciosos, com seus objetos na cabeça, ou nos ombros, ou na carroça, ou na cangalha dos animais, dos poucos animais que têm para carregar seus produtos e voltam, montados ou a pé, a cada semana (1986, p. 157-158).

A partir de suas reflexões e comparações sobre as cidades, Le Goff (1998) considera que a cidade contemporânea se aproxima mais da cidade medieval do que esta da cidade antiga e, nesse sentido, esta pesquisa se apropria das idéias do autor para analisar, como já

⁸ Hugo Navarro Silva é advogado, ex-vereador e ex-deputado estadual pelo município de Feira de Santana. Está à frente do jornal Folha do Norte, um dos poucos jornais locais ainda em circulação na cidade.

⁹ Bairro localizado próximo ao centro da cidade de Feira de Santana.

¹⁰ Personagem criado pelo autor.

descrito nos parágrafos precedentes, a cidade de Feira de Santana no contexto de sua formação e afirmação como importante cidade comercial do interior da Bahia.

A cidade (...) é uma sociedade abundante, concentrada em um pequeno espaço, um lugar de produção e de trocas em que se mesclam o artesanato e o comércio (...). É assim que se delineiam (...) uma divisão social da cidade. Mas a cidade concentra também os prazeres, os da festa, os dos diálogos na rua, nas tabernas, nas escolas, nas igrejas e mesmo nos cemitérios. Uma concentração de criatividade (LE GOFF, 1998, p. 25).

Naquela Feira de Santana de até 1977, a feira-livre era o lugar da identidade espacial e social, do pertencimento, da construção dos laços de amizade e afetividade, do reconhecimento de si e do outro. Assim, a concentração de pessoas e mercadorias e a disposição dos produtos à venda favorecia o contato com o outro e favorecia também os espetáculos dos vendedores e artistas populares. O lugar, destarte, era aproveitado de forma intensa. A feira permitia a visualização da segregação social, daqueles que compravam muito ou pouco, daqueles que vendiam em barracas ou em carros de mão, e daqueles que acompanhavam seus empregadores/patrões.

Mais uma vez, em função da idéia quase obsessiva pelo progresso e, segundo Vicente Deocleciano Moreira (1986), por querer se aproximar de um pretenso modelo ideal de cidades de grande porte como Salvador e São Paulo, reorganiza-se, redesenha-se e desloca-se o espaço e a memória coletiva de uma cidade. Entende-se aqui memória coletiva na perspectiva de Maurice Halbwachs (1990), a partir da relação memória e sociedade, centro do seu pensamento:

não é o indivíduo em si nem nenhuma entidade social que se recorda; mas que ninguém pode lembrar-se efetivamente, senão da sociedade, pela presença ou evocação e, portanto, pela assistência dos outros ou de suas obras; nossas primeiras lembranças e, por conseguinte, a trama de todas as outras, não são trazidas e conservadas pela família? (HALBWACHS, 1990, p.23).

Isso quer dizer que a memória individual é atrelada à memória coletiva, seja pela presença física das pessoas nos fenômenos memorados, seja pela evocação a pessoas ou a um grupo. Dessa forma, as lembranças sempre se remetem a uma pessoa ou a um grupo de pessoas: na cena da memória, nunca se está sozinho. Em linhas gerais, as memórias coletivas são memórias que estão inseridas dentro de um contexto/quadro social, compostas por fatos, fenômenos, eventos, momentos vivenciados por um ou por vários grupos sociais.

Para Halbwachs (1990), a memória coletiva de uma sociedade está também registrada no seu substrato espacial. Logo, quando um espaço é modificado, transformado de forma

intensa, a memória também sofre mudanças, podendo ser fragmentada, confusa, ou ainda apagada.

No caso de Feira, isto é comprovado, dentre outros aspectos, pela inexistência de sequer um museu que concentre a história registrada em imagens e artefatos memoráveis da antiga feira-livre. Jerusa Pires Ferreira (2003, p. 76-77), por sua vez, relaciona memória, cultura, esquecimento e poder, esclarecendo que “o esquecimento é um mecanismo explorado por uma instituição hegemônica, tendo em vista excluir da tradição os elementos indesejáveis da memória coletiva.” Contudo, a memória da feira-livre de Feira de Santana está presente e viva a partir de suas reminiscências redistribuídas/diluídas nos espaços da cidade.

Nessa perspectiva, continua-se com a discussão empreendida por Halbwachs (1990) sobre a memória coletiva:

compreendamos bem que as formas materiais da sociedade agem sobre ela, não tanto em virtude de um constrangimento físico, como um corpo agiria sobre um outro corpo, mas pela consciência que dela tomamos. Tanto como membros de um grupo que percebem seu volume, sua estrutura física, seus movimentos no espaço. Aí existe um gênero de pensamento ou de percepção coletiva que poderíamos chamar de um dado imediato da consciência social, que sobressai sobre todos os outros (COLIN (1938) apud HALBWACHS, 1990, p.20).

Dessa forma, os objetos e formas materiais e espaciais operariam sobre a consciência coletiva por meio da percepção que se tem desses objetos e formas, e não pela simples existência física. A percepção é o que alimenta as memórias e esta será sempre construída em um contexto social, coletivo. As lembranças se confundem: podem se confundir com as lembranças de outras pessoas ou ainda não são efetivamente pessoais, mas passam a ser através de experiências advindas da oralidade, do espaço ou de outro veículo, desde que as pessoas envolvidas façam parte dos mesmos grupos sociais. Esta premissa também é defendida por Michael Pollak (1992), que refere-se à história oral e utiliza outro termo, “memória por tabela”, estas, por sua vez, são construídas na experiência pessoal e transmitidas pela voz, ou melhor, pela fala, pela conversa, pelo diálogo.

Ao contrário de Halbwachs (1990), Pollak (1992) explica que as memórias advindas de entrevistas, sobretudo aquelas que focalizam as histórias de vidas, são memórias individuais; as memórias coletivas seriam recolhidas a partir das entrevistas em grupo. Contudo, Pollak chama a atenção para a manipulação desse material, e diz que o problema é saber como interpretá-lo.

Entretanto, é preciso sublinhar que o autor admite a memória coletiva e, quando se remete ao próprio Halbwachs (1990), explica que as memórias por tabela

repassadas/comunicadas pela oralidade estão no campo das memórias coletivas. Pollak (1992, p.02) esclarece:

Quais são, portanto, os elementos constitutivos da memória, individual ou coletiva? Em primeiro lugar, são os acontecimentos vividos pessoalmente. Em segundo lugar, são os acontecimentos que eu chamaria de “vividos por tabela”, ou seja, acontecimentos vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer. São acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não.

Já Halbwachs (1990) entende que mesmo os acontecimentos vividos pessoalmente se referem a um grupo ou a pessoas, ou seja, sempre terão outras pessoas envolvidas concreta ou mentalmente nas experiências pessoais/individuais.

Pollak (1992) explica que as “memórias por tabela” podem estar deslocadas no tempo e no espaço, e podem ainda ser tão fortes e socializadas de maneira tão eficaz que chegariam a uma memória quase que herdada. Conclui o autor:

Se formos mais longe, a esses acontecimentos vividos por tabela vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo. É perfeitamente possível que, por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte, que podemos falar numa memória quase que herdada (POLLAK, 1992, p. 02).

Ainda sobre a realocação da antiga feira-livre, o Jornal Gazeta da Bahia, de fevereiro de 2008, em reportagem sob título: “A feira livre de Feira de Santana durou mais de um século”, traz uma declaração do prefeito José Falcão da Silva, no final da sua primeira gestão, em 1977¹¹, o qual assinou um decreto extinguindo a feira-livre do centro da cidade, afirmando: “o centro [centro de abastecimento] é necessário, foi feito e discutido. O turismo nunca foi fonte de renda para Feira de Santana, pois sempre foi uma cidade comercial e encontro de tropeiros desde o seu nascimento. Asseguro que o Centro de Abastecimento dará outras perspectivas, aumentando a potencialidade do município. Enfocando todos os aspectos sócio-econômicos, turísticos e urbanísticos” (JORNAL DA BAHIA, 2008, p.09).

Em contraposição a este pronunciamento, um outro, de Franklin Maxado: “Mas hoje ficou pior, o povo lhe chama agora de “Centro de Aborrecimento”, que assusta a senhora ... o freguês afugentado vai adiante com o ouro” (MOREIRA, 2002, p. 10). Este fragmento é significativo porque se relaciona com as lembranças que algumas pessoas têm do período de instalação do Centro de Abastecimento. O aborrecimento de que trata Maxado, possivelmente, ocorria em relação às vias precárias de acesso ao centro, que não tinham

¹¹ José Falcão da Silva esteve à frente da prefeitura mais duas vezes, de 1983 a 1988 e em 1997, quando morreu pouco tempo após a sua posse, totalizando, assim, três gestões.

calçamento nem asfalto, sendo difícil chegar até lá de automóvel. As condições físicas, após a realocação, continuavam quase as mesmas, com pouca preocupação em relação a limpeza, e nem todos os feirantes tiveram espaço no novo centro. Como o número de boxes foi insuficiente para atender à demanda, os feirantes foram se instalando nos espaços vazios e inserindo fragmentos de feira em outros espaços da urbe.

A senhora a que se refere Maxado não representa qualquer frequentador/comprador/freguês do centro de abastecimento, mas as pessoas de alto poder aquisitivo que, insatisfeitas com as condições físicas e estruturais do centro, têm a possibilidade de comprar em outros lugares. Aqui cabe pontuar, mesmo de forma resumida, a importância do supermercado na mudança dos hábitos de compras na cidade.

É a partir da Segunda Guerra Mundial que os supermercados se instalam nas grandes cidades do mundo. No Brasil, o seu aparecimento iniciou-se muito modestamente nos anos 1950. Mas a sua expansão ficou estagnada até os anos de 1970. Em 1960 havia, em todo o Brasil, entre 80 e 100 estabelecimentos classificados como supermercados, representando apenas de 3 a 5% das vendas. O pequeno varejo detinha a maior parte das comercializações. Cinquenta anos depois, os supermercados chegam a mais de 40 mil e, certamente, abrangem mais de 70% do dinheiro que circula neste tipo de comércio.¹²

Os supermercados instauram novos formatos, modelos e hábitos de consumo, não apenas porque concentram capitais e mercadorias diversas em um mesmo espaço, mas, principalmente, por colocarem as pessoas em contato com a modernidade do equipamento urbano, bem como, por aproximarem e estimularem o consumo dos produtos veiculados pela televisão. Outro elemento importante foi o acesso da classe média à motorização, que o facilitou o trânsito de casa ou trabalho até o supermercado e deste, já com as compras, até às residências (BELIK, FABRINI FILHO, GUIMARÃES e SILVA, 2002¹³). Ou seja, o supermercado era um elemento que significava a modernidade e a inovação, e instaurava novas técnicas de comercialização, como o pagamento em cheques, cheques pré-datados, notas promissórias, e, posteriormente, cartões de crédito e débito.

De acordo com os autores supracitados, “é preciso destacar que, nos primeiros dez anos de implantação, a tendência geral foi de localização destes estabelecimentos comerciais nos subdistritos da área mais central do município de São Paulo, local de moradia da população paulistana de estratos de rendimento elevado, com grande capacidade de consumo” (BELIK, FABRINI FILHO, GUIMARÃES e SILVA, 2002, p. 03). Isto induz a pensar que o

¹² Informações obtidas do site: www.furg.br/portaldeembalagens/dez/historia.html

¹³ Artigo publicado em: www.unicamp.br/nepa/arquivo_san/rio_claro.pdf

hábito de consumir produtos do supermercado está diretamente ligado ao nível econômico que detém um município. Ou melhor, quanto maior a classe média do município, maior também será o número de pessoas que consomem produtos ofertados pelo supermercado. Em Feira de Santana, por exemplo, observa-se na última década um aumento expressivo no número de supermercados e hipermercados: são empresas, inclusive, de representatividade nacional, distribuídas pelos espaços da cidade.

A senhora a que se refere Maxado, possivelmente, deixa de comprar no Centro de Abastecimento em função da precária infra-estrutura e desloca-se para os supermercados da época, já que recursos não lhe faltavam. A antiga feira-livre de Feira de Santana pode ter tido como grande concorrente os novos supermercados¹⁴, embora nem todos pudessem consumir ou consumiam minimamente nesses espaços. Assim, o supermercado promove o confronto entre o tradicional da feira-livre e o moderno equipamento urbano, sendo mais um elemento de divisão sócio-econômica e espacial.

Assim, fica claro no discurso do ex-prefeito que todos os esforços empreendidos deveriam se direcionar para a expansão e o fortalecimento do comércio. Não há uma preocupação, pelo menos explícita, com a história e a memória daquele espaço onde se localizava a centenária feira-livre. Diversas práticas culturais, como o vendedor de pomada do peixe elétrico¹⁵ e do sebo de carneiro¹⁶, os vendedores de lele¹⁷, os artistas que se apresentavam na feira, os cordelistas, as performances específicas daquele dia de feira, a feirinha¹⁸ e tantas outras foram desconsideradas na fala do ex-prefeito. Observa-se também um cunho depreciativo da imagem do tropeiro, como se a cidade comercial e nascida do encontro de tropeiros não pudesse ou não interessasse ao mercado turístico.

Nos exemplares da década de 70 do jornal Feira Hoje, encontram-se muitos textos convidando, incitando e estimulando as pessoas a investirem no comércio local, inclusive, em detrimento de outros da região, justamente para nutrir esse imaginário de expansão, atração e

¹⁴ Não foi encontrada nenhuma informação acerca das primeiras instalações dos supermercados em Feira de Santana, mas alguns textos de Vicente Deocleciano Moreira e o cordel de Franklin Maxado referenciam sobre supermercados, já na década de 1970.

¹⁵ Pomada vendida em embalagem de metal, que tem como chamariz um peixe dentro de um recipiente com água que, segundo o vendedor, foi extraída daquele peixe que emite eletricidade.

¹⁶ Pomada feita da banha do carneiro, utilizada para dores nas articulações.

¹⁷ Mingau de boa consistência à base de creme de milho, leite, açúcar, cravo e canela. É servido cortado em forma de quadrado.

¹⁸ Feirinha, segundo Vicente Deocleciano Moreira, era a parte da feira onde eram servidos os pratos típicos da culinária local/regional e as bebidas à base de cachaça e folha “podi” (folhas de plantas diversas em infusão). Esse termo ainda hoje é de uso corrente na cidade e designa, agora, as outras feiras-livres locais, especialmente as do setor alimentício da feira do bairro Estação Nova. A feirinha da Estação Nova, por exemplo, é bastante conhecida pela sua culinária farta de mocofato, cuscuz com fato, sarapatel, feijoadas e outras, servidas com a cachaça com folha “podi”.

fortalecimento do comércio de Feira. Um exemplo disso pode ser verificado no *slogan* da primeira página do jornal Feira Hoje, de 25 de dezembro de 1970: “compre em Feira de Santana. Faça suas compras de Natal em Feira de Santana. Evite a evasão de nossas rendas para outros centros comerciais e você estará colaborando para o desenvolvimento desta região.”

Já em outro trecho do mesmo jornal, sob o título “Porque comprar em Feira II”, o que de imediato indica que outras matérias do mesmo tema já haviam sido publicadas, diz o seguinte:

um setor, também muito importante é o de serviços que precisa ser estimulado e protegido. Na área comercial, por exemplo, necessitamos com muita urgência de uma ação protecionista desenvolvida por uma política de esclarecimento popular a fim de evitar que recursos financeiros, depois de gerados na região, sejam enviados para outros centros econômicos em troca de bens de consumo que poderiam ser adquiridos no próprio mercado da região (FEIRA HOJE, 25 de dezembro de 1970).

Ou seja, os comerciantes e lojistas da cidade tentam criar um imaginário por meio da mobilização popular através da mídia escrita para que as pessoas contribuam para a proteção e o desenvolvimento do comércio feirense.

A idéia de progresso é proeminente nesta época (1970), e o próprio jornal Feira Hoje de 12 de setembro traz considerações instigantes como esta: “o lançamento do Jornal ‘feira hoje’ é uma consequência do progresso da Feira de Hoje. Progresso que nós estamos ajudando a construir. Aliás, construir é nossa especialização”. Ou ainda: “Quando o município caminha a passos largos para alcançar a sua industrialização, marcando o surgimento de uma nova era, o Centro das Indústrias de Feira de Santana, participante ativo dessa nova era, saúda o jornal feira hoje, que vem se integrar na luta de todos pelo desenvolvimento”. O projeto de construir uma “nova” Feira de Santana inserida em um contexto desenvolvimentista é recorrente.

É notório que a retirada da feira-livre foi uma exigência de grupos da sociedade feirense, tais como: lojistas, comerciantes, poder público municipal e, inclusive alguns feirantes, objetivando, dentre outros, fortalecer o comércio formal, dar fluidez às vias de passagem e limpar a cidade dos dejetos deixados pelos frequentadores da feira-livre. Objetivavam um lugar mais moderno, embelezado, organizado e higiênico, ou seja, queriam criar uma outra imagem de cidade.

1.2 Imagens urbanas

Todas as modificações descritas anteriormente influenciaram, a sua medida, a transformação da paisagem urbana e do desenho urbano da cidade e, conseqüentemente, a

imagem construída e compartilhada da cidade tanto pelos seus residentes, quanto por aqueles que estão apenas de passagem.

Segundo Kevin Lynch (1997), a imagem urbana é compreendida como imagem mental que cada indivíduo tem do espaço físico/ambiental. Concordando com este autor, Lucrécia D'Alessio Ferrara (2000) acrescenta que a imagem urbana é construída a partir do ambiente material e imaterial da cidade. E ainda de acordo com Jacqueline Beaujeu-Garnier (1997, p. 353) também apoiada em Lynch (1960), “a análise do meio urbano em termos de geometria não é suficiente. É desejável acrescentar aqui o conhecimento que os habitantes têm do espaço no domínio do qual evoluem e, se possível, saber quais as suas opiniões sobre esta utilização”. Isso quer dizer que pensar o espaço urbano apenas pelo viés técnico e racional é insuficiente, é necessário conhecer as percepções e imagens das pessoas para, dessa forma, elaborar um planejamento urbano de forma efetiva e de qualidade para os habitantes da cidade. Percepções e imagens que, segundo a própria autora, muitas vezes não coincidem com a dos técnicos do espaço urbano.

Beaujeu-Garnier (1997, p. 353 apud BERTRAND, 1974) explica que

o objecto, a paisagem ou a cena que se observam são apreendidos de maneira diferente por cada testemunha – de onde a designação já usada de filtro mental. A paisagem, olhada como uma rede de significados e de significantes, é compreendida de maneira diferente por cada um, quer se trate de um indivíduo ou de um grupo.

Ou seja, cada pessoa retém na memória, no seu filtro mental, elementos da paisagem urbana de acordo as próprias lógicas de significado, as quais variam conforme a cultura, a subjetividade, o nível sócio-econômico, a faixa etária e sexo, dentre outros, e, nessa perspectiva, essas lógicas recebem a influência dos grupos visitados, compartilhados por esta pessoa. As pessoas constroem redes de significados individuais; contudo, são redes construídas coletivamente no decurso da vida e, portanto, não são redes privadas, mas sociais. A autora complementa o pensamento alertando que a concentração dos habitantes está direcionada ao que lhes interessa ou no que são forçados a utilizar, como um sistema de transporte, por exemplo.

De acordo com Ana Fani A. Carlos (1999), considera-se a paisagem urbana como aspecto visível e expressão da vida na cidade. Assim, percebe-se que Feira de Santana se mostra, na contemporaneidade, permeada por símbolos de diversos lugares do Brasil. Para Charles Sanders Peirce (1977, p. 10), o símbolo se define mais pelo seu significado do que pela sua semelhança física com o objeto. O autor infere que o símbolo “é o nome geral ou

descrição que significa seu objeto por meio de uma associação de idéias ou conexão habitual entre o nome e o caráter significativo”.

Logo, a acepção de símbolo deste trabalho coaduna com a descrita por Camila Faccioni Mendes (2006), que, consoante as idéias de Peirce (1977), assinala que os símbolos são representações gráficas convencionadas por um grupo ou comunidade de acordo com sua cultura, representam objetos ou idéias sem que se estabeleçam relações de semelhança entre o representante e o representado. Assim, o símbolo aqui é entendido como um elemento que ultrapassa sua significação imediata, carregando consigo uma história, uma cultura, um conjunto de representações sociais e espaciais construídas historicamente.

Para Paula da Cruz Landim (2004), é possível ler e conhecer a cidade por meio da sua paisagem, pois esta a representaria. Explica a autora que não há como sentir e perceber a cidade se não for através da paisagem urbana. Dessa forma, elucida:

A paisagem urbana representa a cidade, e assim torna-se possível conhecer a cidade por meio de sua paisagem, pois, enquanto a cidade se configura como linguagem, a paisagem urbana apresenta-se como a sua representação, a qual torna possível esse conhecimento, estabelecendo relações entre o modo de representar, no caso, a paisagem urbana, e o objeto a ser representado, no caso, a cidade (LANDIM, 2004, p. 36).

A autora explica ainda que “a forma das cidades e o modo como elas se organizam reflete-se na paisagem, e esse reflexo é vital para entender como a cidade funciona” (LANDIM, 2004, p. 36). Assim,

A paisagem urbana é composta de edificações, espaços livres, arruamentos, vegetação, entre outros, esses elementos se alteram ou persistem na maioria das grandes e médias cidades, de acordo com o uso que os habitantes fazem desse espaço construído. Alterando-se as relações de uso desse espaço, as quais são ditadas por condicionantes culturais e econômicas, basicamente se altera a configuração morfológica do espaço e, por consequência, da paisagem urbana (LANDIM, 2004, p. 36).

Ou seja, o uso que se faz do espaço está diretamente ligado a sua dinâmica e movimento. Se o uso é modificado, ressignificado-o ou redirecionado-o, o espaço físico também muda, se adéqua às “novas” necessidades. Assim, tem-se uma outra paisagem.

Logo, aquele que caminha pelo centro da cidade encontra dificuldades em identificar através das ruas, dos bares, restaurantes, monumentos e casas comerciais de diversas naturezas elementos visuais singulares e identitários referentes à cultura local. Esta, muitas vezes, está sombreada ou ofuscada por outras culturas que se tornam invisíveis até para quem reside na cidade.

É conveniente destacar que se parte do pressuposto de que a cultura feirense tem suas raízes oriundas do interior do(s) sertão(ões) e do recôncavo baiano, em função, como descrito acima, do movimento migratório realizado pelos boiadeiros, vaqueiros e tropeiros em direção ao recôncavo baiano, destino de suas mercadorias agropecuárias. Não se pode negar, também, a forte influência do recôncavo na estruturação da cultura de Feira, não apenas por esta cidade já ter sido recôncavo no sentido histórico e econômico ou pela proximidade espacial, mas pelo próprio processo migratório que se incumbiu de misturar estas gentes. Portanto, a cultura de Feira de Santana carregava e carrega hábitos, costumes e tradições ligados às pessoas que viviam e vivem no(s) sertão(ões) e no recôncavo baianos.

1.3 Paisagem, espaço e cultura

Neste item, serão analisados de forma conjunta paisagem, espaço e cultura. Por meio das fontes visuais e das entrevistas, serão mostradas as diversas imagens percebidas da paisagem urbana do centro da cidade de Feira de Santana. Disponibilizar-se-á um mapa com o desenho das ruas estudadas para que o leitor se localize no que se refere a essas ruas, suas extensões, proximidade do Anel de Contorno, entrecruzamento de ruas e avenidas, nodais e limites, dentre outros aspectos.

Trabalhar-se-á na perspectiva da geografia cultural, que abre um novo campo do conhecimento a partir da década de 1950¹⁹. Este período foi decisivo para a renovação e reestruturação do pensamento geográfico: muitos conceitos, temáticas, orientações filosóficas, métodos, enfim, verdades instituídas foram revistas. É o momento em que se instaura o espaço geográfico como o objeto central de estudo da geografia, este precedido por região e paisagem. Ainda dentro deste contexto emancipatório, a geografia cultural, que se preocupa com a dimensão da cultura no espaço e que tem raízes em academias européias, mais especificamente na Alemanha e França, e proeminência nos Estados Unidos com a Escola de Berkeley²⁰, sob a égide de Carl Sauer, é resgatada e valorizada, constituindo-se importante subcampo da geografia contemporânea. Esta época coincide com a renovação e a valorização da cultura em escala internacional.

De acordo com Roberto Lobato Corrêa (1999), um dos principais estudiosos da geografia cultural no Brasil, o ressurgimento deste subcampo da geografia traz consigo a

¹⁹ Há divergências em relação à precisão da data de eclosão do movimento de renovação da geografia, mas considerando que toda eclosão é precedida por mobilizações e movimentações, concorda-se com Antonio Carlos Robert de Moraes (1998), que elege 1950.

²⁰ Universidade de Berkeley na Califórnia, Estados Unidos.

“consciência de que a cultura reflete e condiciona a diversidade da organização espacial e sua dinâmica. A dimensão cultural torna-se necessária para a compreensão do mundo” (CORRÊA, 1999, p. 51). A dimensão cultural, nesse sentido, define e organiza sob lógica própria o espaço, bem como se torna um instrumento de leitura e interpretação socioespacial.

Em seu ressurgir, a geografia cultural foi influenciada pelo materialismo histórico e dialético, que considera a cultura simultaneamente como um reflexo e uma condição social, e pelas filosofias do significado através da geografia humanista, que valoriza a experiência, a intersubjetividade, os sentimentos, a intuição e a compreensão daquilo que não se repete (CORRÊA, 1999). Com isso, coloca no centro das discussões temas como a percepção ambiental, pano de fundo da presente pesquisa. Em resumo: a geografia cultural lê e analisa a dimensão espacial da cultura.

Mas este movimento de ebulição do pensamento geográfico retoma, atualiza e institui conceitos fundamentais para a observação, leitura e reflexão do espaço geográfico. Dentre eles, estão os conceitos de espaço e paisagem. Concorde-se parcialmente com Santos (2004, p.103), quando este distingue a paisagem como um “conjunto de formas que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza. O espaço são essas formas mais a vida que as anima.” Diz-se parcialmente porque, primeiro, a paisagem sob esta definição refere-se apenas ao dado material, concreto do espaço e, segundo, por entender que na paisagem também estão contidas as pessoas, os sujeitos e seus cotidianos.

Em outro momento, o próprio Santos (1988) amplia a noção de paisagem, quando indica que não é formada apenas de volumes, e que ao conjunto de formas materiais são agregados movimentos, cores, sons e odores. Alude o autor: “tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca” (SANTOS, 1988, p. 61). Explica ainda que a paisagem é heterogênea, ou seja, formada por elementos naturais e artificiais, bem como não é permanente, muda conforme a dinâmica social. Por isso, é “resultado de adições e subtrações sucessivas. É uma espécie de marca da história do trabalho, das técnicas” (idem, p.68).

Já o espaço é aqui concebido como “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2004, p. 63). Os sistemas de objetos correspondem aos elementos que estão dispostos na superfície terrestre e sugerem uma relativa fixação ao solo: a casa, o edifício, a rodoviária, as repartições públicas, os museus, a rodovia e outros.

Os sistemas de ações representam conjuntos de atos ou práticas sociais²¹ dotados de propósitos, de intencionalidades que dão significado, movimento e vida aos objetos e que são resultado de necessidades naturais ou criadas. Os sistemas de objetos e sistemas de ações interagem, são interdependentes, compõem um único sistema e, por isso, não podem ser compreendidos separadamente. “De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma” (SANTOS, 2004, p. 63).

É importante perceber que o espaço se constitui enquanto totalidade, já a paisagem é entendida enquanto fragmento, um recorte desse espaço. A paisagem informa sobre um contexto espacial, mas ela sozinha é incapaz de elucidar todas as relações e movimentos desenvolvidos neste espaço, porque será sempre parcial e incompleta. Assim, paisagem e espaço não se confundem, e só é possível apreendê-los de forma conjunta.

Para entender cultura, apropria-se aqui da acepção desenvolvida por Clifford Geertz (1989), como uma teia de significados construída pelas pessoas. Para o autor, a cultura são “essas teias e sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado” (GEERTZ, 1989, 15). Deste modo, interessa a análise cultural, não os objetos, os gestos, os artefatos, os comportamentos, mas os significados apreendidos deles. No primeiro momento, Geertz (1989) aborda a complexidade de se formularem conceitos científicos, tomando como exemplo o conceito de cultura, e diz que o estudo antropológico surgiu a partir do mesmo, e estando cada vez mais preocupado em limitá-lo, especificá-lo, enfocá-lo e contê-lo. Posteriormente, cita Kluckhohn e suas diversas definições de cultura, tais como: o modo de vida global de um povo, uma forma de pensar, sentir e acreditar, dentre outras. Contudo, deixa bem clara a sua concepção de cultura, apropriando-se das idéias de Max Weber, quando este afirma que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu.

O ponto forte da discussão é justamente sua referência à prática etnográfica. Segundo o autor, a etnografia representa a análise antropológica como forma de conhecimento. Entretanto, faz uma ressalva no sentido de elucidar que a etnografia não é apenas a mera observação, nem o levantamento de dados, mas que a prática etnográfica deve ser uma descrição densa, levando em consideração as relações existentes entre os grupos sociais, onde

²¹ Santos (2004, p. 82) explica que “as ações humanas não se restringem aos indivíduos, incluindo, também, as empresas, as instituições. Mas os propósitos relativos às ações são realizados por meio dos indivíduos.”

estes seriam percebidos e interpretados. Este seria o objeto da etnografia: a percepção e a interpretação dos acontecimentos, das ações.

Para o antropólogo, a descrição densa é uma multiplicidade de estruturas conceituais complexas, por vezes sobrepostas ou amarradas umas as outras, mesmo sendo concomitantemente estranhas, irregulares e inexplícitas, sendo necessário primeiro a sua apreensão para depois sua apresentação. Dessa forma, os antropólogos utilizam a descrição densa – a etnografia - para a observação, análise e, principalmente, interpretação das culturas.

O autor é enfático quando esclarece que a cultura é pública e os debates existentes em torno da objetividade-subjetividade da cultura são errôneos, já que o comportamento humano é visto como uma ação simbólica e o real interesse aporta no seu significado.

Geertz (1989) afirma que, sob o ponto de vista da cultura semiótica, o principal objetivo da antropologia é o alargamento do universo do discurso humano. Ratifica esta afirmação dizendo que a descrição etnográfica é interpretativa: o que ela interpreta é o fluxo do discurso social e a interpretação envolvida consiste em tentar formular o dito em formas pesquisáveis. Na verdade, o discurso apenas visto pelo jogo de linguagens e símbolos não teria relevância para os antropólogos se não fossem seus significados ou o que representam na vida social; é necessário que haja uma significação para os discursos sociais terem validade.

Dessa forma, ao se considerar a semiótica como quer Lúcia Santaella (2007), como ciência de toda e qualquer linguagem, ou seja, as verbais e não-verbais, é possível perceber a influência desta na teoria de Geertz (1989). A autora explica que

em todos os tempos, grupos humanos constituídos sempre recorreram a modos de expressão, de manifestação de sentido e de comunicação sociais outros e diversos da linguagem verbal, desde os desenhos nas grutas de Lascaux, os rituais de tribos “primitivas”, danças, músicas, cerimoniais e jogos, até as produções de arquitetura e de objetos, além das formas de criação de linguagem que viemos a chamar de arte: desenhos, pinturas, esculturas, poética, cenografia etc (SANTAELLA, 2007, p.11).

Assim, os diversos modos de expressão se constituem em linguagem porque dialogam, informam, enfim, comunicam uma mensagem, uma idéia, uma informação, um discurso a alguém, que, por sua vez, está inserido em um contexto sócio-histórico-espacial definido. Isto quer dizer que os gestos, os sons, as cores e os comportamentos só comunicam dentro de uma cultura que os reconhece. Neste sentido, constituem-se enquanto signos, os quais, segundo Santaella (2007), não têm necessariamente de ser uma representação mental, mas uma ação ou experiência, ou ainda, uma mera qualidade de impressão. Assim, o olhar sobre a paisagem

pode ser considerado um signo, porque gera uma representação da própria paisagem e, no caso, uma representação interpretativa da cidade.

Susana Gastal (2006), embasada em teóricos da cultura da pós-modernidade como Fredric Jameson, traz interessantes contribuições a esta discussão. De acordo com a autora,

uma sociedade do espetáculo e da imagem irá implicar uma semiótica do texto avançando para além do linguístico e incluindo nas suas teorizações o texto visual. Uma semiótica que não irá se dedicar apenas às imagens produzidas pelas artes plásticas ou pelos meios de comunicação, mas também a outras visualidades, como a moda, as expressões corporais, a arquitetura e a cidade, lidando com elas de uma maneira plural e aberta, como campo de produção e processo de significante (GASTAL, 2006, p. 158).

Posto dessa forma, a cidade e suas paisagens se constituem enquanto um texto visual que possibilita, portanto, olhares e leituras diversas e variantes, podendo mudar de significado de tempos em tempos. O olhar sobre a cidade nunca será o mesmo sempre: a cada olhar, haverá a perspectiva de acréscimo de informação, de memórias, de imagens e percepções sobre a paisagem. Este signo, contudo, pode suscitar inúmeros significados e interpretações. Pensar a cidade por este viés é reconhecer a mudança da paisagem urbana e, na mesma medida, a mudança de olhar do observador, sujeito urbano, intérprete da cidade. Assim, “a semiótica trabalha com cadeias de representação – uma a uma ampliando a anterior -, permitindo que os fenômenos da cultura passem a ser analisados semioticamente sempre que ‘qualquer coisa seja exibida como interpretante de um signo precedente’” (GASTAL, 2006, p. 158). É com o olhar acima descrito que a paisagem, o espaço e a cultura da cidade de Feira de Santana são observados, apreendidos e interpretados neste texto.

1.4 Memória, percepção e espaço

Entende-se por memória visual todas as memórias construídas a partir da visão. Essas, por sua vez, são alimentadas também por outros veículos de memória como, por exemplo, as memórias táteis, auditivas, sonoras, gustativas e outras. A percepção, segundo Marilena Chauí (2000), é responsável pela apreensão do mundo/paisagem pelos sentidos e convertidos em memórias. A percepção também representaria uma outra forma de conhecimento pela via da sensibilidade, não limitada à visão, claro. O importante é compreender que a percepção foi revalorizada em meados do século passado se configurando, como já fora dito, como uma forma de apreender, perceber e estudar a realidade, ou uma outra forma de produzir conhecimento baseado na vivência, na experiência cotidiana com o espaço e com o outro.

A noção de percepção é central nesta pesquisa porque a observação da paisagem das ruas/logradouros, das casas, das pessoas, dos monumentos, dos referenciais, marcos, enfim dos elementos urbanos estudados levou em consideração a percepção da autora como também de seus entrevistados. A percepção e as imagens construídas por esses sujeitos qualificam os espaços e as pessoas.

A memória possui dois sentidos neste trabalho: o primeiro diz respeito ao sentimento afirmado a partir da memória materializada no espaço, o qual evoca imagens representativas do modo de viver, de conviver e de se organizar no espaço urbano. Todos têm referências espaciais que significam eventos e momentos importantes de suas vidas, tenham sido estes vividos em uma igreja, escola, rua. Ou seja, as pessoas revestem ou acabam por revestir o espaço de subjetividade, de sentimento de pertença, enfim, de vida compartilhada. Nesse sentido, Otoniel Fernandes da Silva Júnior (2001, p.07) esclarece que “o sentimento com o lugar se afirma quando resgatados instantes do passado atraentes e que evocam imagens representativas”.

A propósito da materialização do espaço, Santos (1997) explica que o novo e o velho coexistem no mesmo espaço e são definidos a partir da ciência e técnica que eles carregam consigo. Isto quer dizer, em linhas gerais, que os objetos são identificados pela tecnologia que carregam e é possível analisar o espaço considerando as variáveis particulares de cada localidade, a temporalidade e arranjo de suas formas e objetos novos e velhos que se configuram no espaço. Nesse sentido,

O novo é essencialmente representado pelas inovações, cuja matriz atual é dada pela ciência e pela técnica, isto é, as comunicações modernas, os mecanismos modernos de captura de acumulação e da poupança, os transportes modernos, etc. O velho é, sobretudo, o domínio das relações sociais, da provisão de serviços públicos, da maior parte da produção destinada ao consumo, dos transportes de massa, assim como as velhas formas de povoamento (SANTOS, 1997, p. 79).

Mas o novo e o velho são também avaliados/considerados pelo seu emprego de capital e pelo seu papel nesta lógica: “eles constituem, desse modo, seja um obstáculo ‘natural’, seja, às vezes, um dado da expansão capitalista e exigem, desse modo, um tratamento especial, pois, quando o velho não pode colaborar para a expansão do novo, a lógica do capital manda que seja eliminado” (SANTOS, 1997, p. 79). Antigos casarões, abrigos, feiras, práticas culturais, dentre outros, foram excluídos, encobertos ou escondidos da paisagem urbana de Feira de Santana para que o capital comercial se realizasse.

O segundo sentido do tema memória aqui se refere às memórias coletivas construídas, reconstruídas e alimentadas pela visualidade e pelas percepções individuais e coletivas. As

memórias criam imagens de cidades, de pessoas e de fenômenos que ficam circunscritas ao âmbito subjetivo e imaterial da mente, e que são passíveis de serem compartilhadas por meio da oralidade, de textos, de desenhos, de pinturas e outras formas. Enfim, “a memória se enraíza no concreto, em espaços, gestos, imagens e objetos” (NORA, 1984, p. 19). Por isso, é importante refletir que memória o espaço abriga, mostra e transmite, quais são os símbolos que são os guardiães da memória e que imagem de cidade se quer construir a partir dessa memória presente no espaço.

Para Marilena Chauí (1997, p. 126), “A memória é uma forma de percepção interna chamada introspecção, cujo objetivo é interior ao sujeito do conhecimento: as coisas passadas lembradas, o próprio passado do sujeito e o passado relatado ou registrado por outros em narrativas orais ou escritas”. Percebe-se que a autora entende a memória como individual e interior, mas a coloca relacionada com memórias de outros sujeitos. Então, a memória faz parte de uma rede de acontecimentos e lembranças coletivas. Essas memórias não seguem linearmente uma continuidade temporal, o passado pode ser presentificado a partir de qualquer estímulo interno ou externo ao indivíduo. Portanto, entende-se que a memória é conflitiva, manipulada, negociada, flutuante, sujeita a transformações e mudanças contínuas. Nesse sentido, Pierre Nora (1984, p. 19) corrobora com a discussão e elucida que a memória está

aberta à dialética do lembrar e do esquecer, inconsciente a suas sucessivas deformações, vulnerável a manipulações e apropriações, suscetível a longos repousos e periódicos renascimentos. (...) A memória é um fenômeno perpetuamente atual, uma unidade que nos prende ao eterno presente (...). A memória, por ser afetiva e mágica, abriga apenas aqueles fatos que nela se encaixam; ela nutre lembranças que podem estar desfocadas, telescopicamente aumentadas, que podem ser gerais ou detalhistas, particulares ou simbólicas – de acordo com a conveniência de cada caminho ou de cada cenário, de acordo com cada censura ou projeção.

Em outro trecho, Chauí (1997) admite a dimensão coletiva da memória e diz que “além dessa dimensão pessoal e introspectiva (interior) da memória, é preciso mencionar sua dimensão coletiva ou social, isto é, a memória objetiva gravada nos monumentos, documentos e relatos da História de uma sociedade” (CHAUÍ, 1997, p. 126). Com esta concepção, Chauí se aproxima da teoria sobre lugares de memória de Nora (1984, p. 22), segundo o qual

lugares de memória são fundamentalmente vestígios do passado, as últimas encarnações de uma consciência da memória que sobrevive numa época histórica que não recorre à memória, pois a abandonou. Eles aparecem em virtude da desritualização de nosso mundo – produzindo, manifestando, estabelecendo, construindo, decretando e mantendo artificialmente e intencionalmente uma sociedade profundamente absorvida em sua própria transformação e renovação, que inerentemente valoriza o novo em

detrimento do antigo, o jovem em lugar do velho, o futuro em relação ao passado.

Alude-se, então, que o termo “lugares de memória” busca inspiração no passado, mas se refere, basicamente, à contemporaneidade e às suas constantes transformações. Os lugares de memória são as memórias que permanecem em um período histórico, no qual a própria memória é abdicada em favor do novo, do jovem. Dessa forma, não necessariamente a memória destes lugares de memória se sustenta no tempo e espaço que a criou. É uma memória que se preocupa com as transformações da sociedade que a (re)criam, vislumbrando, portanto, o futuro. A memória muda, assim como os lugares de memória que podem ser incorporados ou retirados da memória coletiva.

Dentro do campo que envolve os lugares de memória, Nora (1984, p. 22-23) destaca os “museus, arquivos, cemitérios, festivais, aniversários, tratados, exposições, monumentos, santuários”, e explica que estes são marcos de outra época e que produzem a ilusão de eternidade, são frios e distantes porque o grupo social não reconhece a si, nem a eles. Diz Nora:

é a dimensão nostálgica destas instituições devocionais que as faz parecer distantes e frias – elas marcam os rituais de uma sociedade sem ritual; particularidades integrais numa sociedade que nivela a particularidade; signos de uma distinção e do pertencimento a um grupo numa sociedade que tende a reconhecer os indivíduos apenas como idênticos e iguais (NORA, 1984, 23).

É como se existisse apenas um grupo dentro do todo social e este criasse e se identificasse com os seus monumentos, suas festividades e seus museus, criados para guardar aquilo que se escolhe para ser compartilhado com a sociedade. As especificidades dos inúmeros grupos que existem dentro do todo social são obscurecidas pelas memórias privilegiadas, ou seja, aquelas construídas por uma minoria, sem a qual esta rapidamente seria esquecida. Lugares de memória, via de regra, nascem para serem lembrados, são instituídos por algum grupo social, econômico e político. Podem ser, portanto, os guardiães de uma memória pensada que recria a história e tem uma lógica e uma intencionalidade subjacente. A esse respeito, Pollak (1992) explica que a memória em Nora propõe uma metodologia de estudo e é, sobretudo, uma memória política.

É importante e interessante dizer que Nora (1984) define e classifica os lugares de memória em oposição ou em relação aos ambientes de memória, conceito, inclusive, que não desenvolve. Nesse sentido, a memória em Nora é dual. Contudo, dá indícios de como pensar estes ambientes de memória. De acordo com o autor,

Nosso interesse nos lugares de memória, lugares onde a memória se cristaliza e se esconde, ocorreu num momento histórico determinado, um momento de mudança onde a consciência de uma ruptura com o passado está ligada ao sentimento de que a memória sofreu uma mudança, de modo a expor o problema da corporificação da memória em certos locais onde um sentido de continuidade histórica permanece. Há lugares de memória, lugares da memória, porque não há mais ambientes de memória, contextos reais da memória (NORA, 1984, p. 18).

A partir desse trecho, percebe-se a necessidade de dar forma, de “corporificar” às memórias dos lugares. O problema da corporificação da memória, como diz Nora, é uma questão da contemporaneidade pela busca do registro, seja ele escrito, iconográfico, imagético, sonoro, etc. E ao mesmo tempo em que a memória se cristaliza, ela se esconde: dessa forma, existem memórias para serem lembradas e outras para serem esquecidas ou direcionadas a um espaço de menos importância. Os grupos sociais detentores de poder econômico, político e social que muitas vezes tratam de (re)produzir os lugares de memória querem ver a sua continuidade, as suas marcas, as suas memórias nos espaços mais privilegiados e com destaque. Talvez, por isso, Feira de Santana tenha assistido a inúmeros lançamentos de livros de memória, verdadeiros tratados de uma Feira de Santana alegre, rica, exuberante, pujante, cuja “sociedade” se reunia para festejar e celebrar, ou seja, uma Feira que para os memorialistas não existe mais, mas que deixa muitas saudades. Muitos lugares de memória são reconstruídos por grupos sociais hegemônicos que recriam ou recontam suas histórias, seus feitos e seus desejos. Portanto, criam uma história e uma memória das cidades de acordo com seus pontos de vista e suas privilegiadas posições no contexto social.

Ainda segundo Nora (1984), os ambientes de memória se remetem à memória verdadeira, enraizada em gestos e hábitos, decorrente das tradições e transmitida, sobretudo, pela oralidade. São memórias espontâneas, subjetivas, frutos de contextos específicos, de uma sociedade que não tem a ansiedade, a obsessão e a necessidade exagerada em fazer registros.

O limite que separa um ambiente de memória de um lugar de memória é tênue, impreciso, flexível e mutável. Os ambientes e lugares de memória dialogam, sendo que o ambiente de memória poder vir a ser um lugar de memória e vice-versa. A apropriação simbólica feita pelas pessoas de monumentos, santuários, bibliotecas, arquivos públicos, enfim, de lugares de memória, pode torná-los ambientes de memória. Em síntese: um ambiente de memória é definido pela apropriação e, por conseguinte, pelo significado que as pessoas dão aos objetos, espaços, gestos, comportamentos e artefatos. Dessa forma, a discussão em torno dos lugares de memória, assim como dos ambientes de memória, é problemática, contraditória e, por vezes, conflituosa.

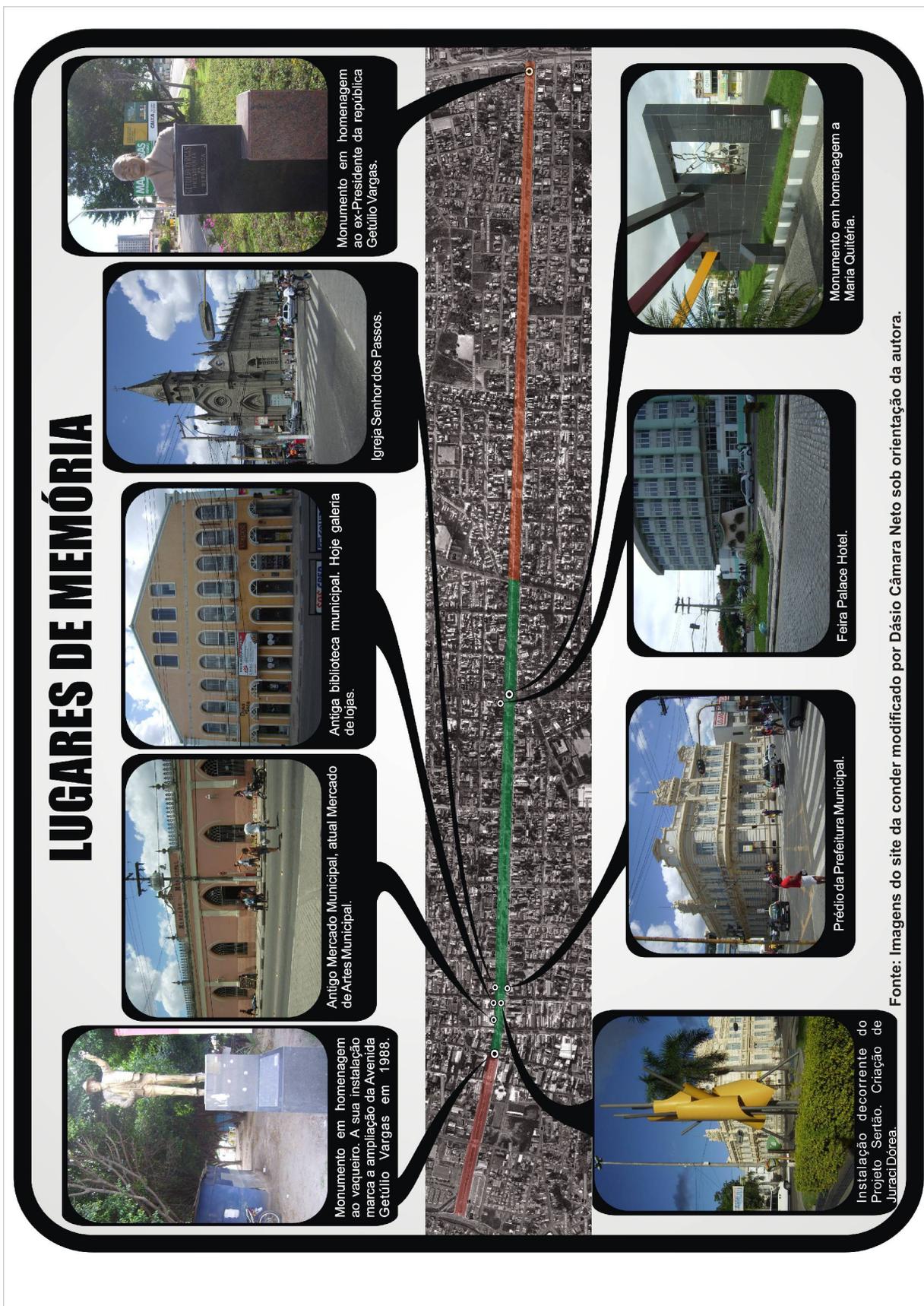
Os lugares de memória identificados no mapa 07 guardam em si mesmos memória de um tempo e de um espaço específicos. São exemplos: a Prefeitura Municipal, a Igreja Senhor dos Passos, a antiga Biblioteca Municipal, o Mercado de Artes Municipal, os Monumentos ao Vaqueiro e ao Tropeiro, a instalação do projeto sertão. Há ainda os que se tornaram referenciais por conta de acontecimentos sociais “marcantes”, como o Feira Palace Hotel e, também porque mostram que tipo de imagem e memória se quer criar a partir do espaço, como, por exemplo, os Monumentos a Maria Quitéria e a Getúlio Vargas. Esta tentativa de classificação só se justifica para fins de entendimento e análise, pois, ao se observarem detidamente as fotografias, verifica-se que todos os lugares de memória transitam, movimentam-se e se comportam como ambientes de memória.

Esses lugares de memória interagem com as manifestações públicas, culturais e artísticas²² ocorridas na Avenida Getúlio Vargas e, neste momento, aqueles lugares de memória podem se transfigurar em ambientes de memória ou podem, somente passar despercebidos na paisagem. É importante sublinhar que aqui são considerados todos os lugares de memória identificados na Avenida Getúlio Vargas como híbridos²³, primeiro, porque entrecruzam culturas; segundo, por conterem o novo e o velho, e, portanto, mediarem os tempos.

Já a percepção urbana, segundo Ferrara (1988, p. 03), “é uma prática cultural que concretiza certa compreensão da cidade e se apóia, de um lado, no uso urbano e, de outro, na imagem física da cidade, da praça, do quarteirão, da rua, entendidos como fragmentos habituais da cidade.” Enquanto prática cultural, a percepção urbana indica que todas as pessoas estão envolvidas no fenômeno dando-lhe significados, ao passo que são colocadas como sujeitos, o que dá a idéia de ação e de movimento no espaço urbano. Ou seja, a

²² Estas serão mostradas no capítulo 02. A título de conhecimento, citam-se: Caminhada do Folclore, Parada Gay, Marcha para Jesus, Caminhada da Paz e outras.

²³ A idéia da hibridez será desenvolvida no capítulo 02.



Mapa 07: Lugares de Memória.

Fonte: Imagens do site da Conder modificado por Dásio Câmara Neto sob orientação da autora.

percepção da cidade se realiza na medida em que seus residentes ou frequentadores se apropriam e se utilizam dela.

A percepção urbana gera e retém informações sobre a cidade, assim como a qualifica; porque, de acordo com Ferrara (1984) e Chauí (1997), percepção é informação.

A imagem homogênea da cidade aponta para a primeira e maior dificuldade da percepção ambiental como forma de informação da cidade e sobre a cidade, ou seja, a percepção ambiental não se opera como totalidade, mas como processo que se desenvolve entre signos aglomerados sem convenções, que criam uma membrana de opacidade, de neutralidade significativa da linguagem urbana (FERRARA, 1984, p. 03).

A autora diz que o olhar homogêneo impede que novas informações sobre a cidade sejam criadas, e o ambiente urbano se torna ilegível. Depreende-se também que a leitura da cidade se dá por meio da decodificação de signos que compõem recortes espaciais urbanos. Dessa forma, a cidade se apresenta como um texto não verbal, conforme a metodologia apresentada por Ferrara (1984). Nesse sentido, a percepção faz parte de um conjunto complexo de leitura da cidade, pois, para que esta ocorra, não basta tão somente a percepção: é preciso que haja articulação entre percepção, leitura e interpretação para que a imagem da cidade seja compreendida. As “ruas, avenidas, praças, monumentos, edificações configuram-se como uma realidade sígnica que informa seu próprio objeto: o contexto urbano” (FERRARA, 1984, p. 04). O contexto urbano informa sobre o conjunto sígnico que dá significado e cria imagens da cidade.

Essas imagens criadas a partir do contexto urbano remetem à outra discussão: a relação entre memória da cidade e memória urbana. Segundo Maurício de Almeida Abreu (1998) há, neste início de século, um movimento de valorização do passado das cidades. O autor assinala que esta tendência de busca do passado é verificada em todo o mundo e que, no Brasil, é inédita, refletindo uma mudança significativa de valores sociais, já que sempre esteve preocupado em alcançar o progresso e a modernidade. Assim como Nora (1984), Abreu (1998) entende que a valorização atual do passado se dá em função da ruptura ocasionada pelo processo de globalização que implica novas organizações da vida, envolvendo as esferas econômica, afetiva, social, cultural e outras: é preciso novos comportamentos, objetivos e aspirações. Como avaliam os autores, a busca pelo passado implica uma necessidade de história.

Abreu (1998) explica que a memória da cidade não pode ser compreendida como sinônimo de memória urbana. E esclarece que a primeira “diz respeito, não à capacidade de lembrar de indivíduos ou grupos, mas ao estoque de lembranças que estão eternizadas na

paisagem ou nos registros de um determinado lugar, lembranças essas que são agora objeto de reapropriação por parte da sociedade” (ABREU, 1998, p. 11). Ou seja, a memória da cidade se remete ao seu aspecto material, físico; são os vestígios do passado registrados na paisagem da cidade. A segunda “trata do estoque de lembranças do modo de vida urbano *per se*, sem obrigação de relacioná-la a uma base material particular, a um lugar específico, e a “memória da cidade”, que referencia obrigatoriamente essas mesmas lembranças a uma base material precisa, a um determinado lugar” (ABREU, 1998, p. 12). Nesse sentido, a memória urbana diz respeito às lembranças dos comportamentos, das práticas, enfim, do modo vida urbano. Esses conceitos coadunam com as concepções de cidade e urbano defendidas por Milton Santos.

Entende-se, dessa forma, que tanto a memória da cidade, quanto a memória urbana fazem parte da memória coletiva de um lugar, porque a memória, assim como a vida cotidiana, é compartilhada por uma coletividade, seja na família, no trabalho, na diversão, nos movimentos organizados, nas manifestações e práticas culturais, enfim, nas infinitas tribos urbanas. Esta acepção é também fundamentada no conceito de memória coletiva desenvolvido por Halbwachs (1990, p.131), que elucida: “nosso entorno material leva ao mesmo tempo nossa marca e a dos outros”.

Quando o autor se dedica a estudar a relação entre a memória coletiva e o espaço, remete-se ao último como um meio material circunscrito pelo grupo social. Todos do grupo, assim, deixariam suas impressões neste espaço. Isto quer dizer que a paisagem de Feira de Santana ou de outra cidade constará de elementos de grupos atuais, atuando no presente sobre um espaço já marcado por outros grupos, em outros tempos. “Quando um grupo está inserido numa parte do espaço, ele a transforma à sua imagem, ao mesmo tempo em que se sujeita e se adapta às coisas materiais que a ele resistem” (HALBWACHS, 1990, p.133) Isto se dá, basicamente, por conta da cristalização das formas, que de uma maneira ou de outra limita a mudança espacial, mas o conteúdo e as funções podem ser mudadas dependendo das intencionalidades de cada sociedade.

Ainda é Halbwachs (1990, p.132) quem explica que

cada objeto encontrado, e o lugar que ocupa no conjunto, lembram-nos uma maneira de ser comum a muitos homens, e quando analisamos este conjunto, fixamos nossa atenção sobre cada uma de suas partes, é como se dissecássemos um pensamento onde se confundem as relações de uma certa quantidade de grupos. (...) as formas dos objetos que nos cercam têm muito esta significação. Não estávamos errados ao dizer que estão em torno de nós como uma sociedade muda e imóvel. Se não falamos, entretanto os compreendemos, já que têm um sentido que deciframos familiarmente. Imóveis, apenas são aparentemente, já que as preferências e os hábitos

sociais se transformam, e se nos cansamos de um móvel, ou de um quarto, é como se os próprios objetos envelhecessem

Em função do movimento da sociedade, os hábitos, costumes e tradições vão sendo modificados e isto se reflete nas relações interpessoais e espaciais. Entretanto, as formas espaciais têm significados que variam com o tempo e sociedades decorrentes.

No espaço, está inscrita a memória dos grupos: “assim se explica como as imagens espaciais desempenham um papel na memória coletiva” (HALBWACHS, 1990, p.133). Na medida em que a paisagem se confirma como uma imagem, torna-se capaz de despertar ou evocar a lembrança nas pessoas que viveram, construíram e experimentaram este espaço. “Todavia, o lugar recebeu a marca do grupo, e vice-versa. (...) todas as ações do grupo podem se traduzir em termos espaciais.” Reiterando, a memória urbana e a memória da cidade são do âmbito da memória coletiva, porque foram (re)criadas, (re)inventadas, (re)construídas, (re)significadas, compartilhadas e experimentadas por uma coletividade ou por vários e distintos grupos sociais.

Dessa forma, a retirada da antiga feira-livre do centro da cidade e as demais modificações urbanísticas provocaram mudanças na memória urbana desta cidade, o que, conseqüentemente, implica uma memória coletiva diluída, fragmentada e, ao mesmo tempo, este espaço renovado proporciona novas memórias urbanas/memórias coletivas. Este movimento cambiante acontece com toda modificação ocorrida no espaço urbano.

1.5 Outras memórias...

Na contrapartida das memórias hegemônicas de Feira de Santana, procuramos dar voz a outros sujeitos que também viveram na antiga cidade. Dessa forma, são pessoas que têm outras experiências, percepções e imagens do espaço urbano. Ao contrário do veiculado através de memórias vídeográficas, nas quais os depoimentos são, em sua maioria, de uma parcela econômica ou politicamente privilegiada da população feirense, aqui dar-se-á voz aos “anônimos”, aos fazedores de outras Feiras de Santana.

Se nas memórias vídeográficas de Feira de Santana o patrimônio cultural e as lembranças do passado giram em torno dos antigos casarões onde residiam a elite feirense, nas entrevistas²⁴ que fizemos outros elementos foram trazidos para a discussão. Vale registrar ainda que todos os entrevistados não nasceram em Feira de Santana, são provenientes de

²⁴ Apenas constará as letras iniciais do nome e do sobrenome do entrevistado para que a sua identidade seja preservada.

outras localidades, tais como: Coração de Maria, Santa Bárbara, Serra Preta, Ipirá, Ipuacu, dentre várias outras.

Observa-se que a lembrança da feira-livre ainda está muito presente na memória, seus movimentos, seus cheiros e suas formas, os depoimentos abaixo são contundentes:

é o povo ali andando, as barracas armadas vendendo ali, vendendo todo tipo de frutas e verduras, tinha uma areazinha bem onde tinha o abrigo ali ficava as bananas, tinha, a jaca eu não lembro onde ficava não eu sei que tinha as abóboras mesmo eles botavam ali na rua onde tem o telefone (...) banana era lá onde era/tinha o abrigo que desmanchou (...) farinha tomava quase todo o lado do mercado pelo fundo da Sales Barbosa ele alcançava até a praça com farinha (...) era medida 10 quilos, 20 quilos aquele negócio que chamava uma quarta... (M.F.D)

Como se vê não era só Antão que tinha o mapa da saciedade na cabeça, cada produto parece ter, de fato, o seu lugar no grande mercado aberto que se transformava a Feira de Santana. Mas, M. F. D ainda esclarece que não viveu intensamente a antiga cidade por não ter condições financeiras suficiente para aproveitar o que ela oferecia: *“eu era pobre. (...) o filho do carpinteiro me chamava de branco... infeliz. Porque via eu trabalhando de ajudante.”* Assim como Juarez Bahia (1986) essa narrativa nos remete à face não romântica da antiga feira-livre de Feira de Santana, neste pequeno trecho fica evidente a dificuldade em estar entre os feirenses pobres, a discriminação era latente e a brancura da cor da pele era encoberta pela pobreza da profissão.

M. F. D lamenta também a abertura dos estacionamentos, e no seguinte trecho revela: *“(...) transformar a cidade em... guardador de carro aí é que eu não gosto. Não gosto do estacionamento, em vez de construir uma casa, um prédio, uma coisa, constrói estacionamento como desmancharam a casa de Chico Pinto.”*

M. F. D consegue ainda descrever um dos aspectos da relação urbano-rural de maneira muito objetiva: *“A feira-livre todos os lugares tem. Começa com uma feira...(...) o povo da roça vem prali vender seus objetos, tem um mamão lá no quintal chega trás pra qui pro povoado vender. (...) Todo lugar tem feira.”*

Já L. F. O, possivelmente, pela profissão de professora que desempenhou por muitos anos, destaca outros objetos espaciais que ancoram as suas memórias:

a escola reunidas coronel Agostinho Froes da Motta que funcionava onde hoje, onde é hoje o Museu de Arte Contemporânea, ali era uma escola. Escola de primeiro grau de primeira a quinta série. E depois passou a Ginásio Municipal, que foi nascido ali o Ginásio Municipal Joselito Amorim e depois foi o Museu do Couro, Museu Regional e hoje o Museu de Arte Contemporânea. L. F. O

Em outro trecho a memória da feira-livre aparece, mas, agora, ela não tem só movimento, tem cheiro também:

Uma coisa que eu me lembro daquela época era o matadouro que era no centro da cidade, quando é dia de segunda-feira que matavam boi, os bois corriam era uma festa pra gente adolescente, era uma festa. E o matadouro era ali na descida de quem vai pra BR norte (...) na escola Oliveira Brito, eu me lembro muito perfeitamente. E também sabe o quê? Até hoje o cheiro da carne assada que aqueles os açougueiros tinham aquele fogo, o fogo bem rústico e eles assavam, (...) era um cheiro, parece que a carne hoje é diferente. Até hoje eu guardo o cheiro daquela carne assada daqueles açougueiros, naquela época chama magarefe, os magarefes, quem cortava o boi, faz parte da cultura, viu?! L. F. O

O matadouro, o boi, os magarefes, a carne assada aparecem como importantes elementos de identificação urbana. No depoimento abaixo questões importantes se destacam, como a preocupação com a limpeza pública e as relações de amizade, confiança, afeto e fidelidade desenvolvidas por feirantes e fregueses nos dias de feira-livre.

Eu acho que todo feirense da década de 60 mais ou menos e anterior a 60 se lembra da feira-livre, tem um saudosismo da feira-livre, embora a gente analisando a questão da saúde, da limpeza pública, era horrível, né? você pode imaginar, porque as ruas não eram calçadas, quando chovia era muita lama, mas era uma sensação que a gente tinha de ver aquelas pessoas, os fregueses chamados, a gente já fazia aquela amizade, já tinha um elo de amizade. E as pessoas só compravam ali, se você vendia coentro essas coisas, só comprava na sua mão. E tinha aquela coisa diferente o que hoje a agente não encontra no centro de abastecimento. Então a feira-livre realmente foi um marco acho que prá para todo feirense. L. F. O

Como se nota as memórias urbanas/coletivas são inúmeras e sempre remetem-se a um contexto espacial e às suas formas. A memória da antiga feira-livre, das suas personagens e produtos e as dificuldades financeiras em se manter em uma cidade diferente à sua de nascimento foram uma constante nas falas dos entrevistados.

2. A (IN)VISIBILIDADE

A pesquisa buscará contemplar a visibilidade descrita por Lynch (1997), construída a partir de elementos da/na paisagem urbana. Um objeto urbano pode ser visível ou não de acordo com o seu contexto. Essa idéia implica diretamente a lógica da memória visual de cada um, como explicado antes por Beaujeu-Garnier (1997). Os objetos dispostos no espaço urbano podem ser apreendidos pela memória visual de acordo com as vivências e experiências espaciais individuais e coletivas.

Ferrara (2000) alicerçada em Lynch (1997) também se utiliza da idéia de (in)visibilidade e se refere a este termo a partir de outro, os hábitos de visibilidade ou horizonte perceptivo habitual. Estes, por sua vez, se remetem aos elementos da paisagem já incorporados e acomodados mentalmente pelos seus usuários; por isso, esses elementos urbanos são invisíveis aos usuários. Assim, dependendo dos hábitos visuais de cada um, os elementos da paisagem urbana podem se tornar invisíveis: a “imagem, porque habitual, apresenta-se homogênea e ilegível” (FERRARA, 1988, p. 03). Para ler a cidade, provoca a autora, é necessário romper com esta homogeneidade.

O hábito visual pode ampliar a memória visual da cidade, como também pode ocultá-la. Para complementar essa linha de raciocínio, Ulpiano T. Bezerra de Meneses (2003, p. 14) embasado em Baxandall (1972) explica que os “fatos sociais conduzem, pela experiência do cotidiano, ao desenvolvimento de certos hábitos e mecanismos visuais (...) que se convertem em elementos identificáveis na produção e no consumo. O ‘estilo’ ou o ‘gosto’ se inserem, assim, na área nuclear do histórico.”

Os autores anteriores estão presentes na idéia de (in)visibilidade proposta por Nádia Virginia Carneiro (2003), quando utiliza o termo invisível para definir as cidades que estão ou fazem parte do imaginário, ou seja, cidades que povoam, circulam e são reconstruídas mentalmente. Dessa forma, os mapas mentais individuais também fazem parte desse raciocínio. A autora usa uma metáfora interessante para articular o real/físico/material e o imaginário/imaterial, que é: “atravessar a cidade que nos atravessa”, ou seja, atravessar a cidade física ao mesmo tempo em que ela atravessa os indivíduos por meio da produção de imagens mentais que são construídas pelas experiências coletivas, mas apreendidas individualmente, da mesma forma a cidade nos condiciona, conduz as práticas pessoais culturais e cotidianas.

Carneiro (2003) nos indica ainda que para compreender as noções de visibilidade e invisibilidade é necessário perceber que a cidade, paralelamente, se mostra e se esconde, vela

e revela os seus signos, espaços e hábitos urbanos, por isso, algumas vezes o termo invisibilidade virá acompanhado por parênteses: (in)visibilidade, justamente para demonstrar essa dualidade presente na cidade.

As pessoas e os espaços na/da cidade ensinam, cotidianamente, como se deve comportar para vivê-los e compartilhá-los. Neste sentido, a cidade, na sua materialidade e imaterialidade, atua conduzindo as práticas humanas e ensinando as pessoas a viverem nela. Nessa perspectiva, Lana de Souza Cavalcanti (2001, p. 23) explica que: “a cidade é educadora: ela educa, ela forma valores, comportamentos, ela informa com sua espacialidade, com seus sinais, com suas imagens, com sua escrita. Ela também é um conteúdo a ser apreendido por seus habitantes.”

Esta idéia de (in)visibilidade como imagens mentais que estruturam o imaginário individual/coletivo difere da idéia apresentada por Paul Virilio (1993), que utiliza o termo para definir o que das cidades (paisagens, pessoas, comportamentos, manifestações culturais) as mídias se apropriam e utilizam para fornecer e veicular uma imagem de cidade. E, por outro lado, o que não pode ser revelado, exibido, mostrado, enfim, explicitado. Isto quer dizer que um recorte da cidade é utilizado para representá-la como um todo.

Pode-se ainda citar outra noção de (in)visibilidade, diretamente relacionada ao espaço físico, ou seja, quanto mais indistinta e homogênea se torna uma paisagem urbana, menos visibilidade ela suscitará. Ao se pensar que muito do repertório cultural é construído pelas imagens veiculadas pelos meios de comunicação de massa, tais como a televisão e a *internet*, essa indistinção das paisagens urbanas tornam-nas semelhantes a qualquer outro lugar/espaço visto pelas pessoas através destes meios, o que pode tornar a cidade e sua cultura invisível, causando, dessa forma, uma invisibilidade cultural urbana.

Essa invisibilidade cultural associada ao desconhecimento da memória e da história da cidade podem provocar, pelo menos no primeiro momento, uma sensação de não identificação e não reconhecimento da paisagem urbana local. Entende-se que as pessoas querem se reconhecer nas paisagens, querem se sentir parte do lugar, e esses sentimentos são, via de regra, construídos através da história que se conhece do lugar e dos símbolos culturais presentes, reconhecíveis e inteligíveis em seu espaço.

Já em “As cidades invisíveis”, Ítalo Calvino (1990) mistura em uma trama literária realidade e fantasia. O autor deixa por conta da imaginação do leitor a escolha entre aceitar que as cidades são reais ou imaginárias, ou ambas. O importante é que, a partir das narrativas das memórias de Marco Pólo, consegue-se construir mentalmente as cidades pelas quais ele visitou ou imaginou e, agora, elas também fazem parte da própria memória. As cidades

invisíveis estão internalizadas em Marco Pólo, fazem parte dele assim como ele fez/faz parte delas. Então, são invisíveis como todas as cidades são, pois nenhuma descrição por mais densa e detalhada que seja, jamais dará conta da dinâmica, do movimento, da complexidade da cidade real e da representada mentalmente. Mas também é uma invisibilidade parcial, porque a leitura (re)constrói e (re)significa as cidades apresentadas por Marco Pólo. Assim, Marco Pólo convida e permite desenhar as cidades junto com ele.

O geógrafo francês Yves Lacoste (2008) não trabalha com o termo invisibilidade, mas se aproxima deste quando traz para a discussão uma reflexão sobre miopia e sonambulismo espaciais. Segundo o autor, parte significativa do espaço vivido, ou seja, aquele percorrido todos os dias no fazer cotidiano é desconhecido, não é visto ou não é apreendido pelo olhar; dessa forma, torna-se invisível. Lacoste (2008) chama a atenção para, com exceção dos estados, a presente falta de interesse das pessoas nos fenômenos geográficos e seus significados políticos. Assim, a memória visual e, deste modo, a representação das práticas espaciais ficam prejudicadas pela insuficiência e imprecisão das informações e extremamente presa a um recorte espacial bastante pequeno. Explica o autor:

nossos diferentes “papéis” se inscrevem cada um em migalhas de espaço, entre os quais nós olhamos sobretudo nossos relógios, quando nos fazem passar, a cada dia, de um a outro papel. Se os sonâmbulos se deslocam sem saber por que num lugar que eles conhecem, nós não sabemos onde estamos nos diversos locais onde temos algo a fazer. Vivemos, a partir do momento atual, numa espacialidade diferencial feita de uma multiplicidade de representações espaciais, de dimensões muito diversas, que correspondem a toda uma série de práticas e de idéias, mais ou menos dissociadas (LACOSTE, 2008, p. 49).

A espacialidade diferencial se refere basicamente à diversidade, às nuances, à multiplicidade de espaços vividos e percorridos para dar conta dos “papéis” ou das atividades humanas. Vale registrar que esta diferenciação do espaço ocorre tanto no sentido da sua paisagem, quanto da sua escala. Lacoste (2008) destaca ainda que o uso dos sistemas de transporte como o automóvel, o ônibus e, principalmente, o metrô prejudicam sobremaneira a visão e, por conseguinte, a percepção espacial.

É sobre distâncias bem mais consideráveis que, a cada dia, as pessoas se deslocam; seria melhor dizer que elas são deslocadas passivamente, seja por transportes comunitários, seja por meios individuais de circulação, mas sobre eixos canalizados, assinalados por flechas, que atravessam espaços ignorados. Nesses deslocamentos quotidianos de massa, cada qual vai, mais ou menos solitariamente, em direção ao seu destino particular; só se conhecem bem dois lugares, dois bairros (aquele onde se dorme e aquele onde se trabalha); entre os dois existe, para as pessoas, não exatamente todo um espaço (ele permanece desconhecido, sobretudo se é atravessado dentro de um túnel de metrô), mas, melhor dizendo, um tempo, o tempo de

percurso, pontuado pela enumeração dos nomes de estações (LACOSTE, 2008, p. 45-46).

Portanto, a miopia e o sonambulismo espaciais referem-se à cegueira momentânea ou não que se tem em relação ao espaço e às suas práticas decorrentes: passa-se por espaços que se (des)conhece, onde a identificação e seleção de referenciais são diminuídos e dissociados uns dos outros. Destaca-se a importância de práticas espaciais de maior qualidade, por meio da observação, leitura e interpretação do espaço. Dessa forma, o aguçamento da percepção e a alimentação das memórias visuais associadas às lentes dos conceitos são imprescindíveis, para, segundo o autor, uma leitura política do espaço.

Interessante também é pensar sob o ponto de vista da espacialidade das práticas globais. A sociedade moderna e todos os seus aparatos tecnológicos possibilitam uma prática cotidiana, local e ao mesmo tempo globalizada de se pensar, refletir e fazer a sociedade mundial-global concomitantemente. A este respeito, Lacoste (2008, p. 50) esclarece:

o desenvolvimento desse processo de espacialidade diferencial se traduz por essa proliferação das representações espaciais, pela multiplicação das preocupações concernentes ao espaço (nem que seja por causa da multiplicação dos deslocamentos). Mas esse espaço do qual todo mundo fala, ao qual nos referimos todo o tempo, é cada vez mais difícil de apreender globalmente para se perceber suas relações com uma prática global.

Ou seja, há uma dificuldade de compreender a globalidade das práticas sócio-espaciais, e pensar dessa forma significa perder a noção de que o espaço, a economia, a política e enfim, a cultura estão organizados em forma de rede.

2.1 A feira, as feiras, a cultura e o ritual do cotidiano

A Rua Marechal Deodoro da Fonseca é uma das mais antigas de Feira de Santana, conhecida como Rua do Meio, provavelmente por estar situada entre duas grandes e importantes ruas da emergente cidade, Rua Conselheiro Franco e Avenida Senhor dos Passos (ver mapas 02 e 08). Ademais, tem sua história atrelada à expansão comercial da cidade, pois fez parte da ampliação do centro de formação comercial, decerto em função da sua proximidade, pois se localiza imediatamente paralela àquele centro (mapa 08). É importante informar que este antigo centro comercial cresceu, como dito, e abarcou outras ruas, continuando como uma relevante área comercial para Feira de Santana.

A antiga feira-livre marcou definitivamente o imaginário social da cidade de Feira de Santana. Dessa forma, o hábito de comprar na rua faz parte da cultura local. O centro da

perceber melhor até que ponto, em tais grupos, a memória coletiva tem seu ponto de apoio sobre as imagens espaciais.” A presença ausente da antiga feira-livre impregnada na memória, nas imagens mentais e no próprio espaço do centro da cidade, embora, muitas vezes, pareça invisível, permite que feirantes, barraqueiros e fregueses transformem as ruas e as calçadas em uma grande feira-livre.

O hábito cultural de experimentar os produtos e comprar ali mesmo na rua é prática instituída na vida urbana dessa cidade. A rua, um espaço público, coletivo, pensado como espaço de passagem é apropriado por uns, feirantes e comerciantes, como local de trabalho; e por outros, pessoas/transeuntes, como local do consumo, configurando-se como um espaço de pausa no intenso movimento da cidade.

Dessa forma, a feira-livre não se extingue, mas se pulveriza no espaço do centro comercial e se estende a inúmeros bairros da cidade (ver mapa 09). A feira persiste, resiste, mas é sombreada, velada pela engrenagem da modernidade. Esta mesma feira escondida, subjugada e desvalorizada dá vida, cor, som, sabor e dinamismo, inclusive econômico, ao centro da cidade. De acordo com entrevistas, a antiga feira-livre abarcava todo o centro da cidade, estendia-se desde a Rua Conselheiro Franco até a Avenida Maria Quitéria, e se expandia também para as vias perpendiculares a este trecho (ver mapa 02). Logo, ao se observar detidamente o mapa 09, verifica-se que a distribuição espacial da “feira-livre”²⁶ de hoje, 2009, assemelha-se muito à distribuição da antiga feira-livre, extinta em 1977. Assim, entende-se que a antiga feira-livre se metamorfoseia, transforma, redesenha neste renovado e reformado espaço, mas não efetivamente se extingue.

A força e a importância do centro comercial de Feira de Santana podem ser verificadas, dentre outras formas, pela presença no centro da cidade das duas maiores lojas do único shopping da cidade, C&A e Lojas Americanas. Destaca-se aqui que estas lojas estão presentes em shoppings centers de todo Brasil, mas lojas viram na rua um mercado fortalecido e em expansão. É nesse sentido que a Rua Marechal Deodoro da Fonseca com suas feiras, performances e personagens do cotidiano se insere nesta pesquisa, como remanescente da grande feira-livre do centro da cidade e, dessa forma, mais uma feira que se quer esconder, velar e apagar da imagem urbana. Não há uma preocupação com o feirante: não existem banheiros públicos, orientação em relação à higiene dos produtos para consumo *in natura*,

²⁶ É necessário esclarecer que não foi encontrado um conceito de feira-livre que se adequasse aos propósitos dessa pesquisa, contudo, o critério utilizado para definir a distribuição das feiras-livres no espaço foi a diversidade e a quantidade dos produtos comercializados na rua.

nem um local apropriado para as crianças ou para as refeições, e a disponibilidade de água é mínima, ou seja, as condições de trabalho são precárias.

Como quase toda cidade em formação, a Rua Marechal Deodoro da Fonseca, primeiramente, foi ocupada por residências e um incipiente comércio (foto 03) e, posteriormente, por casas comerciais (foto 04).

A foto 03 mostra a Rua Marechal Deodoro da Fonseca ainda no século passado, na década de 1920. Esta imagem contrasta com a foto 04, a qual foca esta rua nos dias de hoje, 2009. Através destas fotos (03 e 04), é possível visualizar que a transformação do espaço foi intensa e marcante, desde a calçada até o pavimento, as edificações, os equipamentos de iluminação pública, a arborização, tudo ou quase tudo foi modificado. Apesar de todas essas diferenças, as duas fotos estão em ângulos aproximados, o que acentua ainda mais a percepção visual das mudanças.



Foto 03. Rua Marechal Deodoro da Fonseca, na década de 1920.

Fonte: Memória fotográfica de Feira de Santana, 1994.



Foto 04. Rua Marechal Deodoro da Fonseca em 2008. O canteiro central foi construído em 1988, como parte da reestruturação urbana empreendida pelo projeto Centro.

Fonte: Azevedo, 2008.

A Rua Marechal Deodoro da Fonseca é bastante conhecida em função da importância e da variedade de seu comércio. Leva vantagem também, por estar localizada perpendicularmente entre duas avenidas importantes, a Presidente Dutra e a Getúlio Vargas (ver mapa 02). Apesar de ser uma rua de pequena extensão em relação a essas avenidas, possui um fluxo intenso de pessoas, mercadorias, automóveis, motocicletas, bicicletas e caminhões, que fazem descarga de mercadorias durante todo o dia, mesmo o município possuindo lei orgânica que impede essa prática em horário comercial. As suas atividades comerciais variam de produtos importados vendidos no interior de um grande supermercado ao caju, fruto trazido de uma roça de São José ou de outro povoado rural para ser comercializado ali, no chão mesmo.

Na foto 05, observa-se um carregador de carro-de-mão. Esta personagem é, em sua grande maioria, constituída de homens que levam em seus carros as compras dos fregueses. O carregador que aparece na foto está localizado em uma área estratégica, em frente a um dos vários supermercados alocados na rua. Considera-se esse serviço típico das cidades do interior da Bahia, cidades pequenas, tendo em vista a impossibilidade de se percorrerem grandes trajetos guiando esses carros, os quais também são típicos das feiras-livres, onde o freguês,

para não pegar peso e percorrer toda a feira, solicita tal serviço. Em Feira de Santana, além dessa rua, pode-se encontrar esses trabalhadores no Centro de Abastecimento.



Foto 05. Rua Marechal Deodoro da Fonseca

Fonte: Azevedo, 2008

É válido ressaltar que os trabalhadores de carro-de-mão são relativamente numerosos nesta rua. Na foto 05, uma consumidora ajeita suas compras no carro-de-mão “contratado” e, ao fundo, uma vendedora posicionada na porta de um supermercado vende laranjas, maracujás e mangas, produtos trazidos da sua propriedade em Tanquinho²⁷, município da região de Feira de Santana (ver foto 06).

²⁷ O município de Tanquinho fica em torno de 36 km do município de Feira de Santana.



Foto 06. Rua Marechal Deodoro da Fonseca. Vendedora de frutas. Notar que ela se localiza na parte interna de um supermercado

Fonte: Azevedo, 2008

Em conversas com os barraqueiros, aqui compreendidos como aqueles que têm estrutura de barraca e fazem parte ou não da associação feirense dos vendedores ambulantes, obteve-se a informação de que os comerciantes institucionalizados das lojas diversas e supermercados convivem sem conflitos ou tensões com eles e com os feirantes-vendedores que dispõem seus produtos no chão, mesmo que, em alguns casos, os produtos vendidos na rua sejam semelhantes àqueles encontrados nas lojas, como roupas, roupas íntimas femininas e masculinas, bolsas, mochilas, calçados e outros.



Foto 07. Rua Marechal Deodoro da Fonseca. Vendedora de frutas, feijão de corda e castanhas.
Fonte: Azevedo, 2008

Na foto 07, observa-se outra vendedora. Ela vem do distrito de São José, a aproximadamente quatorze quilômetros da cidade de Feira de Santana, e vende produtos de sua propriedade, como cajus, sob a medida de uma bacia de plástico, castanhas e feijão de corda debulhado²⁸ por ela mesma e sob a medida de um litro de alumínio²⁹. Dependendo da habilidade e da disposição do comprador, os preços e as quantidades podem ser negociados, situação impossível em supermercados, que atuam sob medidas e preços precisos. Essa relação de compra e venda entremeada por uma conversa ali mesmo na rua pode, também, promover uma relação de “fidelidade comercial” entre fregueses e feirantes que, em virtude da qualidade das mercadorias e do atendimento “individualizado”, constroem uma relação de outro tipo além da comercial, a afetiva, por exemplo.

²⁸ Retirar os grãos de feijão de sua vagem, através de uma fenda feita no meio da palha com os próprios dedos.

²⁹ Vaso de óleo de cozinha.



Foto 08. Rua Marechal Deodoro da Fonseca. Vendedores fixos de frutas, verduras e hortaliças
Fonte: Azevedo, 2008

Já os vendedores das fotos 08 e 09 seguem outra lógica, têm carros-de-mão que ficam fixos no espaço. São eles, em sua maioria, moradores de Feira de Santana que compram produtos no Centro de Abastecimento e revendem nas calçadas da rua. Essas informações corroboram para a leitura das fotos 08 e 09, em que se observam a quantidade e variedade de produtos existentes nos carrinhos e com melhoria mínima da estrutura, se comparada com as vendedoras das duas fotos anteriores. Aqui as mercadorias têm guarda-sol e os vendedores dispõem de água para limpar e dar uma boa aparência às frutas e verduras.

Os produtos alimentícios são comercializados sem nenhuma preocupação com a saúde pública, tanto por parte de quem vende, como de quem compra. Os alimentos - mesmo aqueles prontos para o consumo, como o amendoim cozido - estão próximos às poças de lama, como é o caso das laranjas e bananas (foto 09). Todas as imagens, ratificam que a higiene e a infra-estrutura são precárias.



Foto 09. Vendedores fixos de frutas e verduras em um movimentado cruzamento entre a Rua Marechal Deodoro e a Rua Comandante Targino.
Fonte: Azevedo, 2008



Foto 10. Rua Marechal Deodoro da Fonseca. Conjunto de vendedores fixos
Fonte: Azevedo, 2008

As fotos 10 e 11 estabelecem um bom contraste: apesar de estarem em um mesmo lado da rua, barraqueiros e feirantes chamam a atenção pela quantidade e variedade de produtos, sejam naturais ou industriais. É importante destacar na foto 10 a grande quantidade de produtos nos carros-de-mão e em reserva, ainda estocados em sacos de nylon. A organização/disposição enfileirada dos carros-de-mão, possivelmente para possibilitar o fluxo na calçada a arrumação dos produtos também merecem destaque. E, por fim, ressalta-se a presença da balança, sugerindo que, ao contrário dos outros feirantes, as frutas aí são comercializadas por quilo. Observou-se também a circulação de outros tipos de vendedores ambulantes, como o de café e o de bolo de tapioca, mostrados na foto 11.



Foto 11. Rua Marechal Deodoro da Fonseca. Barracas e vendedores ambulantes
Fonte: Azevedo, 2008



Foto 12. Rua Marechal Deodoro da Fonseca. Vendedora fixa
Fonte: Azevedo, 2008

A foto 13 denota o intenso fluxo de pessoas nesta rua. Deve-se observar, também, que parte considerável da calçada serve de vitrine aos vendedores, feirantes e lojistas, havendo uma mistura de produtos na rua, formando um mercado a céu aberto, uma grande feira-livre. Apesar de não estar explícito nas fotografias, vale acrescentar que há um intenso fluxo de carros, motos e caminhões.



Foto 13. Vista parcial da Rua Marechal Deodoro da Fonseca
Fonte: Azevedo, 2008

Observa-se, na fotografia 14, a variedade de produtos comercializados na rua: são cajus, laranjas, limas, mangas e feijão de corda - que é debulhado em um ritual corporal, memorial e aceito pela visibilidade urbana, ou seja, não há estranheza -, todos dispostos ali no chão. Tendo por base as idéias de Leda Martins (2003), Diana Taylor (2003) e Richard Schechner (2003), a memória aqui se refere à memória corporal, àquela que o corpo retém, reproduz e modifica. Dessa afirmação, pode-se depreender que o corpo se constitui como um instrumento de divulgação da cultura, e que, através do corpo, as pessoas são inseridas em um contexto cultural. A performance representa a memória e também se constitui como prática educativa e transmissora de conhecimento. Enfim, a memória se inscreve no corpo em performance, em movimento, em comportamento, assim como a performance também é um importante e invisível veículo de transmissão da memória coletiva.

Segundo Taylor (2003), a performance se apóia sempre em um contexto específico para seu significado e funciona como um sistema histórico e culturalmente codificado. As imagens articuladas só adquirem seu sentido em um contexto cultural e discursivo específico. Elas atuam na transmissão de uma memória social extraindo ou transformando imagens culturais comuns de um arquivo coletivo. Nestes aspectos, também as idéias de Schechner (2003) reaparecem, pois defende as relações, as articulações no entendimento das performances, as quais são codificadas de acordo ao seu contexto sócio-histórico-cultural e espacial particular. As performances são passíveis de serem lidas, interpretadas, decodificadas.

As ações diárias também se constituem em performances, dadas as repetições dos movimentos, os pedaços de comportamentos rearranjados e modelados de modo a construir uma ou outra ação. “Honrar o que é ordinário é observar quão ritualística é a vida diária, e o quanto esta é constituída de repetições. Não há nenhuma ação humana que possa ser classificada como um comportamento exercido uma única vez” (SCHECHNER, 2003, p.27). As performances produzidas por diferentes sociedades transcendem suas fronteiras territoriais nacionais; percorrem o mundo através dos espaços materiais e virtuais. Assim, performar é agir, exercer comportamentos, mostrar-se. Pode, ainda, ser estudada, analisada e refletida através de seus códigos.

Em contraposição às fotos 08, 09, e 10, a fotografia 15, revela uma reduzida quantidade de produtos, o que sugere que são vindos das pequenas propriedades de cultivo caseiro.



Foto 14. Vendedor e vendedoras de frutas e feijão de corda na Rua Marechal Deodoro da Fonseca.
Fonte: Azevedo, 2008



Foto 15. Rua Marechal Deodoro da Fonseca. Vendedoras de Castanha e feijão de corda.
Fonte: Azevedo, 2008

A foto 16 é especialmente interessante, porque reúne elementos que identificam bem a cultura nesta área da rua. Na imagem, uma mulher sentada à porta de uma bomboniere, ao lado uma loja de eletrodomésticos e, no chão, uma bacia de alumínio contendo poucos cajus, duas medidas da pequena bacia de plástico. Ao seu lado, uma caixa de papelão, que possivelmente serviu para o transporte da mercadoria, e sacolas plásticas para a embalagem. Tudo indica que esta pessoa se desloca da área rural do município para encontrar em Feira mercado para os seus produtos. Este é o contexto habitual da paisagem da Rua Marechal Deodoro da Fonseca durante o dia.



Foto 16. Rua Marechal Deodoro da Fonseca. Vendedora de frutas, no interior da bomboniere.
Fonte: Azevedo, 2008

Na foto 17 vêem-se produtos típicos do sertão, como os beijos, doces e salgados, de diversas formas e tamanhos, além da tapioca, que pode ser utilizada na elaboração de bolos, sorvetes e doces em geral. A vendedora, que revelou em conversa ser residente do distrito de São José, debulha feijão de corda e vende também mangas e limões. Observe-se que é vendida uma reduzida quantidade de produtos, o que, mais uma vez, leva a crer que a produção é própria e caseira.



Foto 17. Rua Marechal Deodoro da Fonseca. Vendedora de frutas e beijos diversos.
Fonte: Azevedo, 2008



Foto 18. Antiga feira livre Praça João Pedreira, 1971, antiga feira livre.
Fonte: Gama, 2000, por Silva, 2008.

Ao comparar a foto da antiga feira (foto 18), realizada até o ano de 1977, da qual parte da Rua Marechal Deodoro também fazia parte, principalmente às segundas-feiras, e as fotos atuais dessa rua (da foto 04 à 17), visualizam-se muitas semelhanças. Parte da antiga feira parece ter permanecido nesta localidade, assim como a sua memória segue presente na organização do espaço e nas práticas de vender e comprar, viver e conviver naquele lugar.

Observa-se nas fotos que se referem à atual feira da Rua Marechal Deodoro e à antiga feira-livre a idéia, a sensação de aglomeração e densidade oferecida pelas imagens, a concentração de pessoas e de produtos, a variedade e a disposição no espaço das barracas e dos produtos expostos ali mesmo no chão. Por exemplo, hoje, na Marechal Deodoro, as feirantes que vêm das áreas rurais têm produtos específicos, como o feijão de corda, e se localizam em um mesmo espaço da rua, que é o lado contrário ao da maioria dos barraqueiros que vendem produtos industrializados.

Os sacos de frutas e verduras que servem para repor as mercadorias vendidas, normalmente ficam por ali mesmo, no chão. Notou-se que a imagem da Rua Marechal Deodoro se aproxima mais ainda da antiga feira-livre no período junino, quando as mercadorias saem das calçadas e avançam para a rua, dificultando não apenas o trânsito de pessoas, mas, principalmente, de automóveis.

O(s) sertão(ões) se mostra(m) nesta rua, conforme registrado e explicitado nas fotografias anteriormente listadas, e através do mapa 10. São práticas sócio-espaciais, são modos de organização do espaço para venda e compra, são produtos em sua maioria originários do interior do estado da Bahia e de áreas circunvizinhas a Feira de Santana, portanto, do(s) sertão(ões) baiano(s), que está(ão) presente(s) no aipim, batata doce, abobora, maxixe, jerimum, caju, castanha, umbu, seriguela, tamarindo, sapoti, licuri, jabuticaba, como também no bolo de puba enrolado na palha de banana, no doce de leite, rapadura, requeijão, ovo de galinha de quintal e ainda, nos comportamentos, linguagens, gestos, vestuário e inúmeros outros aspectos simbólicos. É importante esclarecer que o termo sertão aqui será usado no plural para denotar multiplicidade, diversidade de práticas e culturas.

O mapa 10, a seguir, mostra de forma muito resumida, a disposição dos barraqueiros e feirantes da Rua Marechal Deodoro da Fonseca. Pode-se observar com maior nitidez a diferença - distribuição, variedade e quantidade das mercadorias - entre os feirantes que trazem os produtos das suas propriedades da zona rural do município e aqueles que os adquirem no Centro de Abastecimento.

O(s) sertão(ões) está(ão) presente(s) também na memória corporal, nos rituais e performances corporais, seja no debulhar do feijão de corda, seja nos comportamentos do

cotidiano. A paisagem cultural de origem sertaneja que se quer esconder, apagar ou esquecer está muito clara e presente na vida, nos hábitos, enfim, no modo de ser do feirense, mesmo as pessoas não percebendo, ou ainda não se identificando hoje com a cultura sertaneja.

2.2 Da dualidade ao hibridismo

A história do estado da Bahia se confunde com a própria história da cidade do Salvador: sua hegemonia política, governamental, administrativa, econômica e cultural a incumbiu de torná-la um centro magnético, polarizando todas ou quase todas as cidades e municípios do estado em torno de si. A imagem do cidade de Salvador é estendida a toda a Bahia, dando, inclusive, uma idéia de homogeneidade cultural em todo o estado. É como se existisse apenas uma única cultura capaz de representar a Bahia inteira. Com isso, os recortes espaciais, as suas gentes, as suas origens históricas e culturais são escondidas, esquecidas e sombreadas pela cultura de Salvador e de seu entorno, especialmente o recôncavo baiano. Salvador, assim, se torna referência de cidade e de cultura para todos os outros municípios baianos e não baianos. Vale ressaltar que a idéia de Salvador como referência de cidade é datada desde o período colonial, quando era ainda sede do governo nacional e principal centro econômico do país, isto por volta de 1549 até século o XVIII. Como se percebe, a construção de Salvador como principal imagem de cidade da Bahia e referência estadual tem suas origens na produção e organização do espaço brasileiro e estadual.

Cláudia Pereira Vasconcelos publicou um artigo em 2008 contendo parte da sua pesquisa concluída em 2007 sobre a baianidade e a sertanidade no jogo identitário da cultura baiana, tendo como foco de análise os textos do escritor Jorge Amado e do poeta e advogado Eurico Alves Boaventura, ambos baianos, porém nascidos em contextos espaciais bastante diferentes: o primeiro, em Itabuna e criado em Ilhéus, seguindo para Salvador e o mundo; e o segundo, em Feira de Santana, também tendo resido em Salvador para estudar, mas, ao contrário de Jorge Amado, retorna à cidade de nascimento.

Boaventura trabalha com um par bastante interessante, em que define o litoral como cidade e o sertão como sertão. Isto cria uma distinção entre urbano e rural, conceitos que estão diretamente ligados ao modo de vida nestes espaços. É importante dizer que o discurso imagético-discursivo da sertanidade³⁰ ou sociabilidade³¹ sertaneja criado por Boaventura

³⁰ Termo utilizado por Vasconcelos (2008)

³¹ Termo utilizado por Soares (2001)

considera-o em oposição ao litoral/recôncavo e, dessa forma, cria sentidos e significados para o sertão baiano.

De acordo com Valter Guimarães Soares (2001), o sertão apareceu na imaginação social brasileira de diferentes maneiras ao longo da história,

ora como lugar do inculto, do incivilizado, do tradicionalismo ou da resistência à mudança, do atraso, ou, sob outra perspectiva, como espaço do autêntico, do nacional legítimo, dos traços mais puros do ser brasileiro, o sertão foi sendo construído como não litoral como sinônimo de interior, de deserto, de horizonte aberto e amplo. Um todo genérico e uniforme (SOARES, 2001, p. 109-110).

Note-se que o sertão aparece de forma genérica e homogênea, sem delimitação física ou espacial definida. Sua referência está apenas em contraposição ao litoral. Soares (2001) explica ainda que o espaço dito sertão é uma construção social recente, subsidiada por importantes discursos, imagens e memórias formadas, no caso baiano, por Boaventura. O autor assinala que “o espaço-sertão não está nem esteve sempre ali, ele não precede a sociedade que o conforma; ele é produto de uma teia de imagens, conceitos e idéias que lhe vão constituindo e construindo em significado, demarcando suas fronteiras, traçando-lhe um perfil social” (SOARES, 2001, p. 110-111). Logo, o sentido, o significado e as imagens do sertão e do sertanejo são criados a partir de um espaço e de uma teia de relações sociais concretos.

Segundo Vasconcelos (2008, p.01), “a idéia de Bahia – baianidade – foi construída através de uma estratégia imagético-discursiva que a colocou como algo à parte, *sui generis*”, ou seja, como um lugar diferente de todos os outros, singular e exclusivo. Neste sentido, influenciou não apenas a imagem construída internamente, mas, sobretudo externamente, “aparecendo no imaginário nacional e internacional como sendo a terra da felicidade, um lugar diferente, místico e sensual, um caso à parte do Nordeste e, mais ainda, um caso à parte no Brasil. Uma imagem que de certa forma foi se organizando tanto de dentro para fora como de fora para dentro”, salienta a autora.

Depreende-se, a partir desse fragmento de texto, que a elite política que governava a Bahia procurava uma imagem que a caracterizasse da melhor maneira possível, que a destacasse como única e incomparável, e que havia um projeto de dissociar a sua imagem do Nordeste, possivelmente por esse ser lembrado como região atrasada, feia, improdutiva e miserável. Mesmo a Bahia sendo um dos estados dessa Região, parece que não se identifica ou não se reconhece em meio ao Nordeste.

Gilmar Arruda (2000), fundamentado na teoria proposta por Fentress e Wickham sobre a memória social, discute as memórias construídas dos sertões e das cidades em uma época que, segundo o autor, as lembranças e as tradições eram basicamente transmitidas pela oralidade, em função da alta taxa de analfabetismo verificada no Brasil no final do século XIX e início do XX.

Para o autor, há a construção da idéia de cidades e sertões como termos opostos, onde um não está ou não pode estar contido no outro: o sertão “se constituía enquanto memória sobre um espaço, grosso modo o rural, mas também havia uma memória sobre as cidades, como espaço ‘conquistado’ do ‘sertão’ ou contra o sertão” (ARRUDA, 2000, p. 41). Ou seja, as cidades conquistam e civilizam espaços do sertão e, por isso, deixam de sê-lo.

Assim como Arruda (2000), Soares (2001) também esclarece que esta proposição é uma invenção social, sobretudo da nascente elite burguesa da época, já que a cidade era seu principal território de atuação, dadas as suas atividades comerciais e industriais, consideradas locomotivas do crescimento urbano e de desenvolvimento do país.

Arruda (2000, p. 86) utiliza-se do texto “Cidades e Sertões”, de José Lima de Figueiredo, e explica que o título

é revelador da concepção de organização espacial do país que o autor concebia e que seria corrente na época: a contraposição das duas palavras indica a própria divisão do território brasileiro em dois: o território das cidades, “civilizado”, “moderno”, “progressista” e o seu oposto, o território dos “sertões”, de contornos “selvagens”, “arcaicos” e “exóticos”.

Este embate entre cidades e sertões ou sertões e litoral/urbano também é encontrado na fala de Soares (2001, p. 112-113), quando se refere ao livro “Fidalgos e Vaqueiros”, de Boaventura, analisa que o texto “é atravessado por imagens e idéias que buscam legitimar o sertão e sua gente, com base em uma caracterização negativa do que foi eleito como seu oposto, isto é, o litoral/urbano”. Isto que dizer que a caracterização e definição do sertão tem como referência a cidade/urbano e vice-versa, e que cada espaço são se define por si só nem pelas suas práticas, mas pelo que tem de oposto ao outro.

Boaventura (2006) reivindica um lugar de destaque na história baiana em sua rica e densa literatura que revaloriza, ressignifica e reconstrói a imagem do sertão baiano. Valoriza suas paisagens, suas gentes e suas culturas. Assegura que o sertão foi o principal esteio da cultura e economia baianas durante muitos anos, inclusive no que se refere ao abastecimento e desenvolvimento do litoral. Explica o autor:

não foram de decorativos barões, mas de tabaréus de prol, de coronéis de envergadura, que fizeram um município, que escreveram páginas solenes na

manutenção do patriotismo propalado do recôncavo, quando rigorosamente este patriotismo nascia no vigor do curral entupido de reses³², para a fome dos decorativos soldados da cana. Releia-se com acuidade uma página da Independência da Bahia. O Cel. Casusa da Vitória mandou foi força de verdade (força nasce da comida e nos bons cavalos para a marcha e o ataque) para a gente do litoral (BOAVENTURA, 2006, p. 107).

A atmosfera de ruralidade que envolvia a cidade de Feira de Santana não estava apenas registrada na sua paisagem, mas na força política e econômica emanada pelos tabaréus-coronéis que fizeram um município, no dizer do autor.

Boaventura (2006) informa que, de igual forma, o sertão ostenta riqueza e requinte e que nada tem de pobre e feio. Reclama que os elementos/objetos/artefatos que atestariam esta riqueza e ostentação estariam reclusos em Salvador, o que, por sua vez, dificultaria a identificação destes objetos como pertencentes ao sertão. O autor provoca:

Onde está, por exemplo, o rico e monumental espelho que decorou o salão nobre do Dr. Gabriel Ribeiro, exótico fidalgo, exilado dentro da própria mansão espontaneamente? Está na cidade de Salvador, num palacete na Barra Avenida. De certo, dirão os que contemplam agora, que é ele expressão da cultura e do bom gosto, do luxo, do requinte da antiga sociedade de Salvador. Ô mentira danada! É ele que mostra de como viviam aqui no sertão os nossos tabaréus de então. Civilização do gado (BOAVENTURA, 2006, p. 108).

Assim, complementar aos argumentos de Arruda (2000), Soares (2001) e Boaventura (2006), Santos (2005), ao estudar a urbanização brasileira, admite que

o urbanismo é condição moderníssima da nossa evolução social. Toda a nossa história é a história de um povo agrícola, é a história de uma sociedade de lavradores e pastores. É no campo que se forma a nossa raça e se elaboram as forças íntimas de nossa civilização. O dinamismo da nossa história, no período colonial, vem do campo. Do campo, as bases em que se assenta a estabilidade admirável da nossa sociedade no período colonial (SANTOS, 2005, p. 19 apud OLIVEIRA VIANNA, 1956, p. 55).

Possivelmente, a oposição e o embate cultural existente entre o sertão/campo/rural/interior e o litoral/cidade/capital, vem desde o período colonial onde se busca a originalidade, a autenticidade e a história da sociedade e do território brasileiro. Leu-se na citação que, desde aquele período, há a necessidade de valorizar um espaço em detrimento do outro, e não a intenção de pensar em uma análise integrada e interdependente.

A imagem do sertão baiano associada à do Nordeste brasileiro traz outras implicações, como a ambivalência ou dicotomia no discurso entre campo e cidade, ambivalência que também se encontra na teoria de Le Goff (1998), quando afirma que existe, ainda na antiguidade, uma desvalorização e menosprezo pelo trabalho do camponês, em contraposição

³² Rês quer dizer gado.

ao trabalho urbano. “Trata-se sobretudo de trabalho rural e, segundo uma tradição que o cristianismo apenas reforça com relação à Antiguidade, o camponês é menosprezado. Na antiguidade, ele é o grosseiro, o rústico, em oposição ao homem da cidade” (LE GOFF, 1998, p. 47). Encontra-se esta idéia reforçada em outro texto:

mas seja qual for o *status* depreciado de numerosos trabalhadores que evocamos, a grande valorização do trabalho se dá na cidade. Esta é uma das funções históricas fundamentais da cidade: nela são vistos os resultados criadores e produtivos do trabalho. Todos esses curtidores, ferreiros, padeiros... são pessoas que produzem coisas úteis, boas e, às vezes, belas, e tudo isso se faz pelo trabalho, à vista de todo mundo (LE GOFF, 1998, p. 49).

Como se viu, a depreciação e a desvalorização do trabalho rural não foram criadas com as idades moderna ou contemporânea, mas remonta desde a Antiguidade, e ainda hoje são perpetradas e aceitas como realidade. Susana Gastal (2006, p. 66 apud ARGAN, 1992, p. 214) corrobora com esta análise afirmando que: “na cidade, o ser humano, na sua máxima elaboração; no campo, a precariedade. A imagem da cidade incorporará, ainda, a idéia de limpeza (esgoto, pavimentação), segurança e beleza.”

Yi-fu Tuan (1980) também corrobora com a discussão. Mas, ao refletir acerca da cidade ideal e da cidade como ideal, pondera:

“O ar da cidade faz o homem livre” é um provérbio alemão da Idade Média: os homens livres viviam dentro dos muros das cidades e os servos fora, nos campos. A supremacia da cidade sobre a vida rural está entrelaçada com os significados das palavras. Desde o tempo de Aristóteles “cidade”, para os filósofos e poetas, representou a comunidade perfeita. Os cidadãos viviam na cidade; os servos e os vilões viviam no campo. A cidade do homem, onde o bispo tinha a sua sede, era uma imagem da Cidade de Deus: no campo longínquo ou sertão estavam os sertanejos; e no distrito rural ou vila estavam os campônios ou pagãos (TUAN, 1980, p. 172-173).

Neste trecho, é possível observar que também na idade média, a cidade aparece como espaço ideal, que liberta, emancipa e aproxima de Deus. A cidade ainda é definida em relação ao seu entorno, o campo, assim, como os sujeitos que fazem parte de ambos os espaços: na cidade, os homens livres; no campo, os servos e pagãos, enfim, os sertanejos.

É a partir dessa imagem, dessa cultura e desse olhar que se teima em entender a região do Nordeste brasileiro e do sertão da Bahia como agrícola-rural. Não se admitem estes espaços e suas gentes como atrasados, feios, desprovidos de tecnologias e possibilidades. Discursos e ideologias criados na antiguidade pela igreja cristã, e na atualidade pelas elites econômicas e políticas locais.

Assim, a discussão iniciada por Vasconcelos (2008) chama a atenção para a restrição desse discurso hegemônico e aparentemente consensual, pois deixa de fora outras regiões

baianas com igual riqueza cultural, tais como a Chapada Diamantina, a Região Cacaueira, o Vale do Rio São Francisco e sua fruticultura, e o Semi-Árido, este último se expressando “através de outros elementos e artefatos culturais mais identificados com o Nordeste do que com a Bahia e já apresenta, por si só, referências culturais bastante diversas” (idem, p.02). Ressalta-se que a Bahia é um Estado de grandes extensões longitudinais e latitudinais, sendo maior, inclusive, que muitos países do mundo, como Portugal, Espanha, França, Itália e Uruguai.

É imprescindível destacar que se entende a diversidade e a multiplicidade cultural existente nos recortes espaciais que se chamam sertão e litoral; contudo, nesta pesquisa, optou-se por trabalhar com o discurso imagético-discursivo hegemônico que, por isso, não deixa de ser diverso e heterogêneo.

Mas este discurso imagético hegemônico e preponderante não é construído apenas por baianos ou nordestinos. A imagem do nordeste e, por conseguinte, do sertão, também é construída e divulgada por outros, como, por exemplo, o carioca Euclides da Cunha, em um clássico da literatura brasileira, “Os Sertões”.

Em um dos trechos da sua mais conhecida obra, Euclides da Cunha é enfático ao descrever o ambiente sertanejo:

Então, a travessia das veredas sertanejas é mais exaustiva que a de uma estepe nua. Nesta, ao menos, o viajante tem o desafio de um horizonte largo e perspectiva das planuras francas. Ao passo que a caatinga o afoga; abrevia-lhe o olhar; agride-o e estonteia-o; enlaça-o na trama espinescente e não o atrai; repulsa-o com as folhas urticantes, com o espinho, com os gravetos estalados em lança; e desdobra-se-lhe na frente léguas e léguas, imutável no aspecto desolado; árvores sem folhas, de galhos estorcidos e secos, revoltos, entrecruzados, apontando rijamente no espaço ou estirando-se flexuosos pelo solo, lembrando um bracejar imenso, de tortura, da flora agonizante. (CUNHA, 2008, p.69-70)

A leitura surpreende pela riqueza de detalhes neste pequeno fragmento. Só um expectador atento e surpreso poderia oferecer um panorama tão rico ao leitor. O autor faz uma descrição da paisagem sertaneja, enfocando os seus aspectos mais característicos. Possivelmente, ele mesmo tenha contribuído para isto, com suas percepções, vivências, memórias, representações, enfim, sua literatura. O autor informa, dessa maneira, que a paisagem sertaneja é um ambiente novo e desconhecido para ele, e se surpreende com a aridez e sua vegetação decorrente. Mas mostra apenas um sertão, apesar de tantos outros como o próprio título da obra sugere.

Ao relacionar o discurso de Euclides da Cunha ao de Boaventura, identificam-se semelhanças no se refere à percepção da paisagem. Mas o que afasta a descrição do segundo

em relação ao primeiro é a poesia da beleza, da exaltação e valorização com que a paisagem e o sertanejo são inseridos no contexto baiano. Para Cunha, a paisagem sertaneja agride, expulsa e assola.

Assim, “Os Sertões” forjam uma imagem do sertão da Bahia e de parte do nordeste, um conjunto de descrições e narrativas valorativas decorrentes de experiências socioespaciais que (re)criam um espaço a partir da visão de um outro estrangeiro. Esses discursos imagéticos contribuíram e ainda contribuem decisivamente e incisivamente na construção e consolidação da imagem que brasileiros e baianos têm do nordeste e do sertão baiano.

Neste sentido, Soares (2001) complementa a análise e afirma que

Parte constitutiva da imaginação social sobre o país, essa matriz é marcada, em cada época, por contrastes e ambivalências: o sertão ora é inventado como o lugar do atraso, do inculto, da barbárie, ora é idealizado como lugar do autêntico, da formação da nacionalidade. Outro traço comum: são sempre discursos cujos narradores habitam o litoral, de onde emitem suas impressões sobre o interior e a gente sertaneja (SOARES, 2001, p. 115).

Ainda neste sentido, ao se observarem as imagens construídas pela literatura baiana, como, por exemplo, em “Dona Flor e Seus Dois Maridos”, “Gabriela Cravo e Canela”, “Mar Morto” e “Bahia de Todos os Santos”, todos de Jorge Amado; pela música, com Dorival Caymmi exaltando o mar; pela televisão, com novelas temáticas; pelos desenhos e pela pintura, como mostrado abaixo, nas figuras 01 e 02 de autoria de Carybé, e tantos outros expoentes das artes na Bahia, percebe-se que, em sua esmagadora maioria, não há referência aos elementos rurais e sertanejos, os quais estão ligados à imagem nordestina. Por isso, a necessidade de esquecimento e/ou de sombreamento, que cria uma invisibilidade cultural.

A imagem nordestina contraria a imagem feliz da Bahia. Vale acrescentar que Carybé veio à Bahia com o propósito de entrevistar Lampião, símbolo do homem do sertão. Não conseguindo, contentou-se em pintá-lo. Talvez por isso tenha se dedicado à pintura e à serigrafia que retratavam a cultura e o cotidiano da cidade do Salvador, elementos que marcaram definitivamente a sua carreira.

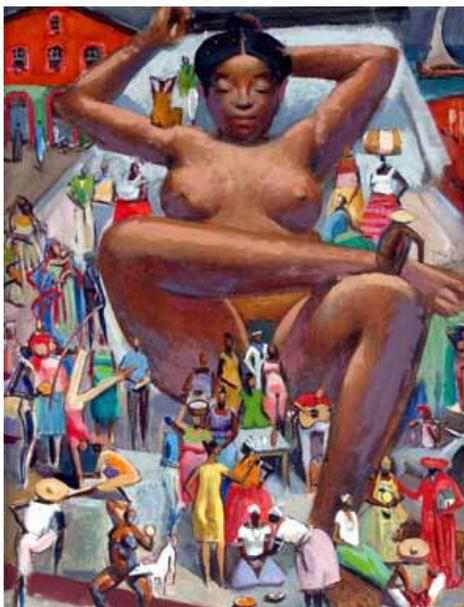


Figura 01. De Carybé.

Fonte: <http://macarrao2.blog.uol.com.br/images/AMulataGrandeIII.jpg>



Figura 02. De Carybé.

Fonte: http://www.portalcapoeira.com/capoeiradabahia/images/stories/Capoeira/CapoeiraBahia/imagens/caribe_cap_roda.jpg

Feira de Santana, espaço também da cultura sertaneja, não foge à lógica descrita acima. Os ícones ligados ao sertão, como o vaqueiro, o tropeiro, o boiadeiro e o coureiro, vistos nas fotografias 57 e 59, são esquecidos e/ou sombreados pela cultura litorânea. Contudo, são estrategicamente evocados e resgatados quando há necessidade de mostrar símbolos da identidade local ou de suas especificidades.

Defende-se aqui, portanto, a percepção de que Feira já nasce dual, porque foi inserida no contexto baiano a partir da necessidade de criar gado para abastecer os centros produtores de cana-de-açúcar e mineração, como visto anteriormente. Naquele momento, a cidade ainda

fazia parte da jurisdição de Cachoeira³³, ou seja, era considerada como parte das cidades que pertenciam ao recôncavo baiano³⁴, integrada, dessa forma, ao conjunto de estruturação econômica das cidades ao redor de Salvador ou do recôncavo baiano. Em 1833, Feira de Santana emancipa-se e se separa de Cachoeira, polarizando a própria microrregião. Com isso, alguns hábitos e costumes do recorte litoral foram trazidos e introduzidos pela população migrante do período. Admite-se que o processo migratório foi de fundamental importância para que a mistura cultural se realizasse. Este fluxo migratório proporcionou agregar e misturar hábitos, costumes e tradições diversas.

Aceita-se a pluralidade cultural provocada pela migração e evidenciada neste início de século pelos meios de comunicação. Percebe-se que a dualidade da cultura feirense está marcadamente presente na paisagem, sobretudo, na do centro da cidade de Feira de Santana, aqui representado, como dito anteriormente, pela Avenida Getúlio Vargas e pela Rua Marechal Deodoro da Fonseca (ver mapa 02).

Dessa forma, torna-se possível analisar o fenômeno da hibridez, do entrecruzamento de culturas e da pluralidade cultural vivida neste início de século XXI que, por sua vez, fica registrado na paisagem urbana das cidades de médio porte brasileiras. No caso da cidade em questão, Feira de Santana, optou-se focar nestes dois recortes culturais, sertão e litoral, em função da sua preponderância na paisagem da cidade, bem como em função do processo histórico exposto acima, que subsidiou seu surgimento e crescimento.

Contudo, é necessário dizer que a idéia de hibridismo se insere nesta pesquisa de duas formas distintas, mas complementares. A primeira está associada à idéia da pluralidade, de mistura, mudança, pois são múltiplas e diferentes culturas, espaços e tempos coexistindo e se relacionando em um mesmo espaço urbano ou em uma cena urbana. Para isto, recorre-se ao estudo de Nestor Canclini (1997) sobre culturas híbridas. A segunda forma remete ao diálogo que o espaço media entre o passado e o presente. Para esta reflexão, utilizaram-se como aportes teórico-metodológicos as categorias filosóficas de análise do espaço geográfico proposta por Santos (1997), estrutura, processo, função e forma, por concordar que permeia todos os olhares sobre a cidade e, conseqüentemente, estão a todo tempo presentes no trabalho de pesquisa. Entretanto, no que se refere à hibridização da paisagem, ganham novos e importantes significados.

³³ Cidade distante cerca de 120 km da capital baiana, Salvador. Considerada recôncavo baiano, pela sua proximidade espacial e, principalmente, por coadunar a com cultura desta capital.

³⁴ Região que agrega, por relações culturais e econômicas, cidades próximas à Salvador.

Para Santos (1997), a paisagem é formada por acumulações de tempo, fatos e elementos do passado e do presente que interagem constituindo um contexto espacial/uma realidade. Assim, para compreender a organização do espaço e sua forma decorrente, faz-se necessária uma interpretação conjunta e interdependente entre estrutura, processo, função e forma, localizados em um tempo e um espaço específicos. Isto quer dizer que a análise do espaço pode ser realizada por meio dessas categorias, que permitem uma visibilidade do espaço enquanto totalidade concreta, passível de leitura e interpretação.

De acordo com o autor, a estrutura “implica a interrelação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção”. Já o processo é definido “como uma ação contínua, desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança”. A forma “é o aspecto visível de uma coisa. Refere-se (...) ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão. E a função “sugere uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa” (SANTOS, 1997, p. 50). No espaço concreto, essas quatro categorias a todo tempo interagem, formando o contexto ou cenário ou realidade espacial.

Os tempos interagem, dialogam, dentre outros, através do espaço. Assim, no espaço existem formas antigas, construídas em tempos passados, mas que no presente abrigam novas, diferentes e/ou variadas funções, e isto ocorre/acontece em função, basicamente, do processo que possibilita a mudança na estrutura social. O espaço media a relação entre os tempos. Logo, na medida em que a sociedade muda ou se transforma, busca outras perspectivas, objetivos, prioridades e necessidades. O espaço também acompanha, concomitantemente, essas mudanças e a paisagem é o registro de todo esse processo. Em resumo, novo e velho interagem no cenário espacial. “Assim sendo, resta-nos tão-somente uma mistura de formas novas e velhas, de estruturas criando novas formas mais adequadas para cumprirem novas funções ou se adequando a formas velhas, criadas em instâncias já passadas” (SANTOS, 1997, p.55).

Compreendendo por este ponto de vista, a hibridez da paisagem é uma consequência desse processo de mudança contínua, que agrega, adapta e/ou exclui uma série de formas, elementos, funções, objetos... No entanto, as suas permanências ou não no espaço estão diretamente ligadas à apropriação e estratégia capitalista.

As formas e suas funções decorrentes surgem em determinados contextos espaciais e temporais. Mas as funções mudam com mais facilidade e rapidez que as formas, pois estas últimas não perdem a marca-registro do tempo que as construiu, por mais adaptadas e incorporadas que estejam ao presente:

A forma pode ser imperfeitamente definida como uma estrutura técnica ou objeto responsável pela execução de determinada função. As formas são governadas pelo presente, e conquanto se costume ignorar o seu passado, este continua a ser parte integrante das formas. Estas surgiram dotadas de certos contornos e finalidades-funções (SANTOS, 1997, p. 51).

A hibridez da paisagem é revelada também pela relação do novo e do velho no espaço. No centro da cidade de Feira de Santana, identifica-se exemplos significativos dessa relação entre o novo e o velho que também se configuram como exemplos de hibridez da paisagem, como o Mercado de Artes Municipal, que hoje tem uma função cultural-comercial, mas que outrora já abrigou o mercado de cereais e carnes da antiga feira-livre. O Abrigo, a Prefeitura Municipal, o prédio do correio, há tempos em eminente reforma, o Feira Palace Hotel, o antigo Feira Shopping, que hoje abriga uma agência bancária, o casarão da antiga Biblioteca Municipal, que abriga uma galeria de lojas, e as inúmeras residências que foram adaptadas para a função comercial ou de prestação de serviços.

A Rua Marechal Deodoro, em meados da década de 1930, tinha sua função voltada para a moradia. Logo, é possível compreender que as suas formas estavam de acordo com esta função. Com o agir do tempo, a esta função foi adicionada outra, a do comércio. Então, novas formas foram criadas ou as antigas residências tiveram de ser adaptadas para abrigarem a nova função. Hoje, em 2009, toda a Rua Marechal Deodoro possui a função de comércio de produtos variados e oferta de serviços diversos. Percebe-se que, ao longo do tempo histórico, a rua passa de função e formas residenciais para função e formas de comércio e serviços diversos.

A Avenida Getúlio Vargas tem processos semelhantes: de lugar de residência, passa para local de comércio e disposição de serviços variados. Assim, estrutura, função e forma são modificados para que o capital comercial se realize.

2.3 As imagens e a visibilidade da Avenida Getúlio Vargas

Neste tópico, destaca-se a Avenida Getúlio Vargas, não só pelo seu significado histórico de ter durante muitos anos abrigado/sediado a antiga feira-livre mas, principalmente, por hoje se afirmar com umas das avenidas mais importantes e movimentadas da cidade, passagem obrigatória para quem visita Feira, seja para comprar no comércio, para utilizar os serviços médico-hospitalares ou em busca de diversão.

Considera-se que a Avenida Getúlio Vargas tem uma extensão relativamente grande, com 4178 metros de comprimento, medidos da Rua Manoel Martins até a Avenida de

Contorno Eduardo Fróes da Motta, se comparada com a Rua Marechal Deodoro da Fonseca, com apenas 493 metros, conforme verificável no mapa 02. Assim, na Avenida Getúlio Vargas, pode-se encontrar quase todos os elementos definidos por Lynch (1997) para compreender a imagem da cidade.

De acordo com Lynch (1997, p. 53), os marcos são elementos externos ao observador e em geral, são um objeto físico definido de maneira muito simples: edifício, sinal, loja ou montanha. Seu uso implica a escolha de um elemento a partir de um conjunto de possibilidades. Alguns marcos são distantes, tipicamente vistos de muitos ângulos e distâncias, acima do ponto mais alto de elementos menores e usados como referências radiais. Podem estar dentro da cidade ou a uma distância tal que, para todos os fins práticos, simbolizam uma direção constante. (...) Outros marcos são basicamente locais, sendo visíveis apenas em lugares restritos e a partir de uma certa proximidade.

Por meio deste viés, entende-se que a Avenida Getúlio Vargas, em toda a sua extensão, desde a Avenida de Contorno Fróes da Mota até a Rua Conselheiro Franco, possui vários marcos, tais quais: os limites da pista de corrida, o parque com uns poucos equipamentos de ginástica, os viadutos inaugurados recentemente, o monumento em homenagem a Maria Quitéria, o ponto de ônibus central, a praça de alimentação, o estacionamento da prefeitura municipal, a própria prefeitura, o mercado municipal, o monumento do couro e as inúmeras agências bancárias, hospitais e clínicas médias e dentárias. Todos esses marcos perpassam a Praça da Bandeira, considerada área central porque não apenas para ali convergem as ruas de maior movimento do centro da cidade, como também concentra, nas suas imediações, o comércio local. Ela se reveste em marco cultural na medida em que foi, durante muitos anos, o espaço acolhedor da antiga feira-livre. Nesse sentido, a referida praça se constitui como um centro no sentido geográfico e histórico da cidade.

Já os pontos nodais, segundo Lynch (1997, p. 52-53)

são pontos, lugares estratégicos de uma cidade através dos quais o observador pode entrar, são os focos intensivos para os quais ou a partir dos quais ele se locomove. Podem ser basicamente junções, locais de interrupção do transporte, um cruzamento ou uma convergência de vias, momentos de passagem de uma estrutura a outra. Ou podem ser meras concentrações que adquirem importância por serem a condensação de algum uso ou de alguma característica física, como um ponto de encontro numa esquina ou praça fechada. (...) Muitos pontos nodais têm a natureza tanto de conexões como de concentrações.

As Praças da Bandeira e a João Pedreira³⁵ formam uma só e atuam como um importante ponto nodal na cidade, como dito anteriormente, pois para aí convergem ou passam as principais ruas e avenidas da cidade, como: Conselheiro Franco, Getúlio Vargas, Marechal Deodoro, Sales Barbosa e Senhor dos Passos, conforme foto 19 e mapa 11. Estas praças estão entre dois pontos nodais: os cruzamentos da Avenida Getúlio Vargas com a Rua Conselheiro Franco, e da Avenida Getúlio Vargas com a Avenida Senhor dos Passos (ver mapa 11). Outro aspecto importante a ser considerado a partir da visualização do mapa 11 é que, apesar dos pontos nodais se distribuírem por toda a avenida, há uma concentração destes pontos no trecho verde. Ao se sobrepor, o mapa 11 ao 14, verifica-se que este espaço é o que mais concentra fluxos.



Foto 19. Cruzamento da Avenida Getúlio Vargas com a Avenida Senhor dos Passos. Ao fundo a Praça da Bandeira, local da antiga feira livre.

Fonte: Reis, 2008.

³⁵ As Praças da Bandeira e a João Pedreira foram unidas no programa de reestruturação urbana para a instalação do Sistema Integrado de Transportes (SIT), em 2005.



Foto 20. Cruzamento da Avenida Getúlio Vargas com a Avenida Senhor dos Passos, de outro ângulo.
Fonte: Reis, 2008.



Foto 20a. Sinalização no Cruzamento da Avenida Getúlio Vargas com a Avenida Senhor dos Passos.
Fonte: Azevedo, 2009.

Como observado nas fotos 19, 20 e 20a, há neste cruzamento um fluxo intenso, o que o torna, de fato, um centro de convergência e dispersão de transeuntes, automóveis, bicicletas, motocicletas, ônibus e, às vezes, carroças. Ainda na foto, pode-se perceber a necessidade de



Mapa 11: Pontos Nodais da Avenida Getúlio Vargas.

Fonte: Imagens do site da Conder modificado por Dásio Câmara Neto sob orientação da autora.

sinalização/orientação variada, como as faixas de pedestres, a zona de interseção³⁶ entre as avenidas, os semáforos e as placas de sinalização (foto 20a). Isto aponta o importante entrecruzamento de avenidas bastante movimentadas e com sentidos variados.

Outros pontos nodais compõem este cenário, como, por exemplo, os cruzamentos da Avenida Getúlio Vargas com a Avenida Maria Quitéria, com a Avenida João Durval Carneiro e com Avenida de Contorno Eduardo Fróes da Mota, conforme mapa 11.

Ainda de acordo com a classificação proposta por Lynch (1997), traz-se para a discussão a definição de limites para explicar a sua ocorrência na área de estudo. Portanto, os limites são

fronteiras entre duas fases, quebras de continuidade lineares: praias, margens de rios, lagos, etc., cortes de ferrovias, espaços em construção, muros e paredes. (...) Esses limites podem ser barreiras mais ou menos penetráveis que separam uma região da outra, mas também podem ser costuras, linhas ao longo das quais duas regiões se relacionam e se encontram (LYNCH, 1997, p. 52).

A Avenida Getúlio Vargas possui limites importantes: ao norte, a Avenida de Contorno Eduardo Fróes da Motta, principal rotatória, que circula a cidade, como indicado pelos mapas 02 e 12. Outro limite situa-se quase no meio da Avenida e aqui também se constitui como principal ponto de referência, ou seja, o ponto de ônibus (ver mapa 12).

Até aproximadamente a década de 1970, conforme mapa 06 e os estudos de Daianny Teles Gomes Cordeiro Ismerim (2007), quase toda a cidade de Feira de Santana situava-se dentro deste Anel de Contorno. Neste espaço, residiam as pessoas de baixo poder aquisitivo e havia pouco beneficiamento urbano. Hoje, a partir do numeroso investimento das construtoras e imobiliárias para além do Anel de Contorno, essas áreas estão passando por um momento de valorização, por conta das novas construções, do investimento em infra-estrutura mínima e da valorização ideológica, tarefa a cargo das empresas de marketing e propaganda.

Já ao sul, o limite é a Rua Conselheiro Franco, antiga Rua Direita, palco de uma das maiores movimentações de pessoas e de carros da cidade. Ou seja, a Avenida Getúlio Vargas está localizada entre importantes, diferentes e movimentados pólos (observar os mapas 02 e 12). Ou seja, os trechos em roxo, verde e laranja no mapa 12 indicam três quebras de continuidade ou, pelo menos, três avenidas em uma só.

É relevante destacar que a referida Avenida se configura como um interessante divisor sócio-econômico, tanto no sentido transversal, quanto no longitudinal. No primeiro, porque

³⁶ Essas faixas amarelas cruzadas no asfalto entre as duas avenidas, indicam que nenhum automóvel pode parar nesta área.

Limites da Avenida Getúlio Vargas

Monumento em homenagem ao vaqueiro.



O viaduto sobre a Avenida de Contorno liga a Avenida Getúlio Vargas a Avenida Noide Cerqueira.



Ponto de ônibus da Avenida Getúlio Vargas se constitui como nosso principal ponto de referência.



Fonte: Imagens do site da Conder modificado por Dásio Câmara Neto sob orientação da autora.

Mapa 12: Limites da Avenida Getúlio Vargas.

Fonte: Imagens do site da Conder modificado por Dásio Câmara Neto sob orientação da autora.

separa à direita, no sentido Anel de Contorno – Rua Conselheiro Franco, bairros de grupos de baixo poder aquisitivo como o Parque Getúlio Vargas, Lagoa Grande e Santo Antônio dos Prazeres, e à esquerda, bairros de alto poder aquisitivo, como os Capuchinhos e Santa Mônica I. Vale ressaltar que essa divisão acontece no início da Avenida, parte próxima ao Anel de Contorno, como descrito nos mapas 02 e 11.

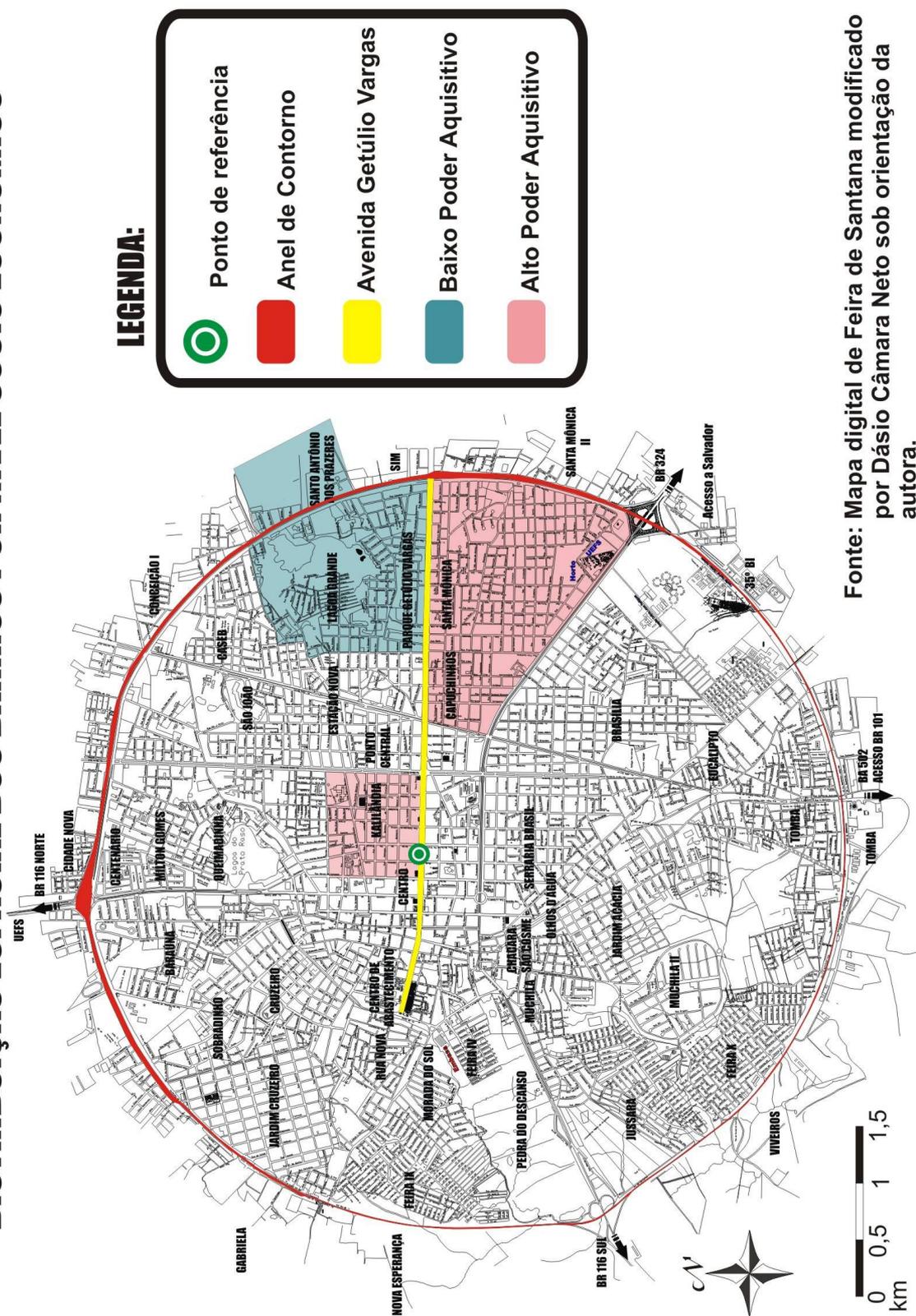
Movimento contrário ao descrito acima acontece no sentido oposto da Avenida, agora mais próximo à Rua Conselheiro Franco. Os bairros valorizados pelo seu público residente invertem de posição, e tem-se a Kalilândia à direita, conforme o mapa 13. Contudo, uma nota se faz necessária: não se observa em Feira de Santana uma profunda segregação social por bairros. Existem, sim, alguns pontos de resistência, com famílias que permanecem no local mesmo após a valorização mercadológica do espaço.

Já no sentido longitudinal, observável no mapa 13, percebe-se que os elementos culturais relacionados ao litoral dão uma outra tônica à imagem da cidade, e estão diretamente relacionados ao público de alto poder aquisitivo, ou seja, o divisor, agora, é a paisagem definida/diferenciada/marcada pelo seu aspecto sócio-econômico-cultural-espacial.

O marco de mudança e que se constitui como um limite, de acordo com a definição exposta anteriormente, da relação elementos materiais/culturais e diferenciação sócio-econômica, é, de fato, o ponto de ônibus intra-urbano localizado praticamente no meio da Avenida e posto em destaque no mapa 13 e na foto 21. Deste ponto de ônibus em direção à Avenida de Contorno (mapa 14, trecho C), os restaurantes, as lojas de confecção e de produtos de decoração de ambientes interiores (casas, escritórios), e os bares são destinados ao público de alto poder aquisitivo e, talvez, o mais interessante é que aí os elementos expressos na paisagem se referem à cultura do recôncavo baiano e do sul do país, como mostram as fotos 26, 27, 28, 29, 30 e 31. Até mesmo o mapa 14 - de locação dos pontos de táxis, mototáxis e ônibus - reforçam esta idéia.

Observando o mapa 14, identifica-se a grande concentração de táxis, mototáxis e ônibus no trecho B, ressaltando que o espaço mais concentrado deste trecho, segundo entrevistas, compreendia a antiga feira-livre. Neste trecho B, encontram-se lojas, restaurantes, casas comerciais que, em sua maioria, atendem a um público popular. Isto fica compreensível em função da grande oferta dos serviços de transporte. Situação inversa ocorre no trecho C, onde não há pontos de táxis e mototáxis, possivelmente por não haver demanda para estes serviços, mas apenas de ônibus, com distância considerável entre eles, confirmando, portanto, a idéia de que por este espaço circula prioritariamente o automóvel de uso particular. É neste trecho também que as lojas dispõem de estacionamento na calçada.

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BAIRROS POR NÍVEL SÓCIO ECONÔMICO

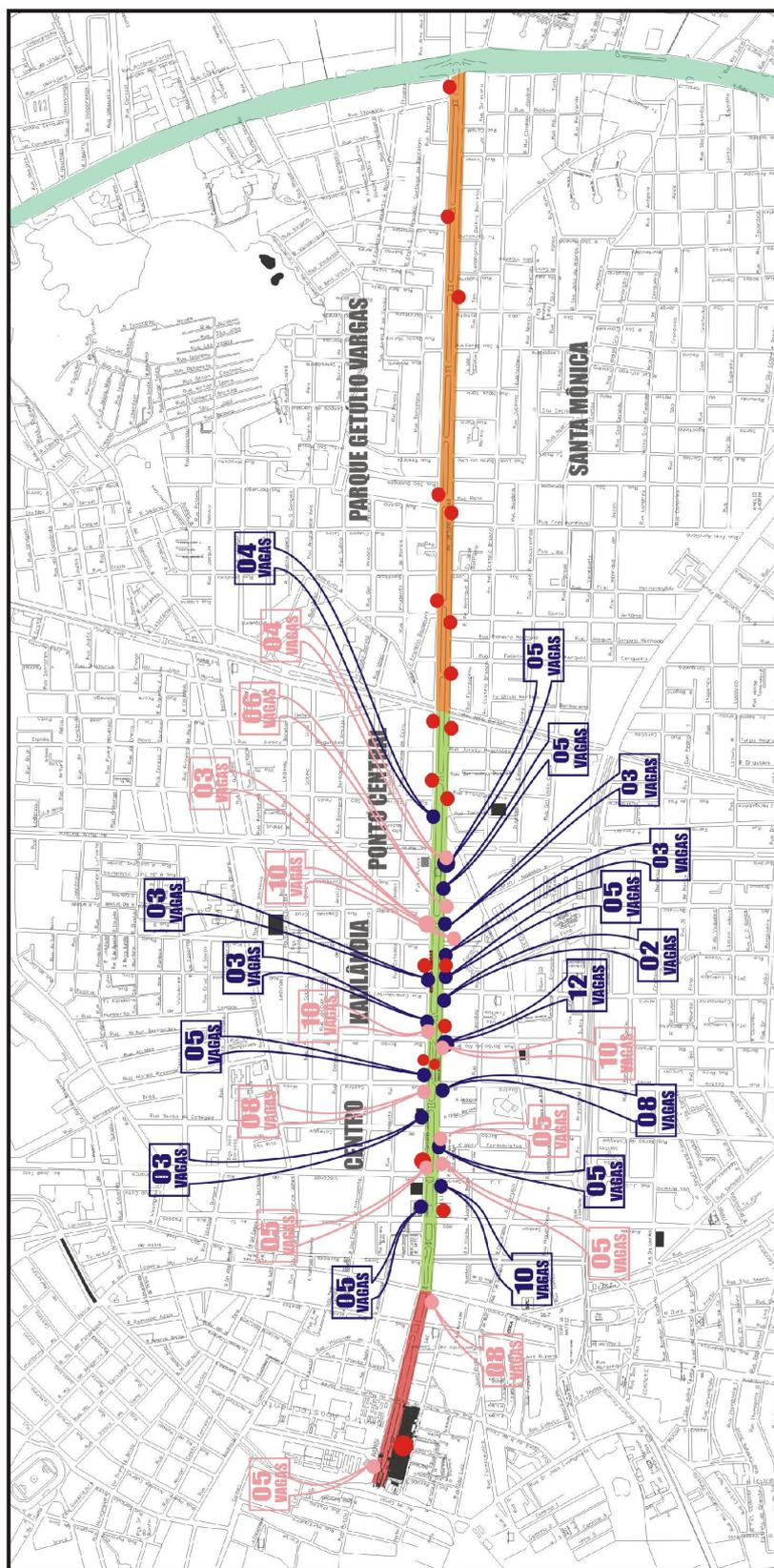


Fonte: Mapa digital de Feira de Santana modificado por Dásio Câmara Neto sob orientação da autora.

Mapa 13: Distribuição Espacial dos bairros por nível socioeconômico.

Fonte: Mapa digital de Feira de Santana modificado por Dásio Câmara Neto sob orientação da autora.

MAPA DE LOCAÇÃO DOS PONTOS DE TÁXIS, MOTO - TÁXIS E ÔNIBUS



Fonte: Mapa digital de Feira de Santana modificado por Câmara Neto sob orientação da autora.



Mapa 14: Locação dos pontos de Táxis, Moto-Táxis e Ônibus.

Fonte: Mapa digital de Feira de Santana modificado por Dâsio Câmara Neto sob orientação da autora.

Observa-se a ocorrência de uma expansão do comércio da Avenida Getúlio Vargas para as suas ruas próximas, aquelas que alimentam ou são alimentadas diretamente pela avenida. Os motivos que figuram esta extensão do comércio podem ser variados: alto custo dos imóveis; trânsito intenso em alguns trechos, como o B; impossibilidade de estacionamento na própria avenida, o que tem provocado a disseminação de estacionamentos privativos distribuídos por este trecho, dentre outros. Já no trecho A, a paisagem muda intensamente e destina-se a um público popular e, em sua maioria, da área rural do município. Outro elemento que deve ser considerado na análise é o valor cobrado por cada modalidade de serviço de transporte. O táxi continua sendo o mais caro, com o preço da bandeirada 01 custando R\$ 3,40. O ônibus custa R\$ 2,00. E o mais competitivo é o mototáxi, com valor cobrado dentro do Anel de Contorno a R\$ 3,50 e fora do Anel a R\$ 4,50. Dentro dessas modalidades, ainda têm as variações, como o táxi-fretado³⁷, ou táxi-lotação³⁸.



Foto 21. Ponto de ônibus. Avenida Getúlio Vargas.
Fonte: Reis, 2008.

Como descrito anteriormente, é deste ponto que a Avenida se torna uma via expressa, beneficiando apenas a circulação de veículos. Deste marco em diante, existem apenas dois semáforos e duas faixas de pedestres. Dessa forma, ocorre uma seleção induzida pelo desenho: só transitam veículos motorizados. O tipo de comércio muda, as calçadas não têm aglomerações e, muitas vezes, servem de estacionamento. Há, portanto, pouco fluxo de

³⁷ No táxi-fretado há uma negociação entre o taxista e o cliente, para que haja um preço combinado no valor da corrida, permitindo que o velocímetro não seja ligado.

³⁸ No táxi-lotação, os taxistas fazem um serviço semelhante ao dos ônibus. Lotam o táxi no ponto de ônibus e deixam as pessoas nos seus respectivos pontos.

pedestres (ver mapa 14). A esse respeito, Lynch (1997, p. 142) explica: “A paisagem diferenciada pode simplesmente revelar a presença de outros grupos ou lugares simbólicos.” Ou seja, no caso em questão, a paisagem urbana se mostra reveladora de grupos definidos, os de alto e baixo poder aquisitivo e que, em Feira de Santana, se remetem a dois importantes recortes culturais, como o litoral ou recôncavo e os sertões baianos, respectivamente.



Foto 22. Avenida Getúlio Vargas. Placa 01 de orientação no ponto de ônibus.
Fonte: Reis, 2008.

Como está descrito na placa da foto 22, as linhas de ônibus intra-urbanos que passam por este ponto vão em direção aos bairros de baixo valor econômico, como: Parque Lagoa Subaé, Subaé, Asa Branca e Mangabeira.

É imprescindível destacar que a bicicleta e a motocicleta fazem parte da paisagem urbana de Feira de Santana, conforme fotos 23 e 24. A matéria exibida no telejornal³⁹ local de 13 de março de 2009 informa que, aproximadamente, 60 mil pessoas circulam pela cidade com bicicleta, ou seja, quase 10% da sua população total. Ainda segundo a reportagem, as pessoas que fazem uso deste meio de transporte usam-no, basicamente, para irem ao trabalho, como uma medida de economizar tempo e dinheiro, que faz pensar que são, em sua maioria, trabalhadores com baixa remuneração mensal, porque se fosse diferente, optariam por outros meios de maior status social, como o carro ou a moto, veículos que a mídia, forçada pela indústria automobilística, vem se encarregando de condicionar e induzir a aquisição.



Foto 23. Avenida Getúlio Vargas. Presença de motos e bicicletas no sentido mais próximo ao centro da cidade

Fonte: Reis, 2008.

³⁹ Fonte: <http://video.globo.com/Videos/Player/Noticias/0,,GIM982625-7823-BAIANOS+ADOTAM+BICICLETA+COMO+MEIO+DE+TRANSPORTE,00.html>

O outro objeto de destaque na paisagem urbana dessa cidade são as motocicletas, que compõem de forma proeminente o cenário urbano. De acordo com a revista *Veja*⁴⁰, de circulação nacional, excetuando-se as cidades do sudeste, Feira de Santana, está em terceiro lugar no ranking nacional de melhor mercado de vendas de motos. Segundo o jornal⁴¹ televisivo local, em matéria do dia 21 de julho de 2009, são vendidas na cidade 700 motos mensalmente, sendo que este número já foi maior: há três meses, eram 1000 motos por mês. Mas isto só foi possível graças à popularização deste produto (pelo menos do modelo básico), em função do aumento do salário mínimo, dos baixos índices de inflação, das facilidades de pagamento, como prestações a longo prazo, e da não exigência de um valor inicial para fazer consórcio ou financiamento junto a bancos públicos e privados.



Foto 24. Avenida Getúlio Vargas
Fonte: Reis, 2008.

⁴⁰ Matéria publicada em 03 de setembro de 2008. Fonte: <http://veja.abril.com.br/arquivo.shtml>

⁴¹ De acordo com a redação do Jornal, estes dados foram obtidos no site do Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN).



Foto 25. Avenida Getúlio Vargas. Placa 02 com a descrição das linhas de ônibus passantes neste ponto.
Fonte: Reis, 2008.

Esta outra placa visualizada na foto 25 também indica que as linhas de ônibus que passam por este ponto vão para o conjunto Feira IX e o Ponto Central, bairros populares. Isto quer dizer que os bairros que se localizam no alinhamento deste ponto em direção ao Anel de

Contorno, teoricamente, não utilizariam as linhas de ônibus, mas sim o automóvel individual ou familiar, e não o sistema de transporte coletivo.

Nas fotos 26, 27, 28, 29 e 30 observam-se, nos letreiros que emolduram fachadas de restaurantes, quatro grandes símbolos da cultura do recôncavo baiano: o acarajé, a moqueca, o vatapá, o camarão. Localizados em uma área privilegiada da avenida, atendem a um público de alto poder aquisitivo, não apenas por estes grupos residirem nas imediações da Avenida, mas, principalmente, por conta dos bens e serviços oferecidos pelo comércio da localidade, como lojas de roupas de grife. Vale ressaltar, contudo, a sofisticação dos serviços ofertados na Avenida Getúlio Vargas e nas suas áreas imediatamente próximas.



Foto 26. A casa do Acarajé. Ao norte da Avenida Getúlio Vargas

Fonte: Azevedo, 2008



Foto 27. Restaurante Ki- Mukeka. Ao norte da Avenida Getúlio Vargas
Fonte: Azevedo, 2008



Foto 28. Detalhe da fachada do Restaurante Ki- Mukeka
Fonte: Reis, 2008.



Foto 29. Ao norte da Avenida Getúlio Vargas. Restaurante A Mukeka. A frase da fachada ratifica o discurso unificador da cultura baiana se limitar a litorânea.

Fonte: Azevedo, 2009



Foto 30. Ao norte da Avenida Getúlio Vargas. Este restaurante já se chamou O império do Camarão. Hoje, O lagostão.

Fonte: Azevedo, 2009

Na foto 31, registra-se o restaurante Chalé Catarinense. Pode-se perceber que tanto o seu título quanto os símbolos aplicados em sua fachada principal, o chalé e o pinheiro, remetem-se a uma cultura da Região Sul do Brasil. Ambos fazem parte do imaginário popular

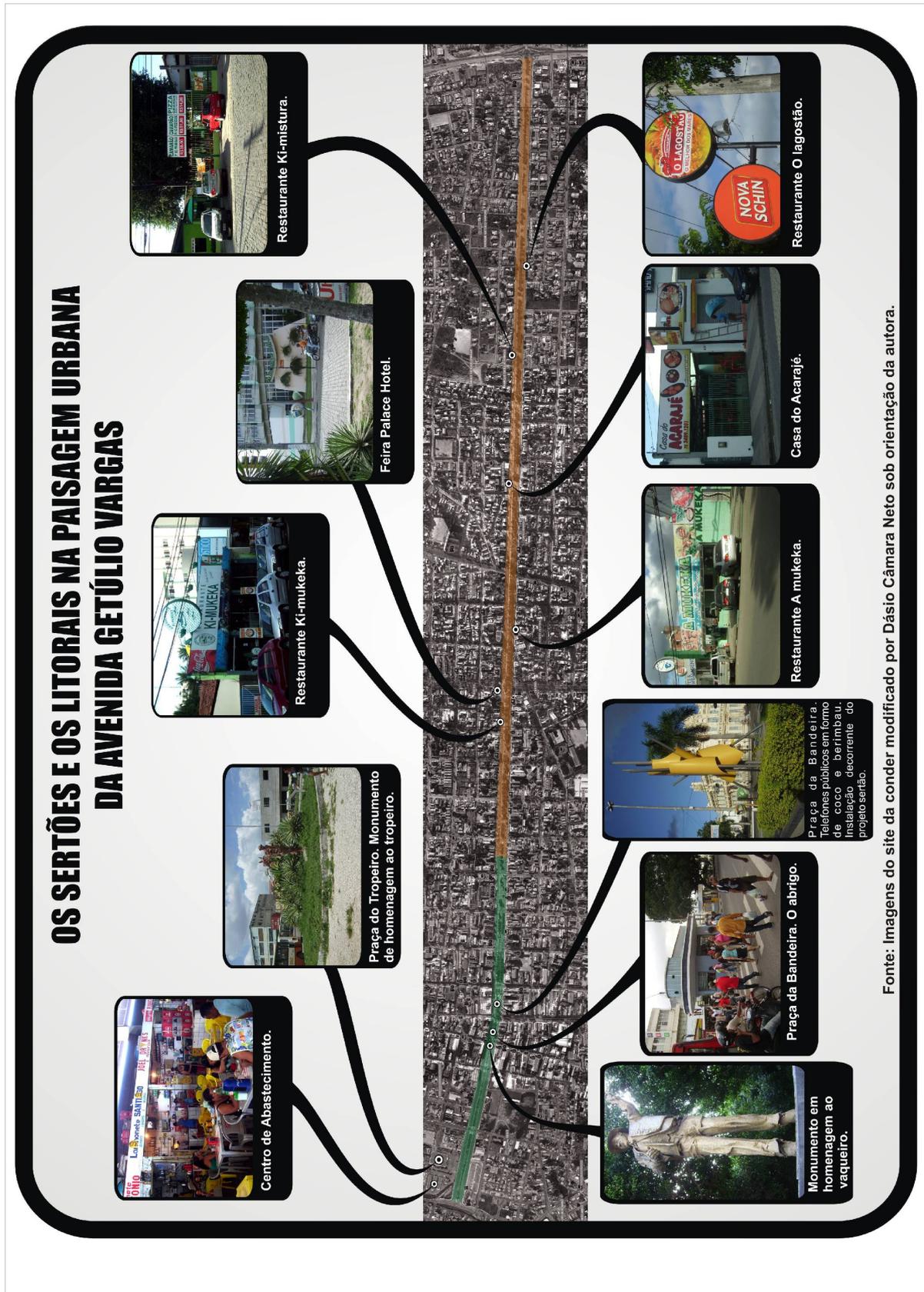
como pertencentes a um contexto de frio, neve, inverno, montanha, serra, dentre outros. Ou seja, esses elementos tomados em conjunto pouco ou nada se assemelham ao contexto cultural local. São elementos que, de fato, se remetem à Região Sul do Brasil, não apenas pelo seu clima e solo que favorecem ao frio e a vegetação de picos, como também pela herança histórica cultural européia da construção dos chalés. Isto não quer dizer que não exista a vegetação de picos em outras Regiões, existe, por exemplo, em Minas Gerais, mas aqui se trata de preponderância e representação sócio-cultural.

É um restaurante, como descrito na foto, que oferece comida a quilo. Assim, poderia ter, no seu público alvo, trabalhadores do comércio próximo, já que se localiza em uma área eminentemente comercial. Mas o que se percebe é a presença de um público de alto poder aquisitivo e não aquele público que trabalha no comércio próximo. Isto pode ocorrer pelo alto custo do quilo da comida, vinte e cinco reais e noventa e nove centavos (R\$ 25,99), que se justifica primeiro, pela grande valorização comercial do espaço, segundo, porque oferece aos clientes relativo conforto, como ar condicionado e, terceiro, pela variedade da comida servida.



Foto 31. Restaurante Chalé Catarinense. Ao norte da Avenida Getúlio Vargas
Fonte: Azevedo, 2009

As fotos 26, 27, 28, 29, 30 e 31 representam uma dinâmica sócio-cultural-espacial bastante diferenciada da porção ao sul (trecho em verde no mapa 15) da Avenida Getúlio Vargas, em direção ao Centro de Abastecimento.



Mapa 15: Os Sertões e os Litorais na paisagem urbana da Avenida Getúlio Vargas.

Fonte: Imagens do site da conder modificado por Dásio Câmara Neto sob orientação da autora.

Reconhece-se e admite-se a diversidade de avenidas que co-existem na Avenida Getúlio Vargas: são várias as práticas, hábitos, manifestações e dinâmicas, algumas sobrepostas, outras justapostas, mas todas desenhando e redesenhado, criando e recriando ao mesmo tempo a heterogeneidade cotidiana da dita Getúlio.

A foto 32a representa de forma muito nítida a idéia de dualidade da cultura da cidade de Feira de Santana, a presença dos telefones públicos com formas de coco e berimbau e, ao lado, o monumento que representa a secagem do couro: três grandes símbolos que se referem a vivências, hábitos e espaços/lugares diferenciados - Recôncavo e sertão baianos, respectivamente -, símbolos que se encontram no meio da praça mais antiga e movimentada da cidade, a Praça da Bandeira, que parece unir dois universos diferentes. Essa dualidade parece já ter sido observada por Franklin Maxado, em conhecido cordel sob título “Feira de Santana tem sua casa do sertão na UEFS”, p. 04:

A vila ainda era
Uma zona de transição
Entre nosso Recôncavo,
Que tem massapê no chão,
E a caatinga dos índios
Que segue para o sertão.

Será que a “vila” deixou de ser zona de transição?



Foto 32. Telefones públicos. Praça da Bandeira. Recorte do canteiro central.
Fonte: Azevedo, 2009



Foto 32a. Praça da Bandeira. O canteiro central e plantio das palmeiras imperiais datam de 1988, como parte de reestruturação urbana do Projeto Centro.
Fonte: Azevedo, 2009

No trecho do cordel escrito por Franklin Maxado é possível observar elementos marcantes dos recortes culturais em questão. O autor percebe a importância da posição geográfica da cidade, entendendo-a através da paisagem, porque trata de elementos visíveis do espaço, e verifica que esta é uma área de transição, que, por sua vez, não se refere apenas ao espaço físico, mas também às condições climáticas e morfoclimáticas. O massapê é um tipo de solo rico em matéria orgânica. Aqui na Bahia é característico das áreas do recôncavo baiano, sendo muito propício à plantação de cana-de-açúcar, o que lembra a dinâmica do período colonial. Já a caatinga é uma vegetação típica de áreas com má distribuição ou escassos índices pluviométricos. Ou seja, o contraponto litoral/sertão e a dualidade que os envolve voltam ao centro da discussão. Uma hipótese é a de que a posição geográfica da cidade tenha refletido na sua cultura, já que ela traz elementos de ambas as partes.

A foto 33 também se configura em um exemplo de dualidade. Para além da arquitetura eclética do século passado que, de pronto, registraria uma hibridez cultural, o Mercado de Artes Municipal, no seu interior, traz elementos que remetem à cultura do recôncavo, como as “lembrançinhas” em forma de coco, de berimbau, ou algum outro artefato com inscrições de Salvador ou da Bahia.

Moreira publica, entre 1984 a 1998, uma série de artigos com os resultados do Projeto intitulado “Memória da Feira livre de Feira de Santana.” Em 1994, um dos seus artigos traz depoimentos de várias pessoas sobre a retirada da feira-livre, dentre elas, jornalistas, lojistas, feirantes, políticos e representantes da associação comercial da cidade. Em depoimento do prefeito eleito da época, 1977, Colbert Martins da Silva, mostra a idéia em fazer do mercado⁴² de carnes e cereais, um Mercado Modelo, tal qual o de Salvador. Nas palavras do prefeito: “nós vamos fazer do velho mercado o Mercado Modelo de Feira de Santana, a exemplo do que existe em Salvador. Com a diferença de que não vamos deixar que ele se descaracterize como ocorreu na capital. É uma obra que se autofinanciará” (MOREIRA, 1994, p. 197). Como se observa nas fotografias (33 a 43) abaixo, o Mercado de Artes Municipal de Feira de Santana muito se assemelha com o Mercado Modelo de Salvador, na organização em boxes, mercadorias e restaurantes.

Como observado na foto 34, no objeto que serve de recordação, ou que simboliza a cidade tem-se um coqueiro, um coco, um recorte em forma de prancha ou parte da vela de um veleiro, além do próprio veleiro supostamente sobre o mar com sol e pássaros, um cenário relacionado às regiões marítimas.



Foto 33. Avenida Getúlio Vargas. Fachada e Interior do Mercado Municipal.
Fonte: Azevedo, 2008

⁴² O atual Mercado de Artes Municipal.



Foto 34. Lembranças vendidas no interior do Mercado de Artes.
Fonte: Reis, 2008.



Foto 35. Lembranças vendidas no interior do Mercado de Artes.
Fonte: Reis, 2008.

Do outro lado do mercado, conseguem-se encontrar objetos produzidos com o couro. Vale dizer que parte desse couro e de seus produtos vêm de outras cidades baianas, como Caldas do Jorro, mas alguns são produzidos em Feira de Santana mesmo, tais como bolsas, sandálias, cintos e outros, conforme foto 36. Mas aí também encontram-se muitos produtos

advindos de outros lugares do nordeste, como, por exemplo, as roupas e panos de casa rendados de Fortaleza no Ceará.



Foto 36. Interior do Mercado de Artes. Produtos de couro.
Fonte: Reis, 2008.



Foto 37. Lembranças vendidas no interior do Mercado de Artes.
Fonte: Reis, 2008.

Semelhantes a estas lembranças e objetos vendidos no Mercado de Artes Municipal de Feira de Santana são as vendidas no Mercado Modelo em Salvador, tais quais a seguir:



Foto 38: Mercado Modelo, Salvador, Bahia
Fonte: Azevedo, 2009



Foto 39: Mercado Modelo, Salvador, Bahia
Fonte: Azevedo, 2009



Foto 40: Mercado Modelo, Salvador, Bahia
Fonte: Azevedo, 2009



Foto 41: Mercado Modelo, Salvador, Bahia
Fonte: Azevedo, 2009



Foto 42: Mercado Modelo, Salvador, Bahia
Fonte: Azevedo, 2009



Foto 43: Mercado Modelo, Salvador, Bahia
Fonte: Azevedo, 2009

Note-se que o setor de couros (fotos 41, 42 e 43) do Mercado Modelo, as sandálias e chinelos são muito semelhantes ao do Mercado Municipal de Feira de Santana. Há uma significativa diferença entre os outros produtos, como as bolsas em seus diversos modelos que atendem muito mais a um público urbano que rural, como se observa no Mercado Municipal e no Centro de Abastecimento. Note-se também que a idéia de artesanato enquanto produção de objetos únicos e exclusivos, na qual o artesão imprime sua expressão, sua criatividade e sua marca não se aplica a estes mercados de compra, o que existe é uma “manufatura” organizada,

quase industrializada, que atende, salvo algumas exceções, ao mercado do turismo. Dessa forma, há, nos produtos, uma homogeneidade melancólica e monótona que se apropria de símbolos quase sempre forjados.

Vale salientar que a Avenida Getúlio Vargas, foco parcial do presente texto, não é apenas cenário às performances da vida cotidiana, mas se constitui em palco para manifestações sócio-culturais e políticas de diversas naturezas. No ano de 2008, observou-se uma grande dinâmica sócio-espacial: muitos eventos ocorreram aí, e um dos maiores e mais importantes foi a Caminhada do Folclore, que acontece já há nove anos, e é organizada pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), através do Centro Universitário de Cultura e Arte (CUCA). Em 2008, o evento levou para a Avenida 140 grupos culturais, totalizando cerca de 5 mil integrantes e cerca de 10 mil participantes⁴³.

Foi possível constatar, através de pesquisas via *internet*, que acontece em Salvador (desde 1992) um evento semelhante a este, a Caminhada Axé, um projeto da Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia. Os objetivos e a estrutura das duas caminhadas também se aproximam - têm, portanto, a finalidade de resgatar e difundir grupos folclóricos e manifestações culturais baianas⁴⁴. A Caminhada Axé também acontece em uma área privilegiada, que é parte do circuito do carnaval, ou seja, sai do bairro de Ondina em direção ao Farol da Barra.

Desde a sua primeira edição, a Caminhada do Folclore acontece na Avenida Getúlio Vargas, porém, o ponto de concentração fica na Rua Frei Aureliano, perpendicular a esta Avenida. A Caminhada faz o percurso do Anel de Contorno em direção a Praça de Alimentação, onde aí acontece a dispersão dos grupos. A foto 44 representa o início da Caminhada e, em função do ano eleitoral, percebe-se a presença, já “na comissão de frente”, de candidatos a cargos públicos, como prefeito e vereadores.

⁴³ Informações obtidas no site da Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS. <http://www.uefs.br/portal/noticias/2008/caminhada-do-folclore-sai-as-ruas-domingo-com-140>.

⁴⁴ Informações obtidas dos sites: <http://www.fundacaocultural.ba.gov.br/02/dimac/camaxe/index.html> e <http://www.fundacaocultural.ba.gov.br/04/agcult/0511/caminha.htm>



Foto 44. Início da Caminhada, início da Avenida
Fonte: Azevedo, 2008

Como se pode observar nas imagens abaixo, foram grupos diversos e de diferentes municípios da Bahia.



Foto 45. Grupo de baianas
Fonte: Azevedo, 2008



Foto 46. Passagem da Caminhada. Teatro na avenida
Fonte: Azevedo, 2008



Foto 47. Vista de cima do viaduto, a caminhada ocupando o espaço da avenida
Fonte: Azevedo, 2008



Foto 48. Destaque para o grande número de grupos de capoeira que desfilaram
Fonte: Azevedo, 2008



Foto 49. Boi Bandido
Fonte: Azevedo, 2008



Foto 50. Burrica
Fonte: Azevedo, 2008

Em uma parte da avenida dominada por automóveis, o “boi bandido”, a “burrica” e as “sambadeiras” chamam a atenção e são as estrelas da vez.



Foto 51. Público eminentemente popular ocupando as calçadas dos dois lados (direita/esquerda) da Avenida.

Fonte: Azevedo, 2008



Foto 52. Concentração política partidária durante a Caminhada, distribuição de “santinhos”, panfletos divulgando candidatos.

Fonte: Azevedo, 2008

Também se pode observar nas imagens lojas de roupas, de tecidos e malhas, de acessórios e utensílios para casa, como: “Glacê”⁴⁵, “Tecidos Moura”⁴⁶, “Universal Kids Avenida”⁴⁷ e “Da Luz à Forma”⁴⁸, destinadas ao público de alto poder aquisitivo, compondo o cenário para o palco, de pano de fundo para o desfile de expectadores e grupos populares, muitos deles vindos da zona rural.

Percebe-se o território na acepção de Marcelo José Lopes de Souza (2005, p. 86), como um “campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre nós e os outros.” Assim, o território é construído a partir das relações sociais espacializadas e, neste sentido, o espaço físico atuaria como um coadjuvante no processo. Contudo, observa-se que o autor destaca a diversidade e complexidade interna dos grupos, assim como os diferem em relação ao outros que atuam no jogo de forças que delimitam fisicamente e subjetivamente o espaço. Souza (2005, p. 87) alude que

territórios, que são no fundo antes relações sociais projetadas no espaço que espaços concretos (os quais são apenas os substratos materiais das territorialidades (...), podem, (...) formar-se e dissolver-se, constituir-se e dissipar-se de modo relativamente rápido (ao invés de uma escala temporal de séculos ou décadas, podem ser simplesmente anos ou mesmo meses, semanas ou dias), ser antes instáveis que estáveis ou, mesmo, ter existência regular mas apenas periódica, ou seja, em alguns momentos – e isto apesar de que o substrato espacial permanece ou pode permanecer o mesmo.

Nesse sentido, a definição de território se insere no contexto das relações sociais, políticas, econômicas e culturais, onde o substrato material do espaço aparece como pano de fundo. Logo, os territórios podem ser flexíveis, mutáveis e cíclicos: são estes elementos que conferem tônica à dinâmica territorial.

Já Rogério Haesbaert (2004, p. 79) amplia o entendimento de território e, dentre outros, define-o a partir da dimensão cultural. Dessa forma, “o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural”, ou seja, as territorialidades são múltiplas em suas sociabilidades, finalidades, coletividades, organizações e instituições.

Haesbaert (2006, p. 82) diferencia espaço de território da seguinte maneira: “os territórios estariam ligados a uma ordem de subjetivação individual e coletiva e o espaço

⁴⁵ Foto 15

⁴⁶ Foto 22

⁴⁷ Foto 20

⁴⁸ Foto 22

estando ligado mais às relações funcionais de toda a espécie”. Isto quer dizer que a apropriação do território é mais subjetiva, identitária e rica em simbologias construídas da relação indivíduo-coletividade.

Haesbaert (2004, p. 01), embasado na teoria de Lefebvre (1986), explica ainda que o “território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com o poder, mas não apenas ao tradicional ‘poder político’. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação.” Nesta perspectiva, o território se direciona em dois aspectos: a dimensão da funcionalidade, que se refere ao valor de troca, e a dimensão da subjetividade, do vivido, da cotidianidade, que se refere ao valor de uso, respectivamente. Dessa forma,

o uso reaparece em acentuado conflito com a troca no espaço, pois ele implica “apropriação” e não “propriedade”. Ora, a própria apropriação implica tempo e tempos, um ritmo ou ritmos, símbolos e uma prática. Tanto mais o espaço é funcionalizado, tanto mais ele é dominado pelos “agentes” que o manipulam tornando-o unifuncional, menos ele se presta à apropriação. Por quê? Porque ele se coloca fora do tempo vivido, aquele dos usuários, tempo diverso e complexo (LEFEBVRE, 1986, p. 411-412 apud HAESBAERT, 2004, p. 02).

Assim, os territórios dos símbolos são os mesmos das práticas sociais diárias, da vida ordinária que considera o tempo e o espaço como não homogêneos e não lineares, em que a unifuncionalidade é sobreposta pela multifuncionalidade e, por isso mesmo, tempo e espaço se colocam como categorias tão diversas e complexas. Nesse sentido, o autor observa que, enquanto “espaço-tempo vivido, o território é sempre múltiplo (...), ao contrário do território unifuncional proposto pela lógica capitalista” (2004, p. 02).

Esse olhar diferenciado sobre o território o coloca como um conceito central para a geografia, pois coloca as pessoas e os seus espaços de vivência como passíveis de serem revertidos em inúmeros territórios. As práticas humanas criam, desta forma, territorialidades.

Destaca-se que as proposições de território funcional e simbólico desenvolvidas por Haesbaert (2004) não são excludentes; ao contrário, uma está contida na outra, embora diante de determinado contexto um se sobressaia sobre o outro e vice-versa. “Portanto, todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar funções quanto para produzir significados” (HAESBAERT, 2004, p. 03).

Haesbaert (2004), fundamentado na teoria de Milton Santos, a qual define o espaço geográfico como um híbrido entre sociedade e natureza, política, economia e cultura, materialidade e imaterialidade, enfim entre objetos e ações, defende o conceito de território

sob outra perspectiva, a saber: “o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural” (p.79). Esta definição não apenas amplia o conceito, como também o torna mais complexo, na medida em que admite a multiplicidade das relações sociais num recorte de espaço, e, por isso, torna o espaço uno em espaço múltiplo, ao mesmo tempo.

Logo, na perspectiva do conceito de territórios múltiplos e flexíveis, descritos por Haesbaert (2004) e Souza (2005), respectivamente, que se fazem e desfazem continuamente em diversos momentos, como no desfile, a Avenida Getúlio Vargas se constitui como território de manifestações culturais populares. A paisagem urbana, assim, é completamente modificada, permitindo outras memórias, outros fluxos e outras percepções, no sentido proposto por Chauí (1997, p.125), quando diz que: “a percepção não é causada pelos objetos sobre nós, nem é causada pelo nosso corpo sobre as coisas: é a relação entre elas e nós e nós e elas; uma relação possível porque elas são corpos e nós também somos corporais”.

Outros territórios também são formados na Avenida supracitada por grupos culturais e/ou políticos que buscam a visibilidade das suas causas como, por exemplo: o território dos sapateiros (ver foto 53a) que, durante o dia, de segunda-feira a sábado, oferecem seus serviços em uma das praças mais movimentadas da Avenida; o território dos capoeiristas, que constroem a roda de capoeira semanalmente, aos sábados, por volta das 10:30-11:00 horas, na Praça da Bandeira, em frente ao Mercado de Artes Municipal, seu local de origem; o território dos motociclistas, que se encontram todas as quintas-feiras à noite na Praça de Alimentação da Getúlio Vargas; o território dos vendedores e compradores de cachorros que, todos os domingos, se reúnem para o comércio; o território construído pelas pessoas que compõem a Caminhada da Paz⁴⁹; o território dos Evangélicos, que ali fazem a Marcha para Jesus⁵⁰; o território das lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros e simpatizantes (LGBT), que participam da Parada Gay, a qual na cidade já está em sua oitava edição e acontece anualmente durante o mês de agosto (ver fotos 53, 54 e 55); e tantos outros. Todas

⁴⁹ A Caminhada da Paz em Feira de Santana conta com vários artistas de repercussão local e nacional como, por exemplo, o cantor Geraldo Azevedo. A população é convidada por meio das mídias de comunicação para caminhar pela Getúlio Vargas, a fim de refletir sobre a violência e a paz. A paisagem da avenida é modificada com cartazes que divulgam a caminhada.

⁵⁰ A Marcha para Jesus é um evento internacional que ocorre anualmente em milhares de cidades do mundo. A igreja evangélica tem a oportunidade de mostrar que não é restrita aos templos, mas viva e aberta a toda a sociedade, além de unir as igrejas cristãs em um ato de expressão pública de fé, amor, agradecimento e exaltação do nome de Jesus Cristo. Informações obtidas no *site*: <http://www.marchaparajesus.com.br/>

estas manifestações constroem territórios múltiplos, flexíveis, temporários têm como pano de fundo/palco a Avenida Getúlio Vargas.



Foto 53a. Avenida Getúlio Vargas. Grupo de sapateiros, 2008
Fonte: Reis, 2008.

Como se pode observar nas fotos que se seguem, a Avenida Getúlio Vargas está ocupada e apropriada pelos grupos que fazem a Parada Gay, e aí estão envolvidos vendedores de todo tipo de produto: cervejas, refrigerantes, lanches, doces, entre outros.

Observa-se também o número de participantes, a sua distribuição no espaço da avenida, e a bandeira colorida, conhecida como bandeira arco-íris, um dos símbolos identificatórios da comunidade gay ou LGBT.



Foto 53. Avenida Getúlio Vargas. Parada Gay, 2009

Fonte: Reginaldo Júnior, Ricardo Silva, Leonardo Ferreira, Antonia Fortaleza e Murilo Cajaíba.



Foto 54. Avenida Getúlio Vargas. Parada Gay, 2009

Fonte: Reginaldo Júnior, Ricardo Silva, Leonardo Ferreira, Antonia Fortaleza e Murilo Cajaíba.



Foto 55. Avenida Getúlio Vargas. Parada Gay, 2009

Fonte: Reginaldo Júnior, Ricardo Silva, Leonardo Ferreira, Antonia Fortaleza e Murilo Cajaíba.



Foto 56. Abrigo na Praça da Bandeira, Avenida Getúlio Vargas.

Fonte: Azevedo, 2008.

A foto 56 mostra o Abrigo localizado na Praça da Bandeira que, segundo Dayana Mascarenhas (2008), é um elemento identitário da cultura sertaneja. Este resiste, ao contrário de um outro semelhante que também era localizado nesta praça, mas foi demolido. Durante muitos anos, os abrigos foram importantes pontos de referência para comer; conversar; vender; comprar, enfim, para o encontro.

Do Abrigo, que fica ao sul da Avenida Getúlio Vargas (exposto na foto 56) até a Rua Manoel Matias, onde fica localizado o Centro de Abastecimento, observa-se uma dinâmica sócio-econômica-cultural-espacial muito diferente daquela presente na porção da Getúlio Vargas apresentada acima, e é o que será mostrado nas imagens seguintes. Com isso, pretende-se dizer que há uma distribuição da cultura no espaço, ou ainda uma espacialização da cultura (ver mapa 15).

O monumento ao vaqueiro (foto 57) marca a ampliação da Avenida Getúlio Vargas, em 1998, o que possibilitou aos frequentadores do Centro de Abastecimento, feirantes e fregueses, mais facilidade para chegarem até este local.



Foto 57. Avenida Getúlio Vargas. Monumento em homenagem ao Vaqueiro. Marco do prolongamento da Avenida em 1998.

Fonte: Azevedo, 2008



Foto 58. Avenida Getúlio Vargas. Monumento em homenagem ao Vaqueiro.
Fonte: Azevedo, 2009

É possível observar na foto 58 que a invisibilidade relegada aos elementos ligados ao sertão não se refere apenas ao sentido simbólico, mas também ao espacial, concreto. A certa distância, a visualização do Monumento ao Vaqueiro é quase nula, não dá para ver, o olhar não é atraído pelo contexto da paisagem; pelo contrário, o olhar é enganado, desviado para outros objetos, ou seja, não há mesmo uma boa visibilidade.

Já a foto 59 é emblemática no sentido de testemunhar a mudança na dinâmica espacial. Esta é a Praça do Tropeiro, situada na Rua Manoel Matias. Na placa de identificação do monumento não está escrito o nome do artista que o produziu. As árvores distribuídas pela praça estão podadas, mas, como visível na foto, o entorno do monumento necessita de limpeza. O contrário acontece com, por exemplo, os monumentos em homenagem a Maria Quitéria e ao ex-presidente da república Getúlio Vargas, que estão sempre limpos e bem cuidados (mapa 07). Pela Praça do Tropeiro circulam grupos definidos, formados por pessoas da zona rural próxima a Feira, via de regra, assíduos frequentadores do Centro de abastecimento. O ponto de embarque e desembarque desses ônibus fica atrás do monumento e, ao lado, uma feira livre que ocupa toda uma rua, com produtos de diversas naturezas: roupas, utensílios em plástico e alumínio, etc., todos destinados a grupos de baixo poder aquisitivo (foto 59).



Foto 59. Praça em homenagem ao tropeiro, Rua Manoel Matias
Fonte: Azevedo, 2008

A Foto 60 complementa a análise da foto 59, pois a feira-livre se espalha pelas imediações da Praça do Tropeiro, pode-se encontrar produtos básicos de feira-livre, como as sacolas de nylon e utensílios em alumínio. A foto 60 mostra ainda a precariedade na infraestrutura das barracas e da rua.



Foto 60. Imediações da Praça do Tropeiro
Fonte: Azevedo, 2008

As Fotos 61 e 62 representam o movimento comum de uma grande feira. Ambas as imagens foram capturadas no interior do centro de abastecimento. Como se percebe, cada lanchonete - que são muito mais parecidas com - restaurantes tem um nome de pessoa ou um nome de santo: estes são os nomes de seus proprietários, antigos ou atuais, o que induz a pensar em um sentimento de pertencimento ao local de trabalho e de identificação com aquele grupo de convívio. Não existe também uma divisão rígida de funções. A foto 28, por exemplo, mostra um balcão de venda de carnes à direita, podendo o freguês comprar a carne e pagar para assá-la logo à frente, em um dos restaurantes. Neste mesmo galpão existe a oferta de produtos derivados do leite (queijos e doces diversos), mini-mercearias, carnes brancas e vermelhas, e muitos outros produtos. E este é apenas um dos vários galpões que existem no Centro de Abastecimento.

Nesse sentido, o mapa 15 registra a presença dos sertões e litorais na paisagem urbana da Avenida Getúlio Vargas. Conforme o mapa, estes dois recortes espaciais/culturais estão marcadamente presentes na paisagem. Observa-se também que, inserida nesta lógica, a avenida se divide em duas: uma ligada à cultura sertaneja, que atende a um público popular, e a outra à litorânea, que atende a um público de alto poder aquisitivo. Dessa forma, a expressão destas culturas na paisagem através de seus símbolos conforma uma paisagem particular. Esta idéia é reforçada a partir das informações contidas no mapa 14.



Foto 61. Interior do Centro de Abastecimento
Fonte: Azevedo, 2008



Foto 62. Interior do Centro de Abastecimento
Fonte: Azevedo, 2008

Nas fotos 63 e 64, também capturadas no espaço que abrange o Centro de Abastecimento, encontra-se uma variedade de produtos de couro, uns de fabricação local, outros vindos de cidades do interior/sertão da Bahia, como Caldas do Jorro. Tanto a feira-livre, mesmo interiorizada em um centro de abastecimento, aqui representada pelas fotos 61 e 62, quanto o couro são grandes símbolos da cultura local. A cidade, nacionalmente conhecida pelo seu comércio de gado, aproveitava o couro não só para fazer utensílios como também vestimentas para os vaqueiros e tropeiros que lidavam com o gado e precisavam se proteger da vegetação de caatinga, rica em espinhos.



Foto 63. Centro de Abastecimento, setor de artesanato
Fonte: Azevedo, 2008



Foto 64. Centro de Abastecimento, setor de artesanato
Fonte: Azevedo, 2008



Foto 65. Centro de Abastecimento
Fonte: Azevedo, 2008



Foto 66. Centro de Abastecimento. Fabricação de sandálias.
Fonte: Azevedo, 2008



Foto 67. Centro de Abastecimento. Fabricação de sandálias.
Fonte: Azevedo, 2008



Foto 68. Centro de Abastecimento. Fabricação de sandálias.
Fonte: Azevedo, 2008

Vários símbolos culturais foram agregados à cultura feirense, referentes à cultura sulista, como o restaurante Chalé Catarinense, as lanchonetes Gauchão e Habib's e a pista de skate. Alguns outros símbolos estão mais relacionados à cultura do recôncavo baiano, como o coco e o berimbau localizados na praça na Praça da Bandeira, assim como alguns objetos postos à venda no interior do Mercado de Artes Municipal, os quais se assemelham com os vendidos no Mercado Modelo em Salvador. Entretanto, encontram-se, ainda que de forma concentrada, elementos simbólicos que remetem à cultura sertaneja, como boxes de produtos de couro no interior do Mercado de Artes Municipal, a escultura⁵¹ do artista plástico Juraci Dórea, a qual foi inspirada nos “couros de boi espichados sobre varas e deixados ao tempo”⁵², e o próprio Centro de Abastecimento, espaço por excelência da cultura local do município, pois representa a história e memória coletiva, bem como ainda abriga alguns dos feirantes da antiga feira-livre.

Assim, Feira não se constitui em um espaço, um gênero puro, mas é completa de influências culturais de outros territórios, ultrapassando, inclusive, a idéia inicial de dualidade (sertão-litoral). Considera-se, então, o fenômeno da hibridéz cultural, ou melhor, o entrecruzamento de culturas diversas presentes na sua paisagem. O mapa 16 mostra, de forma resumida, alguns exemplos da hibridéz e da pluralidade da paisagem urbana da Avenida Getúlio Vargas.

2.4 As modernidades da cidade de Feira de Santana

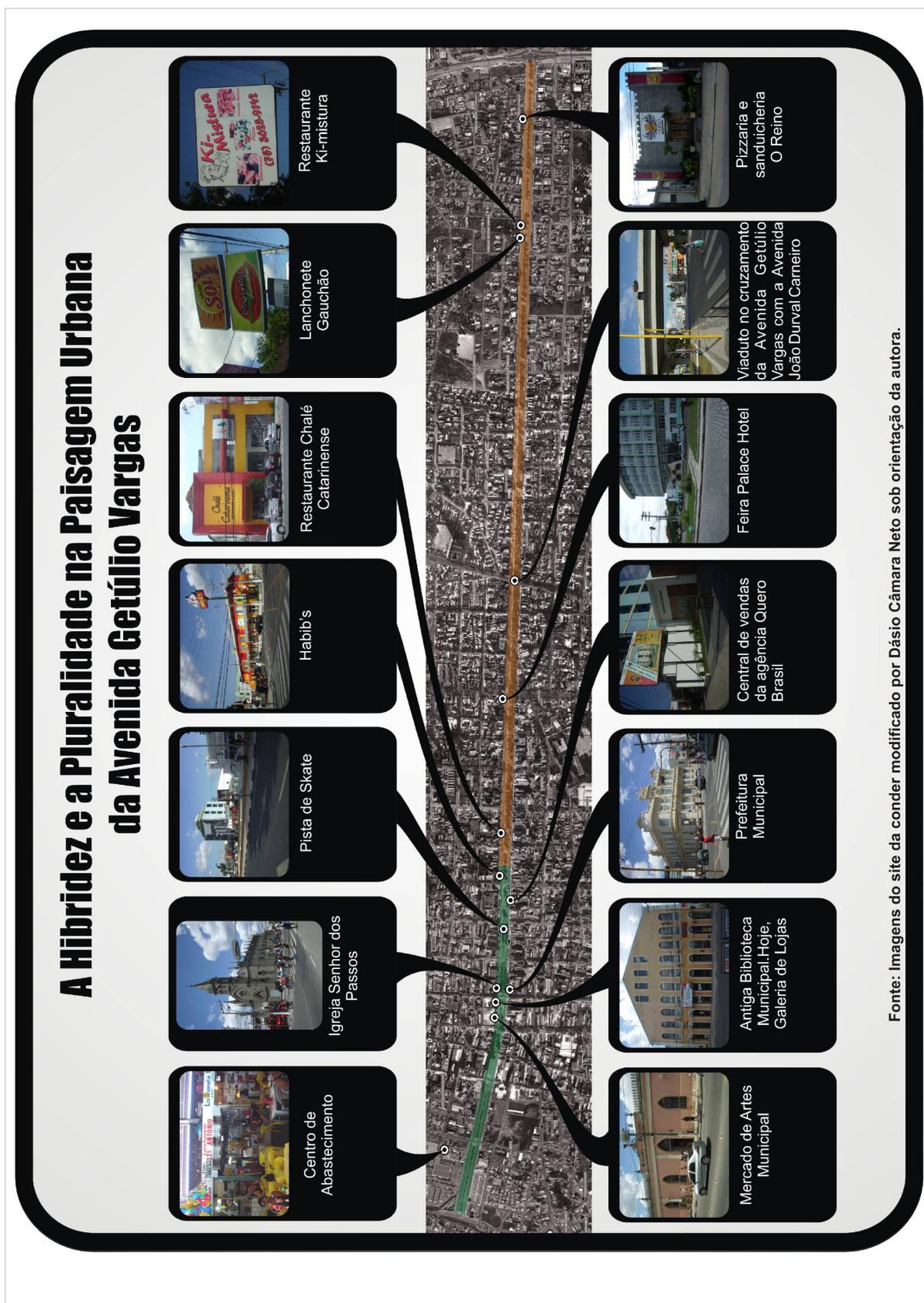
É, de fato, uma tarefa difícil definir uma temporalidade específica para o início da modernidade ou do que hoje se entende por isto. Cada área do conhecimento, de acordo com seus estudiosos e suas visões de mundo, elegem este ou aquele acontecimento que singulariza e simboliza a dita modernidade.

Para alguns autores, a idéia de modernidade surge a partir do século XVIII, na Europa, mais exatamente na Inglaterra, com a chamada Revolução Industrial e, com ela, a organização do modo de produção capitalista, bem como a reestruturação da sociedade e do espaço em diversas escalas, local, estadual e mundial⁵³.

⁵¹ É um símbolo, mesmo grande número de pessoas não sabendo o que significa.

⁵² Recorte do texto “Projeto Terra: breve notícia” de Juraci Dórea. Fonte: http://www.uefs.br/nes/juracidorea/publicacoes/projetoterra_brevenoticia.pdf

⁵³ Sobre a relação indústria, urbanização e cidade consultar Ana Fani A. Carlos (1999), Eliseo Savério Spósito (1994) e Maria Beltrão Encarnação Spósito (1988).



Mapa 16: A Híbridez e a Pluralidade na paisagem urbana da Avenida Getúlio Vargas.

Fonte: Imagens do site da conder modificado por Dásio Câmara Neto sob orientação da autora.

Este contexto foi marcado por profundas mudanças no bojo da sociedade européia, promovendo um rearranjo dos atores sociais com a ascensão de alguns grupos e o remanejamento de outros, como os tradicionais aristocratas ligados aos reis e à Igreja. Assim, surge um novo segmento social, os comerciantes, também chamados burgueses, pessoas muitas vezes consideradas sem “linhagem sanguínea”, ou seja, que não eram provenientes das famílias tradicionais da época, mas que enriqueceram com a intensificação do mercado de trocas de mercadorias semi-industriais e industriais. O texto de Edgar Allan Poe (1965), além de contextualizar a nova organização da vida na cidade do século XVIII, se incumbe também de praticamente caracterizar os novos tipos da cidade, tais como o dos comerciantes, dos batedores de carteira e dos trabalhadores industriais.

É neste momento também que os objetos produzidos antes por artesãos no seu ofício diário e com consciência e conhecimento de todo o processo produtivo artesanal são dotados de valores de uso e importância no mercado comercial capitalista, em que as manufaturas coordenadas pelos artesãos são desestruturadas e a produção é absorvida pela nascente indústria, na qual o indivíduo se transforma em um operário na nova articulação do processo produtivo.

Assumindo o papel de protagonistas dessa história mundial, as cidades são ressignificadas, ganham importância e significado social, cultural, político e econômico. Se as cidades antes da instalação das indústrias eram esvaziadas, pouco estruturadas e mantinham relações tênues umas com as outras, agora, a partir da indústria, há um incremento substancial de pessoas, ou seja, o processo de urbanização⁵⁴ é aprofundado, principalmente em função do reordenamento do campo, em que são exigidas grandes propriedades de terras para a produção de matérias-primas para a produção industrial. Posteriormente, a mecanização do campo também contribuiu incisivamente para o impulso do fenômeno urbano, expulsando as pessoas do campo para as cidades.

O grande número de pessoas nas ruas indo e vindo rápida e cotidianamente, as inovações tecnológicas instaladas nas ruas, como a infra-estrutura conferida pela energia elétrica, pelo saneamento e pelo sistema de transporte, a concentração de pessoas na cidade e nas edificações como pensões e cortiços, a necessidade de investimentos em infra-estrutura, as novas formas de estruturação do trabalho produtivo coletivo, tudo isso reorganizou e redesenhou a cidade e instaurou novas formas de vida e cultura urbana. Esta, portanto, é a

⁵⁴ Entende-se por urbanização o processo pelo qual as pessoas migram do campo para a cidade, fazendo com que o contingente populacional da cidade cresça. Logo, para que um município ou estado seja considerado urbanizado, deverá haver um número maior de pessoas residentes na cidade que no campo. Este conceito será detidamente discutido no capítulo 03.

cidade dos séculos XVIII e XIX, que se tornam um modelo de modernidade, civilidade, tecnologia e produção para todo o mundo. Ser moderno, então, significa estar, dentro da concepção corrente, de acordo com os países, estados e municípios, que se configuram como modelos sociais, tecnológicos, culturais e urbanos.

As cidades brasileiras, desde longa data, almejam a modernidade. Ela se torna horizonte de expectativas constantes entre os governos e as sociedades locais, estaduais e nacionais. Vários são os modelos, os padrões e os paradigmas buscados por estas cidades para se inserirem no contexto do que entendem ou querem como modernidade. Década após década, criam-se tecnologias capazes de satisfazer momentaneamente as necessidades das cidades que almejam a vanguarda cidadina. Momentaneamente porque as cidades representadas pelos seus políticos e suas ideologias e as grandes corporações nacionais e transnacionais se incumbem de criar mais e mais necessidades e, assim, modelos que simbolizam ou caracterizam a tal cidade moderna. Nesse sentido, para Landim (2004, p. 41),

a demanda do setor hegemônico é imposta ao restante da sociedade como adequada e necessária, e, por isso, todas as sociedades urbanas “aspiram” a ter as mesmas condições, o mesmo tipo de organização e de disponibilidades, e não sentem as mudanças como descaracterização. Pelo contrário, sentem-se orgulhosas de seus estádios de futebol, de suas fontes luminosas, de seus *shopping*, de seus “McDonald’s”, (...) de seus condomínios fechados.

Na busca pela modernidade, algumas cidades escondem ou negam as suas memórias históricas e coletivas, ou, na mesma medida, podem forjar estas mesmas memórias, estabelecendo símbolos, ícones, mitos, reinventando a história, para construir um (outro) imaginário coletivo de cidade, que se legitime e se coadune com os pressupostos de modernidade e desenvolvimento. Nesse sentido, as contribuições de Lucrécia D’Alessio Ferrara (2000), Valter Gomes Santos de Oliveira (2007, 2008) e de Américo Baptista Villela (2008) são centrais para que se possa entender como a história e a cultura podem ser manipuladas em prol do projeto de modernidade. Isso é importante, porque se percebe que Feira de Santana se coaduna com modelos e ideais de modernidade de outras cidades brasileiras, como, de acordo com os autores citados anteriormente, São Paulo, Jacobina e Campinas, respectivamente.

Segundo os pesquisadores do desenho da cidade de Feira de Santana - Juracy Dórea Falcão (2003), Sidney Oliveira (2003) e Dayana Ramalho de Oliveira Mascarenhas (2008) -, Feira de Santana passa por alguns importantes processos de modificação da sua paisagem urbana em função de um projeto de modernização. De acordo com esses pesquisadores, o primeiro grande projeto foi a aceitação do estilo de arquitetura Eclética, característica do final

do século XIX e início do século XX. O estilo Eclético foi importado da Europa e, àquela época, afirmava-se como um símbolo de modernidade, espalhando-se rapidamente por todo o Brasil. Vale à pena dizer que, como tecnologia importada, era acessível apenas para a camada solvável⁵⁵ seja da sociedade brasileira em geral, seja para Feira de Santana, em particular.

Em Feira de Santana, essas construções em estilo Eclético foram símbolo de poder político, econômico e social ostentado pelas famílias abastadas do período. Entretanto, em um período mais adiante, em meados do século XX, percorreu o caminho inverso e se transformou em um símbolo de atraso tecnológico, social e cultural, idéias criadas a partir da famigerada Semana de Arte Moderna, de 1922.⁵⁶

Em 1960, Eurico Alves Boavetura (2006) publica uma série de artigos intitulados “Cartas da Serra” na qual, sob o pseudônimo de Zé Fernandes, narra, de modo geral, as prementes modificações na paisagem urbana da cidade. Descreve o autor:

Embeleza-se a cidade. Seria melhor que dissesse quase renova a cidade vigorosamente. Foi sempre bonita, desde nascença. Mas, vez ou outra, há um cochilo na elegância da cidade. Nem sempre a beleza, nem sempre o sentido de estesia estão presentes nas construções que se levantam nas ruas novas. Mal que não é só nosso, diga-se logo. Nas outras cidades da Bahia, sua própria Capital, estão sendo construídos monstrenhos de cimento, a que se dá o pomposo nome de casa (BOAVENTURA, 2006, p. 103).

Como se vê, o autor, já em 1960, percebe que a beleza que se impõe à cidade é uma beleza banal, semelhante à de outras tantas cidades da Bahia. À paisagem são incorporadas construções de concreto iguais a quaisquer outras. Não há, pelo menos aparentemente, especificidades. É uma modernidade sem colorido, sem nuances e, mais uma vez, o olhar se volta à capital, que divulga e comunica os novos padrões urbanísticos.

Em outro trecho, Boavetura (2006) se mostra preocupado com as rápidas mudanças na paisagem e as influências de outras cidades e países neste cenário urbano solicitando, então, ao amigo empreender ações que tenham por objetivo preservar a dita paisagem sertaneja:

Amigo Arnold Silva⁵⁷, você que lê a crítica dirigida aos que procuram imitar costumes de países e terras distantes, que sabe como é ridículo o esnobismo

⁵⁵ Camada solvável é o termo utilizado, dentre outros autores, por Roberto Lobato Correa (2003) para definir a parte da sociedade que pode pagar pelos bens da cidade.

⁵⁶ A semana de Arte Moderna ou Semana de 22 aconteceu em São Paulo, entre 11 e 18 de fevereiro de 1922, no Teatro Municipal. Esta semana é reconhecida como a representação da renovação de linguagem, da busca pela experimentação, da liberdade criadora, da ruptura com o passado. Durante os sete dias de exposição, foram expostos quadros e apresentadas poesias, pinturas, esculturas, maquetes, músicas e palestras sobre a modernidade. Principais expoentes: Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Di Cavalcanti, Heitor Villa-Lobos, entre outros. Tinha como pressupostos básicos a valorização da criação artística brasileira e a negação de todo modelo adotado dos países europeus.

⁵⁷ Arnold Ferreira Silva esteve por diversas vezes à frente da administração municipal de Feira de Santana. De 1924 a 1925 e de 1926 a 1927 ainda como intendente, e de 1959 a 1962 já como prefeito. Informações obtidas do site: <http://www.feiradesantanna.com.br/prefeitos.htm>

de muita gente, faça a nossa paisagem permanecer sertaneja. Bem sertaneja, emoldurando os suntuosos arranha-céus, coisa que se encontra em todo canto, desde os que encantaram a Paul Morand, até os da nossa capital. Com os nossos parques, as nossas plantas matutas, os visitantes terão algo que ver, em aqui chegando. Está de acordo? (BOAVENTURA, 2006, p. 105).

Pode-se entender, a partir desse fragmento de texto, que já havia um olhar para além dos limites físicos da cidade. Na medida em que Feira adquiria costumes de outras cidades, a sua paisagem se modificava e os seus elementos sertanejos eram paulatinamente apagados. Observe-se como o autor já percebia o fenômeno de identidade entre as cidades, ou seja, os elementos ditos modernos se reproduziam no espaço urbano das cidades brasileiras e mundiais e, talvez, por isso mesmo, a necessidade de preservar a “diferença”, ou melhor, o passado e a cultura local.

Outros projetos de modificação do espaço urbano e, conseqüentemente, de sua paisagem e desenho foram empreendidos pelo poder público municipal, a fim de tornar a cidade moderna como, por exemplo, o Projeto CABANA. O centro de Abastecimento ou Projeto CABANA foi idealizado a partir do Plano Local de Desenvolvimento Integrado, em 1968, tendo sido construído durante a gestão do prefeito José Falcão da Silva, 1977, no parque Manoel Matias, para abrigar os mais de quatro mil feirantes que se distribuíam entre as principais ruas e avenidas e os do Mercado Municipal, localizados no centro da cidade, basicamente, entre as avenidas Getúlio Vargas e Senhor dos Passos. É importante destacar que este projeto é oriundo da idéia de dar um destino aos feirantes “órfãos” da feira-livre.

Em 10 de janeiro de 1977, o então prefeito José Falcão inicia o processo progressista da cidade de Feira de Santana inaugurando o Centro de Abastecimento. O discurso veiculado pelos lojistas e governantes da época era de que o remanejamento da feira das ruas do centro da cidade para um lugar um tanto quanto afastado proporcionaria um trânsito mais fluido, higienizaria a cidade e a própria feira, e traria maiores margens de lucros para lojistas e feirantes. Estes últimos ainda teriam acesso a um maior espaço, bem distribuído e organizado.

Segundo o imaginário de modernidade, mudança, organização e embelezamento do centro da cidade, estrutura-se, de acordo com o Jornal Feira Hoje de 16 de agosto de 1988, o arrojado Projeto Centro. Este foi empreendido pelo governo municipal, sob a administração de José Falcão da Silva, a fim de beneficiar as ruas Olímpio Vital, Conselheiro Franco, Monsenhor Tertuliano Carneiro e Marechal Deodoro; as praças da Catedral, da Bandeira e João Pedreira; além de parte das avenidas Senhor dos Passos e Getúlio Vargas, e embelezar a cidade.

O jornal Feira Hoje traz importantes informações acerca do Projeto, que tinha como pano de fundo mudar as imagens do centro comercial da cidade:

Não se pode negar que o Projeto Centro tem tudo para dar outra dimensão ao comércio varejista de Feira de Santana. (...) teremos um fluxo considerável de consumidores ao comércio local, para as compras natalinas e de final de ano, atraídos que serão para conhecer a nova imagem do centro comercial da cidade. Portanto, necessário se faz que os lojistas feirenses, beneficiados diretamente com a implantação do “Projeto Centro”, procurem se conscientizar da sua importância, dotando as instalações de suas lojas à altura deste projeto arrojado, objetivando tirar uma fatia maior do bolo gordo que prometem ser as vendas do final do ano. Importante, também, seria que os empresários feirenses, através de suas entidades de classe, procurassem o órgão municipal competente, visando a criação de uma campanha promocional institucional em torno deste projeto, visando atrair o maior número possível de pessoas para conhecer a nova imagem do comércio de Feira de Santana neste final de ano (JORNAL FEIRA HOJE, 16 DE AGOSTO DE 1988).

Relevante também é perceber e refletir sobre a articulação que parece existir entre o poder público municipal e os comerciantes e lojistas em torno de objetivos semelhantes, tais como: expansão e fortalecimento do comércio local.

Foi por meio desse projeto que, em 1988, o antigo Abrigo Santana, localizado na Praça João Pedreira (foto 69), foi demolido para ceder espaço para a construção de um moderno espelho d’água (foto 70). Vale pontuar que tanto o Abrigo Santana, como o espelho d’água ficavam localizados no espaço onde acontecia a feira-livre. Ou seja, essas mudanças só foram possíveis graças ao imaginário criado pelos comerciantes, lojistas, governo e até feirantes, para que a população feirense aceitasse a realocação da feira-livre do centro da cidade. Outro ponto a considerar é que as mudanças mais acentuadas na paisagem urbana de Feira de Santana do século XX foram realizadas nas administrações do prefeito José Falcão da Silva.

O espelho d’água não tem apenas uma conotação de beleza, mas confere um aspecto moderno ao espaço, principalmente porque as pessoas atravessam o espelho d’água por meio de uma ponte. Observar também na foto 70 a construção do canteiro central, o qual abriga a plantação das palmeiras reais e o espelho d’água.



Foto 69. Praça João Pedreira, 1971. O Abrigo Santana integrado a cidade.

Fonte: Foto Magalhães, arquivo de Raimundo Gama.

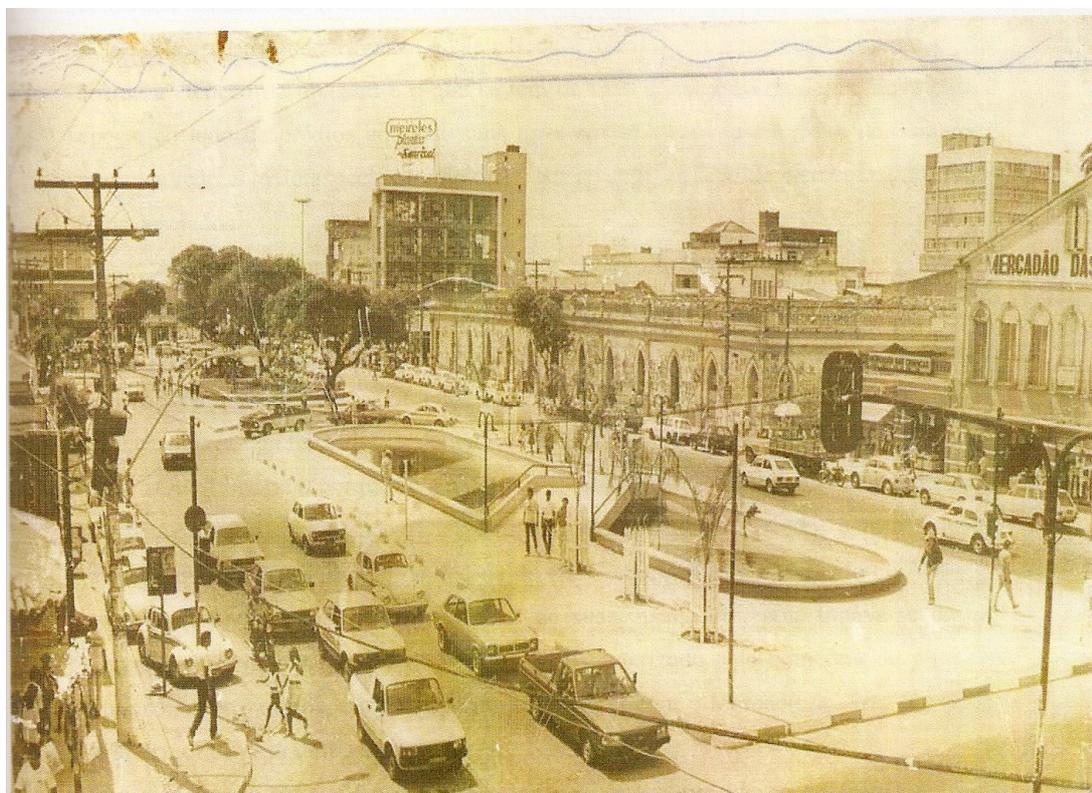


Foto 70. Praça João Pedreira, década de 1980. O espelho d'água substitui o Abrigo Santana.

Fonte: Arquivo Jornal Noite e Dia por Mascarenhas, 2008.

É importante salientar que Mascarenhas (2008) considera o Abrigo Santana como um marco da cultura sertaneja, e justifica esta afirmação quando diz que “os abrigos, faziam parte da cultura sertaneja, e representavam um marco importante para a formação da identidade de uma cidade” (p.30). E, em outro trecho, explica:

houve uma diminuição de pessoas de forma que, com a saída do abrigo, retirou-se um “ponto de encontro” de pessoas vindas dos mais diferentes lugares, fosse para alimentar-se, ou fosse para uma conversa. (...) Com a retirada, as pessoas que o freqüentavam foram também retiradas da paisagem do Centro da cidade, um marco na tradição sertaneja, pois constituía também um elemento social e cultural de grande importância (MASCARENHAS, 2008, p.32).

Como se pode verificar, com esta situação análoga à retirada da antiga feira-livre, também como projeto de modernidade, não há apenas um esvaziamento do espaço físico, mas das relações sociais e culturais, que também são fragmentadas e desarticuladas com a retirada dos objetos do espaço.

Entende-se que esses projetos de modernização e a concepção de embelezamento do centro da cidade têm como propósito liquidar, apagar, esquecer os vestígios da ruralidade dessa cidade. E, neste sentido, as contribuições de Oliveira (2000) são centrais para esta pesquisa. Essa idéia de inserir Feira de Santana na modernidade e aproximá-la da fisionomia das grandes cidades, segundo o autor, inicia-se entre finais do século XIX e primeiras décadas do XX.

No período de instituição da república brasileira (1889), houve um movimento de valorização urbana e a perspectiva de estar de acordo com modelos e padrões internacionais de comportamento e modos de vida urbanos. Assim como inúmeras cidades brasileiras, Feira também, posteriormente, passou por este processo. Devem-se, contudo, guardar as devidas proporções. Segundo Oliveira (2000, p. 20), “o privilégio da cidade se dá em função da nova ordem que estava sendo articulada no Brasil, com evidente superioridade simbólica das atividades urbanas em detrimentos das rurais.” Em outro trecho, o autor explica que “o crescimento das cidades no Brasil do século XIX estava associado às transformações do país independente que procurava inserir-se nos marcos internacionais do desenvolvimento do capitalismo tanto do ponto de vista das relações econômicas quanto pela incorporação de doutrinas, valores, modos de vida.”

É justamente nesta época que se inicia uma articulação entre as bases políticas municipais e a elite economicamente favorecida assume o empreendimento de reestruturar, reconfigurar, redesenhar o espaço da cidade de Feira de Santana, sobretudo, o seu centro,

ambiente mais exposto e de maior sociabilidade de residentes e estrangeiros. Mas, como alerta o referido autor,

a construção de um novo comportamento público foi feita em meio a vários conflitos, destacadamente contra as heranças da cultura negra, os vaqueiros e outras formas de ação que lembrassem o passado pastoril da cidade. Feira de Santana então é transformada em uma verdadeira arena de conflitos (...) na qual o centro era a escolha das melhores maneiras de organização da população no espaço público, com a exclusão daqueles setores indesejáveis às novas sociabilidades (OLIVEIRA, 2000, p. 18).

Este texto explica a lógica das diversas mudanças ocorridas no centro da cidade de Feira de Santana, bem como a ausência, o sombreamento, ou ainda, a invisibilidade cultural ligada ao sertão no centro da cidade. O imaginário criado e nutrido ao longo do tempo induz a pensar Feira como a segunda maior cidade do estado da Bahia, como cidade em franco crescimento econômico, cujo passado agrícola, pastoril, rural é, de fato, negligenciado.

Talvez o grande empreendimento de modernidade do século XX em Feira de Santana tenha sido a implantação, em 1970, do Centro Industrial do Subaé, um complexo de indústrias que recebiam e distribuíam matérias-primas e produtos para diversos estados do Brasil.

Hoje, início do século XXI, é inevitável andar pelas ruas de Feira e perceber a sua inserção na modernidade e sua importância no contexto do comércio nacional. São lojas de diversos produtos e serviços, supermercados, construtoras e imobiliárias de vários estados do Brasil que vêm na cidade um mercado em expansão (vejam-se as fotografias 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80 e 81).

Um outro aspecto a ser considerado tendo por base essas fotografias é que a própria Avenida Getúlio Vargas se estabelece como uma grande feira, só que desta vez destinada a um público de médio e alto poder aquisitivo e, talvez, por isso, com hábitos e práticas bem específicos. As fotografias abaixo atestam o grande número de imobiliárias e construtoras que têm seus escritórios localizados nesta avenida, mesmo os seus empreendimentos (condomínios) sendo direcionados a outros e distantes espaços da cidade. Mas, não são apenas imobiliárias e construtoras, como já destacado: são lojas de decoração para interiores (casa e escritório), roupas, tecidos e outros. Dessa forma, a avenida se constitui como uma vitrine, um importante espaço de visibilidade, e para aí são canalizados investimentos diversos, como asfaltamento, construção de viadutos, reestruturação e reorganização do trânsito, dentre outros.



Foto 71. Central de vendas de imóveis da Quero Brasil na Avenida Getúlio Vargas.
Fonte: Azevedo, 2008



Foto 72. Central de vendas de imóveis da imobiliária Antonio Alencar na Avenida Getúlio Vargas.
Fonte: Azevedo, 2008



Foto 73. Central de vendas de imóveis da imobiliária PremierFeira medical e business na Avenida Getúlio Vargas. Destaque para a construção de um edifício, ao fundo.
Fonte: Azevedo, 2008



Foto 74. Central de vendas de imóveis da imobiliária Cosmo e Figueiredo na Avenida Getúlio Vargas.
Fonte: Azevedo, 2008



Foto 75. Central de vendas de imóveis da construtora e imobiliária R Carvalho na Avenida Getúlio Vargas.

Fonte: Azevedo, 2008

O número de centrais de venda de imóveis na Avenida Getúlio Vargas chama a atenção. Só a R. Carvalho tem duas centrais na mesma avenida. É importante destacar também que todas ficam no sentido ponto de ônibus-Anel de Contorno.



Foto 76. Avenida Getúlio Vargas. Stand e Central de Vendas da construtora L Marquezzo.

Fonte: Azevedo, 2008



Foto 77. Avenida Getúlio Vargas. Stand e Central de Vendas da construtora L Marquezzo. O investimento na sofisticação do stand chama atenção. **Fonte:** Azevedo, 2008

A paisagem urbana tem sido continuamente modificada, seja nas grandes obras de modificação física do espaço, como os altos edifícios e os viadutos, seja nas pequenas mas perceptíveis mudanças nos carros, rostos e nos estilos das pessoas, que, agora, frequentam ou residem em Feira. A cidade assume muitos e diferentes aspectos.



Foto 78. Apart Hotel Amayo na Avenida Getúlio Vargas. Ainda não está em funcionamento. **Fonte:** Azevedo, 2008



Foto 79. Edifício residencial.
Fonte: Azevedo, 2008



Foto 80. Primeiro viaduto da Avenida Getúlio Vargas, liga esta a Avenida João Durval Carneiro, ver mapa 02.
Fonte: Azevedo, 2008



Foto 81. Segundo viaduto da Getúlio Vargas, liga esta a Avenida Noide Ferreira de Cerqueira, ver mapa 02.

Fonte: Azevedo, 2008

De acordo com inúmeros *sites*⁵⁸ de notícias sobre Feira de Santana, durante a assinatura do contrato para a construção dos viadutos, o então prefeito José Ronaldo de Carvalho assinalou que “a história da cidade vai ser dividida em duas etapas: agora e o depois, quando os viadutos forem inaugurados. Feira não será mais a mesma, devido à grandiosidade do Projeto de Integração Urbana”⁵⁹. Dessa forma, a instalação deste moderno equipamento urbano mudará não só a paisagem urbana, mas se constituirá em um marco na mudança do imaginário dessa cidade. José Ronaldo de Carvalho diz ainda: “Teremos uma cidade moderna e com vários vetores de crescimento, porque o projeto não consiste apenas nos viadutos, mas em algo maior, mais dinâmico e que vai influenciar em toda estrutura urbana da cidade incluindo, inclusive, quatro novas avenidas. Estamos preparando Feira para o futuro. Os reflexos serão sentidos bem mais adiante”⁶⁰. Identifica-se, com base no que foi discutido anteriormente, que, desde a década de 1970, e anterior a esta época, inclusive, o imaginário de progresso, mudança, futuro, crescimento está presente nos ideais dos políticos feirenses, o que provoca a construção de um ideal de cidade entre a população que cria perspectivas e ansiedades. Assim, os discursos são semelhantes e almejam sempre este porvir.

⁵⁸ Tais como: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=514071> e

<http://oliveiradimas.blogspot.com/2007/05/assinado-edital-de-licitao-dos-viadutos.html>

⁵⁹ Informações contidas no site: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=514071>

⁶⁰ Informações contidas no site: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=514071>

As modernidades de Feira de Santana e seus paradigmas decorrentes criaram, criam e recriam paisagens, desenhos, hábitos, culturas, enfim sociabilidades diferenciadas ao longo do tempo. A instalação no espaço urbano de equipamentos como edifícios, viadutos e condomínios fechados, bem como o Sistema Integrado de Transporte (SIT) provocou rebatimentos físicos no espaço. O SIT transformou a cidade não apenas com a construção dos centros de concentração e dispersão de ônibus urbanos, os terminais de integração, chamados de transbordos, mas, principalmente, pela modificação do centro e de grande número de ruas distribuídas por toda a cidade que tiveram suas direções de fluxo modificadas para darem suporte e fluidez ao trânsito. Toda esta efervescência de mudança cria a cada momento uma outra cidade e, por conseguinte, uma outra paisagem, memória e cultura urbanas.

3. FEIRA DE SANTANA: UMA CIDADE MÉDIA EM PROCESSO DE HOMOGENEIZAÇÃO?

3.1 Parâmetros para a definição das cidades médias

A polissemia do termo cidades de médio porte dificulta sua delimitação e conceituação, e compromete o encontro de referências espaciais para identificá-las, descrevê-las e analisá-las. A discussão que envolve cidades de médio porte - sua expansão física e econômica, a urbanização, os fluxos diversos de convergência e dispersão, as suas articulações territoriais - ainda é pouco explorada e pontual. Por isto, a identificação, classificação, caracterização e definição das cidades como sendo de médio porte exige atenção, objetivo e parametrização.

Cidades médias, intermediárias ou de médio porte são classificações que definem as cidades que estão entre as grandes e pequenas cidades, como os próprios termos indicam. Entretanto, apenas este conceito não contempla a diversidade e complexidade das dinâmicas interna e externa destas cidades. Dessa forma, Michel Rochefort e Hélène Lamicq (1999, p. 09) analisam as cidades de médio porte a partir das suas funcionalidades. Para estes autores, são cidades

integradas na rede urbana; que recebem o impacto direto do atual crescimento industrial das metrópoles; turísticas e estâncias termais; “complexas”; situadas à margem das redes urbanas hierarquizadas; que constituem centros terciários das zonas de agricultura tradicional e as que servem de ponto de apoio às atuais zonas de colonização agrícola.

Os autores propõem sete tipos funcionais de cidades que variam desde as suas conexões com outras cidades até as próprias localizações espaciais em relação às amenidades naturais, metrópoles, áreas urbanas hierarquizadas e zonas de produção agrícola. Isto quer dizer que, em nível de funcionalidade, as cidades de médio porte agregam uma diversidade considerável de atividades, o que amplia ainda mais a dificuldade de lhes identificar, caracterizar e classificar. É importante destacar também que estes tipos estão relacionados a uma rede que extrapola o local: a relevância destas cidades está diretamente relacionada às relações regionais, ao papel que elas assumem neste contexto. Contudo, apesar da globalização, as hierarquias urbanas persistem e têm grande importância nos contextos local, regional e nacional, principalmente, se associadas à logística da distribuição dos bens e serviços.

Em função das relações local-global estarem em franca consolidação e, por conta disso, a noção de hierarquia urbana necessitar ser revista neste início de século XXI, os autores

assinalam que existem cidades de médio porte que estão integradas a uma rede urbana hierarquizada e se constituem em pólos para outras que não conseguiram gerar ou mesmo se integrar a redes urbanas muito estruturadas.

Já Santos (2005) define as cidades de médio porte a partir do contingente populacional. Mas chama a atenção para o cuidado na interpretação dos dados estatísticos que, segundo o autor, devem ser considerados inseridos em um contexto, para que seu significado possa ser apreendido. Segundo Santos (2005, p. 79),

o que chamávamos de cidades médias em 1940/1950, naturalmente não é a cidade média dos anos 1970/1980. No primeiro momento, uma cidade com mais de 20 mil habitantes poderia ser classificada como média, mas, hoje, para ser cidade média, uma aglomeração deve ter população em torno dos 100 mil habitantes.

Para esse autor, até a década de 1980/1990, as cidades com cerca de 100 mil habitantes seriam consideradas cidades de médio porte. Hoje, primeiros anos do século XXI, percebe-se que esta classificação estatística está em processo de superação. As emergentes cidades médias têm em torno de 500 mil a 1.000.000 de habitantes, são cada vez mais complexas internamente, oferecem serviços mais sofisticados e mantêm relações diversas com o mundo. Contudo, em função da idéia de urbanização concentrada, Santos (2005) já previa grandes cidades médias, ou seja, aquelas em torno de meio milhão de habitantes. A avaliação deste autor está pautada principalmente no dado quantitativo, numérico, não considerando como Rochefort e Lamicq (1999) a função e intensidade das relações entre as cidades.

É importante dizer que não existe um consenso quanto à definição estatística da cidade média. Observa-se que, de posse do dado número, os pesquisadores têm criado metodologias próprias para a abordagem dos objetivos propostos para o tema.

No primeiro momento, pode parecer insuficiente a classificação das cidades apenas pelo dado numérico, populacional; mas, ao entender que para haver o crescimento físico/espacial com investimentos em hotéis, restaurantes, escolas e universidades, além da reorganização do trânsito urbano, da instalação de indústrias e empresas diversas e que para se criarem locais de consumo a urbanização é um fenômeno fundamental, o dado demográfico será elemento central, porque é a partir do incremento da população que uma demanda urbana será criada e, conseqüentemente, para prover e subsidiar esta demanda, uma estrutura urbana precisará ser criada ou melhorada. Ou seja, aos critérios quantitativos, cabe acrescentar os qualitativos na medida em que as cidades médias instauram novos modos de vida, que não são nem de uma cidade pequena, nem de uma cidade grande. De acordo com Eduarda Marques da Costa (2002, p. 115), a cidade média é o “lugar onde as relações sociais são outras”.

O mapa de distribuição da indústria baiana revela que parte considerável das indústrias estão alocadas nas cidades médias. E isto decorre em função de inúmeros aspectos, quais sejam: incentivos e isenções fiscais; investimento municipal e estadual em infra-estrutura, como rodovias, instalações físicas, disposição de rede elétrica e água, entre outros; baixo custo com a mão-de-obra; ausência ou desorganização de sindicato de trabalhadores; ausência ou falta de fiscalização de leis municipais que regulamentem a poluição ambiental, dentre outros.

Isso mostra que as definições propostas por Rochefort e Lamicq (1999) e os dados numéricos propostos pelo IBGE e pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) não são excludentes entre si, mas se complementam, subsidiando as análises que tenham como foco as cidades de médio porte.

A respeito da construção do conceito de cidade média, Roberto Lobato Corrêa (2007, p. 23) destaca a complexidade desta tarefa, ponderando que a cidade média resulta de uma particular combinação entre “tamanho demográfico, funções urbanas e organização de seu espaço intra-urbano”. Explica ainda que “esse pressuposto, por outro lado, alicerça o esforço de se construir teoricamente esse objeto de estudo, complexo e diferenciado, resultado de um processo de urbanização em contextos econômicos, políticos e sociais heterogêneos em um mundo desigualmente fragmentado e articulado.” (CORRÊA, 2007, p. 23) A essa análise acrescenta-se os contextos históricos e culturais, os quais, de igual forma ao econômico e político, repercutem diretamente na organização do espaço da cidade.

Corrêa (2007, p. 24) admite que o termo cidade média é vago, aberto, passível de múltiplos significados e carregado de “idealismo que a concebe como um ideal a ser alcançado, apresentando as vantagens da pequena cidade sem ter, contudo, as desvantagens das grandes.” As cidades de médio porte estão entre dois referenciais, as pequenas e as grandes cidades. Entretanto, o olhar dessas cidades não está voltado para as pequenas cidades; ao contrário, querem, muitas vezes, apagar os vestígios no espaço urbano de elementos que remetam ao seu passado, que pode ser de base agrícola, pastoril, rural. A perspectiva, via de regra, será desenvolvimentista e progressista e o grande referencial ainda é a grande cidade. O autor não desenvolve a idéia, mas pontua que a cidade média é um importante nó na rede urbana brasileira e um nó menos importante na rede urbana global. Talvez, se considerarem as trocas culturais intermediadas pelos meios de comunicação e os investimentos em capital das grandes transnacionais destinados às cidades médias, esta afirmativa precise ser revista ou relativizada.

Corrêa (2007) sugere três elementos - a elite empreendedora, a localização relativa e as interações espaciais - para a construção do quadro teórico sobre as cidades médias. O primeiro, a elite empreendedora, tem papel fundamental na constituição das cidades médias, pois é ela que dá dinâmica econômica, diversificando os investimentos em capital. O autor explica que é essa elite “que marca a diferença com outras cidades com a mesma dimensão demográfica, porque é ela que estabelece uma relativa autonomia econômica e política numa cidade, criando interesses locais e regionais, competindo em alguns setores de atividades com as grandes cidades e centros metropolitanos” (CORRÊA, 2007, p. 29). Em contrapartida, o autor não identifica quem são exatamente os grupos que compõem essa elite: coloca interrogação em comerciantes, latifundiários, industriários e outros, mas não encerra a questão, deixa-a em aberto, talvez porque varie de cidade para cidade. Não são todas as cidades, por exemplo, que têm uma elite industrial fortalecida; assim, nesse caso, o processo histórico deve ser considerado no esclarecimento destas questões. Corrêa (2007), de forma surpreendente, propõe na conclusão do seu artigo diversas questões que ainda devem ser pensadas no estudo e reflexão sobre as cidades médias.

As cidades de médio porte são diversas, tanto no que se refere ao número da sua população quanto à complexidade, intensidade e variedade das suas atividades, e da diversidade de bens e serviços produzidos por elas - isto acontece em nível estadual, regional e nacional. As cidades médias são diferentes entre si em suas histórias, culturas e emergências. Por exemplo, as cidades médias baianas são diferentes das cidades médias paulistas.

Vários são os autores que se ocupam do estudo da urbanização, posto que este também é um termo polissêmico e a sua definição é desenvolvida por profissionais de diversas áreas do conhecimento, como geógrafos, urbanistas, arquitetos, sociólogos, dentre outros.

Durante muitos anos, associou-se o fenômeno da urbanização à industrialização, mas autores como Carlos (1990) e Sposito (1988) esclareceram que a urbanização é anterior à industrialização, embora esta contribua incisivamente para o alargamento e intensidade daquele fenômeno.

Assim, tem-se que a urbanização é o processo que aumenta o volume de pessoas nas cidades em detrimento ou prejuízo do campo. Para que um município, um estado ou um país seja considerado urbanizado, é necessário que o maior número da sua população seja residente na cidade. Decorrem desta definição vários desdobramentos e outras propostas de conceituação.

Para Aldo Paviani (1992), a urbanização é processual e multivariada, sendo os dados populacionais apenas uma faceta do processo. O autor alude que a urbanização é uma construção social e, por isso, devem-se considerar os modos de agir, pensar, relacionar-se e viver, enfim o modo de vida da população. O que chama atenção nesta definição é a valorização dos comportamentos, atitudes e das performances das pessoas que vivem na cidade. Esta idéia remete ao discutido no capítulo anterior, de que a cidade instaura e condiciona comportamentos.

Sposito (1988) explica que a industrialização aumenta e intensifica significativamente a urbanização, na medida em que as migrações campo-cidade são impulsionadas pelo papel produtivo assumido pela cidade e pelas mudanças estruturais ocorridas no campo, como a modernização e mecanização da produção agrícola. A autora enfatiza ainda que as atividades industriais reorganizam as formas espaciais da cidade. As novas relações sociais e produtivas são, dessa forma, refletidas no espaço, ou seja, o espaço da cidade passa a ser marcado e/ou reestruturado por estas relações, que criam interações espaciais em diversas escalas, tanto as intra-urbanas, quanto as interurbanas. Sendo assim, a migração se torna elemento fundamental na dinâmica demográfica.

Já Beaujeu-Garnier (1997) associa o aumento do dado quantitativo ao rebatimento deste no espaço da cidade, transformando-o. De acordo com a autora,

urbanização é o movimento de desenvolvimento das cidades, simultaneamente em número e em dimensão, isto é, o desenvolvimento numérico e espacial das cidades; ocupa-se de tudo o que está ligado à progressão direta do fenômeno urbano e transforma, pouco a pouco, as cidades ou os arredores e, frequentemente, umas e outras. (BEAUJEU-GARNIER, 1997, p. 16-17)

A partir dessas reflexões, depreende-se que a urbanização é um processo complexo e multivariado, e que para compreendê-lo se faz necessário utilizar os conceitos de forma conjunta e complementar. Vale sublinhar, ainda, que a urbanização é parte fundamental na emergência, constituição e consolidação das cidades médias e que, para estudá-las, é preciso considerar não apenas o seu dado numérico, estatístico, demográfico, mas, principalmente, a sua dinâmica interna e externa, a sofisticação dos bens e serviços oferecidos, o seu papel no contexto regional e nacional, dentre outros.

3.2 As cidades de médio porte do estado da Bahia: processos e emergências

Tomando por base as pesquisas de Silva e Silva (1991), até a década de 1940, em todo o estado da Bahia (com exceção de Salvador) existia um considerável número de núcleos urbanos muito pequenos: em 93,08% das 289 cidades, residiam até 5 mil habitantes. Isto confirma a importância e a primazia da capital baiana. Estas cidades mantinham poucas interrelações, formando redes pouco articuladas e um território fragmentado.

Em 1950, com um total de 292 cidades, o percentual de pequenos núcleos urbanos diminuiu, ao passo em que cinco cidades têm considerável aumento populacional, em torno de 20.001 a 50.000 habitantes, situação não encontrada no período anterior. Já em 1960, contabilizando 332 cidades, duas se destacam, Feira de Santana e Itabuna, com população entre 50.001 e 100.000 habitantes. Note-se que houve um aumento do número de cidades e também do seu contingente populacional. Isto pode ser explicado, dentre outros motivos, pelo intenso processo de êxodo rural verificado nesta década, pela falta de políticas públicas destinadas à manutenção das pessoas no campo, pela modernização da agricultura e pela atração que a cidade exerce tanto para quem não tem mais possibilidades no campo, como para quem busca outros modos de vida e serviços urbanos, como acesso à educação, saúde, trabalho, diversão e outros. O êxodo rural também é responsável pelo surgimento e expansão das cidades brasileiras.

A década de 1970 é marcada pela maior diminuição no número de núcleos urbanos pequenos, registrando 74% do total das cidades baianas. Houve também um acréscimo do número de cidades com população entre 5001 a 100.000 habitantes. Esta dinâmica urbana demográfica possibilitou a redução da distância entre a capital baiana, Salvador, com mais de 500 mil habitantes, e a segunda maior, Feira de Santana, com população entre 100.001 a 500.000 mil habitantes. O número de cidades também aumentou, passou de 332 para 336, segundo os referidos autores. É necessário pontuar que na década de 1970 as cidades médias cumprem também o papel de desviar o fluxo populacional em direção à metrópole; por isso tem-se, como descrito acima, um aumento no número de cidades com maior população.

Na década de 1980, verifica-se a mesma dinâmica dos anos anteriores: redução do número de cidades muito pequenas e aumento de cidades com população entre 5001 e 100.000 habitantes. Como se pode observar na tabela 03⁶¹, só após 1980 a Bahia se torna um estado urbanizado, mas ainda sob a preponderância de Salvador.

⁶¹ A tabela 03 está no capítulo 01, página 34.

Para Santos (2005), a produção agrícola, a mineração e a mecanização produtiva e territorial foram indispensáveis no processo de povoamento e urbanização. Feira de Santana se enquadra nesta lógica: primeiro, em função de ter atuado como alternativa e suporte da produção de cana-de-açúcar; segundo, porque o seu maior impulso demográfico está ligado à modernização da produção e do território, elementos discutidos nos capítulos anteriores. O autor alude que:

o processo pretérito de criação urbana (...) tratava-se muito mais de geração de cidades, que mesmo de um processo de urbanização. Subordinado a uma economia natural, as relações entre lugares eram fracas, inconstantes, num país com tão grandes dimensões territoriais. Mesmo assim, a expansão da agricultura comercial e a exploração mineral foram a base de um povoamento e uma criação de riquezas redundando na ampliação da vida de relações e no surgimento de cidades no litoral e interior. A mecanização da produção (no caso da cana-de-açúcar) e do território (não apenas no caso da cana) vem trazer novo impulso e nova lógica ao processo (SANTOS, 2005, p.22).

Tabela 05 – Taxas de urbanização no estado da Bahia em (%) – 1940/1980

1940	1950	1960	1970	1980
23,93	25,87	34,34	41,18	49,29

Fonte: Silva e Silva, 1991.

Os dados da tabela 05 são importantes porque, ao se cruzarem as informações desta com as da tabela 01, do primeiro capítulo, observar-se que o crescimento de Feira de Santana ocorreu de forma rápida e intensa, principalmente em relação a outras cidades do estado. Segundo a tabela 01, já em 1970, a população urbana de Feira se sobrepunha à rural, constituindo-se, dessa forma, como urbanizada, contrária inclusive às estatísticas para toda a Bahia.

É justamente no período compreendido entre as décadas de 40 e 80 que surgem as cidades de médio porte da Bahia. Estas cidades promoveram uma maior dinâmica e interação espacial, bem como foram fundamentais na industrialização do território baiano, na medida em que se constituíram atrativos populacionais, desconcentrando, ainda que de forma modesta, o fluxo populacional para Salvador, atuando como centros produtores e/ou redistribuidores de matérias-primas, bens e serviços, para suas áreas de influência/abrangência, emergindo também como importantes centros econômicos e, sobretudo, políticos. Estes aspectos conferiram às cidades médias não apenas dinâmica externa, mas, sobretudo, interna, o que pode ter sido central para suas emergências e permanências. Duas consequências, a princípio, podem ser destacadas: enfraquecimento da

primazia metropolitana e fortalecimento da rede urbana estadual e de suas articulações nacionais.

Outro aspecto importante na emergência e consolidação das cidades médias, que aqui não será desenvolvido, mas que deve ser levado em consideração, é a reestruturação política provocada pela constituição de 1988, a qual proporcionou maior autonomia aos municípios brasileiros. A construção e implementação dos planos diretores para as cidades com mais de 20.000 mil habitantes contribuiu para a reafirmação dos municípios e o estabelecimento da parceria público-privada.

Silva e Silva (1991) explicam que ao se compararem as taxas de urbanização da Bahia e do Brasil, observa-se que a Bahia urbanizou-se lenta e tardiamente. Em 1970, a taxa de urbanização do Brasil era de 55,92%, e em 1980, 67,59%. No mesmo período, conforme tabela 06, o estado da Bahia possuía 41,18% e 49,29%, respectivamente. É possível perceber, contudo, que Feira de Santana acompanha a taxa de crescimento brasileiro.

Tabela 06 – Grau de urbanização no estado da Bahia – 1980 a 2000

1980	1991	2000
49,29	59,10	67,05

Fonte: Bahia em Números, 2001 – SEI

Sposito (2007), em estudo recente sobre uma proposta metodológica para análise das cidades médias brasileiras, confirma a estatística apresentada: há o registro de que as cidades médias cresceram mais que as metrópoles. De acordo com a autora,

Entre 1980 e 2000, enquanto a população total do Brasil cresceu numa taxa de 1,63% e a população dos municípios das regiões metropolitanas em 1,99%, os índices relativos ao aumento demográfico dos municípios constitutivos de aglomerações urbanas não-metropolitanas e centros urbanos, nos quais se inserem as cidades médias, foram, respectivamente, de 2,24% e 2,21%. (BAENINGER, 2003, p. 285 apud SPOSITO, 2007, p. 40)

Na década de 60-70, instala-se o Centro Industrial de Aratu (CIA) e o Complexo Petroquímico de Camaçari na região metropolitana de Salvador, iniciativas empreendidas com a ajuda da Superintendência de Desenvolvimento para o Nordeste (SUDENE), que representaram para a Bahia mudanças na configuração econômica, cultural, social, política e territorial, o que fez ressurgir e reafirmar a primazia da capital baiana. Para aí se encaminharam todos os olhares e investimentos em capital, constituindo-se em principal destino das migrações baianas.

Mas, nessa época, outro centro industrial também foi edificado, o Centro Industrial do Subaé (CIS), em Feira de Santana, objetivando desconcentrar a industrialização no Brasil e no estado. De 1960 a 1970, a cidade de Feira de Santana sofre um aumento significativo da sua população, respectivamente de 69.884 para 131.720 habitantes, ou seja, quase o dobro da sua população residente, demonstrado na tabela 01.

A esse respeito, Santos (2005) explica:

a partir dos anos 1940-1950, é essa a lógica da industrialização que prevalece: o termo industrialização (...) como processo social complexo, que tanto inclui a formação de uma mercado nacional, quanto os esforços de equipamento do território para torná-lo integrado, como a expansão do consumo em formas diversas, o que impulsiona a vida de relações (leia-se terceirização) e ativa o próprio processo de urbanização. (...) a partir daí, uma urbanização (...) mais presente no território dá-se com o crescimento demográfico sustentado das cidades médias maiores, incluídas, naturalmente, as capitais de estados (SANTOS, 2005, p. 30).

Ainda de acordo com Silva & Silva (1991, p. 152), a urbanização no Estado da Bahia é balizada por duas fases:

a primeira delas pode ser definida como a de difusão da urbanização no território do Estado, rompendo a típica primazia de Salvador. Centros urbanos localizados ao longo dos eixos de integração nacional são privilegiados, crescendo com altas taxas. Ex.: Feira de Santana e Vitória da Conquista. Esta fase iria de 1950 até meados da década de 70. Uma segunda fase, reforça novamente a metropolização, tomada em seus diversos aspectos de Salvador, com o crescimento do seu parque industrial, sobretudo com a implantação da petroquímica.

Tabela 07 - Número de cidades em relação a sua população

POPULAÇÃO (em mil hab)	CIDADES	%	HABITANTES	
			(em mil hab)	%
Menos de 5	166	39,8	496.370	6,1
Mais de 5 até 10	126	30,2	879.574	10,8
Mais de 10 até 20	72	17,3	1.037.899	12,7
Mais de 20 até 50	32	7,7	984.398	12,0
Mais de 50 até 100	10	2,4	671.186	8,2
Mais de 100 até 200	8	1,9	1.029.828	12,6
Mais de 200 até 500	2	0,5	634.998	7,8
Acima de 500	1	0,2	2.442.102	29,9

Fonte: SEI com base no IBGE. Censo Demográfico de 2000. Adaptado pela autora.

A tabela 07 respalda perfeitamente a afirmativa dos autores. Percebe-se que a maior cidade tem aproximadamente quatro vezes mais habitantes que o somatório das duas maiores cidades, demonstrando uma discrepância significativa em relação às mesmas cidades. Nota-se também que há uma preponderância das cidades com até 10 mil habitantes, ou seja, núcleos urbanos pequenos que, somados, abarcam 70% do número total de cidades. Vale ressaltar que as cidades de médio porte, em 2000, possuíam pouca representatividade no conjunto total das cidades baianas. Isso pode ser explicado em função da taxa de urbanização, visto que a Bahia só se urbanizou a partir da década de 1990 (ver tabela 07), por meio da concentração produtiva, econômica, educacional, cultural, enfim, dos investimentos e políticas públicas serem canalizados para a capital, Salvador.

É importante perceber a partir dessa discussão e dos dados apresentados no capítulo 01 que o estado da Bahia se urbaniza a partir 1980. Já Feira de Santana se urbaniza ainda na década de 1970. Seu crescimento rápido e concentrado se deve mais à força do comércio do que ao próprio processo de industrialização. A antiga feira-livre consegue elevar a cidade de Feira de Santana como importante cidade média da Bahia. Reconhece-se a relevância do CIS e os rebatimentos da sua alocação no espaço. Mas, inclusive para a instalação do CIS na cidade, era necessária uma infra-estrutura a qual Feira já oferecia na época. Existem estudos, alguns já citados neste texto, como os de Nacelice Barbosa Freitas (1998) e Alane Carvalho Santos (2002), que demonstram a baixa articulação do CIS com a organização produtiva local, bem como a baixa absorção de mão-de-obra, o que fazia com que este excedente fosse agregado à feira-livre.

Já na década de 80, consolidam-se as dinâmicas das cidades do interior do estado, assim como a criação de novas regiões produtivas, como o extremo sul conduzido pela cidade de Teixeira de Freitas e o extremo oeste, pela cidade de Luís Eduardo Magalhães.

Hoje, 2009, o fluxo migratório tem tomado diversas direções. O contingente populacional que antes se direcionava quase exclusivamente à metrópole tem se diluído por todo o território baiano. As cidades que mais absorvem esses migrantes são as de médio porte, por investirem no desenvolvimento das suas possibilidades/vantagens locais, como diversidade de serviços, de políticas municipais de atração de investimentos, instalação de empresas e fábricas, universidades, faculdades, multiplicidade de atividades econômicas, culturais, políticas, pela própria extensão territorial do estado, dentre outros aspectos, discutidos anteriormente.

Além desses, outros elementos têm fomentado a dispersão do fluxo migratório da metrópole para as cidades de médio porte, como a percepção do inchaço/hipertrofia dos grandes centros urbanos, a desconcentração industrial, a consciência da exigência da especialização técnica e educacional, e, por isso, a dificuldade do ingresso nos postos de trabalho. Historicamente, as pessoas que migram de pequenas cidades para as grandes cidades, seja Salvador, Rio de Janeiro ou São Paulo, realizam atividades, via de regra, ligadas ao trabalho braçal, artesanal.

Para o migrante, a cidade média oferece um atrativo que a cidade grande há muito tempo não oferece, a perspectiva de crescer junto com a cidade. A idéia de processo e continuidade para quem busca melhorar ou reconstruir a vida pode fazer diferença.

A discussão sobre dinâmica populacional e urbanização desenvolvida anteriormente, parece central por promover o entendimento da lógica que desencadeia o surgimento das cidades de médio porte na Bahia. A movimentação das pessoas no espaço e a urbanização, bem como toda estrutura urbana criada para promovê-la, foram fundamentais neste processo, o que gera uma via de mão dupla, pois, na medida em que a estrutura urbana é criada, atrai também novos e diversificados investimentos. A afirmação das cidades de médio porte não se baseia somente no crescimento populacional pós 1980, mas, nas políticas de desenvolvimento municipais e estaduais.

Nesta perspectiva, observa-se que há desconcentração e reconcentração produtiva e populacional, sobretudo, em relação à industrialização, que, na Bahia, ainda está concentrada em alguns municípios, com exceção da Região Metropolitana de Salvador, Feira de Santana, Jequié, Itabuna, Ilhéus, Vitória da Conquista, Teixeira de Freitas e Barreiras⁶², todas consideradas as mais significativas cidades de médio porte do território baiano. Houve e ainda está em curso um processo de redistribuição espacial da população pelo estado da Bahia, decorrente da expansão do comércio, indústria, turismo, centros educacionais e do investimento na esfera política, como autonomia nas decisões municipais.

Segundo Paulo Roberto Soares (2006), neste processo de redistribuição produtiva, econômica e política, será uma tendência nacional às metrópoles se destinarem às atividades de gestão. Isto pode indicar que a sustentação econômica dos estados ficaria sob responsabilidade das cidades de médio porte. O autor explica que

com as economias dos núcleos metropolitanos cada vez mais vinculadas aos serviços e às atividades de gestão, as cidades médias estão assumindo o papel de centros industriais. Na última década, a indústria brasileira cresceu

⁶² Dados obtidos de Bárbara-Christine Nentwig Silva (org.), 2004, p.124.

nas cidades médias e nas franjas perimetropolitanas, convertendo esses territórios em pólos de atração de migrações internas e inter-regionais.

Sposito (2007), ao discutir sobre a diminuição do ritmo de crescimento populacional nas duas maiores metrópoles brasileiras, São Paulo e Rio de Janeiro, também sinaliza para esta possível tendência. Alerta:

esta diminuição relativa do ritmo de crescimento (...) não pode ser interpretado, imediatamente, como diminuição dos papéis e da centralidade interurbana delas. Especificamente, no que tange à metrópole de São Paulo, houve centralização dos papéis de comando e gestão da economia, ainda que as atividades estritamente de produção industrial tenham se desconcentrado territorialmente (SPOSITO, 2007, p. 39).

No contexto brasileiro, as cidades de médio porte têm adquirido importância política, econômica e cultural. Dessa forma, Andrade e Serra (2001), ao analisarem a tendência nacional, afirmam que enquanto na década de 80 as regiões metropolitanas cresciam em média 1,8% ao ano, as cidades de médio porte chegavam a 2,8% no mesmo período. Cidades médias do interior da Bahia, como Jacobina, Jequié, Irecê, Itaberaba e Feira de Santana registraram, em 1996, taxa de crescimento populacional em torno de 2 a 3%. As cidades de Barreiras, no extremo oeste, e Juazeiro, no norte da Bahia, apresentaram as maiores taxas, entre 5 a 10%. Já Salvador, neste mesmo período, obteve crescimento demográfico entre 0 e 2%, ou seja, índices de crescimento inferiores aos das cidades médias. Em resumo: as cidades médias crescem mais que as metrópoles.

Contudo, alguns pesquisadores já apontam para a necessidade de se refletir sobre Feira de Santana enquanto metrópole, em função do número da sua população e da variedade e complexidade da oferta de bens e serviços. Entende-se que a sofisticação e complexidade dos bens e serviços são relativas, ainda mais ao se comparar Feira a grandes centros urbanos, como Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo, por exemplo. Mas, há não só o imaginário como também políticas de intervenção urbanas que projetam Feira de Santana à condição de metrópole.

É neste contexto que os capitais privados, os grandes investidores nacionais, empresários e industriários têm percebido nas cidades de médio porte um mercado em expansão. Áreas produtivas estão sendo criadas: há encarecimento do solo urbano em função da atuação e, por conseguinte, especulação dos promotores imobiliários e construtoras, investimento na expansão espacial das áreas destinadas à moradia, fortalecimento do comércio local, dentre outros.

As cidades de médio porte seguem ritmos próprios de dinâmicas internas, externas, intra-estaduais e extra-estaduais. Por isso que a sua definição se torna complexa e necessita de parametrização. Os índices de crescimento demográfico e urbanização necessitam do apoio de outras variáveis, tais como: complexidade e sofisticação na produção de bens e serviços, articulação com a área de influência, relação entre os setores da economia, gestão administrativa, significância nos contextos estadual regional, nacional e mundial, dentre outras.

3.3 Paisagens homogêneas, relações espaciais únicas

É neste cenário que as cidades médias se consolidam, quando ocorrem mudanças substantivas e significativas em seu desenho, paisagem e configurações urbanas. O acréscimo populacional aliado à perspectiva e/ou imaginário de crescimento referenciados em modelos e padrões de cidades grandes organizam e, ao mesmo tempo, modificam, sobremaneira, o espaço urbano.

Assim como nas demais cidades de médio porte do Brasil, Feira de Santana não é exceção; pelo contrário, segue disciplinarmente as lições da cartilha do progresso, da modernidade, da tecnologia, da racionalização espacial e do embelezamento urbano. Parece um fenômeno global, em que as cidades médias se referenciam em São Paulo e São Paulo se referencia em cidades mundiais; as cidades dialogam e umas contêm as outras. Este pensamento, conforme Landim (2004), é semelhante para todas as cidades. Semelhantes também são as ações que conformam paisagens urbanas homogêneas, dificultando a identificação da localidade ou da cultura local nas suas formas e imagens.

As pessoas que caminham pelo centro da cidade de Feira de Santana não têm dificuldades em identificar estas mudanças. A Avenida Getúlio Vargas, por exemplo, segundo fotografias antigas e o trabalho de campo, foi a via que passou por mais intervenções ao longo do tempo, por conseguinte, constitui-se como foco desse capítulo.

As imagens abaixo possibilitam a identificação da forte semelhança entre as paisagens das cidades de Feira de Santana, representada pela Avenida Getúlio Vargas, e Salvador, mais exatamente as Avenidas Sete de Setembro, Joana Angélica, e Manoel Dias, e o Bairro do Rio Vermelho.



Foto 82. Cruzamento da Avenida Senhor dos Passos com a Rua Marechal Deodoro, Feira de Santana

Fonte: Azevedo, 2009



Foto 83. Avenida Sete de Setembro, Salvador

Fonte: Azevedo, 2009

As fotos 82 e 83, demonstram a forte semelhança entre as duas paisagens. As cores das fachadas, o logo da loja e o material de que é feito a fachada também parece ser o mesmo nos dois casos. E, a localização das lojas chama atenção, tanto a loja de Feira, quanto a de Salvador ficam na esquina das ruas.



Foto 84. Avenida Getúlio Vargas, Feira de Santana
Fonte: Silva, 2008



Foto 85. Avenida Joana Angélica, Salvador
Fonte: Azevedo, 2009



Foto 86. Avenida Getúlio Vargas, Feira de Santana
Fonte: Azevedo, 2009

Na fotografia 86 a expressão “de Salvador” se destaca pela necessidade de afirmar que a farmácia é da capital.



Foto 87. Avenida Manoel Dias, Salvador
Fonte: Azevedo, 2009



ERROR: stackunderflow
OFFENDING COMMAND: ~

STACK: